

Denise Michelin Alonso

A Argumentação em textos de Auto-Ajuda

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do Título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

CAMPINAS
2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

AL72a	<p>Alonso, Denise.</p> <p>A argumentação em textos de auto-ajuda / Denise Michelin Alonso. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.</p> <p>Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.</p> <p>1. Argumentação. 2. Persuasão (Retórica). 3. Operadores argumentativos. 4. Semântica do acontecimento. 5. Auto-ajuda. I. Guimarães, Eduardo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.</p> <p>oe/iel</p>
-------	--

Título em inglês: The argumentation in self help texts.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Argumentation; Persuasion (Rhetoric); Argumentative connective; Semantics of the event; Self-help.

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães (orientador), Profa. Dra. Telma Domingues da Silva e Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini. Suplentes: Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini e Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva.

Data da defesa: 24/02/2010.

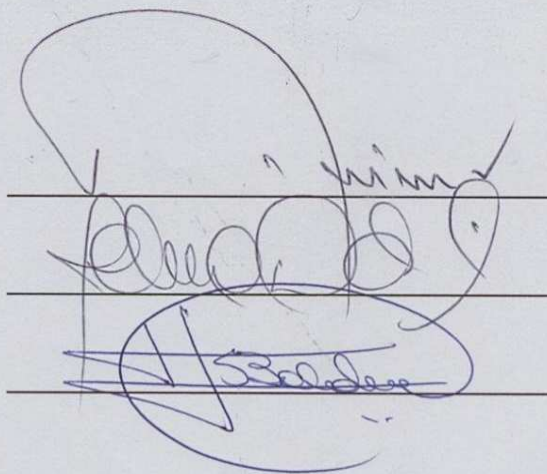
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

Telma Domingues da Silva

Lauro José Siqueira Baldini



Carmen Zink Bolognini



Soeli Maria Schreiber da Silva



Para Helena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o professor Eduardo Guimarães, por toda a didática, apoio, elegância e incrível senso estético, teórico, metodológico com os quais me orientou neste trabalho.

Agradeço aos amigos Marco Aurélio Pereira, Camila de Melo, Luciano Plez, Vivian Nálío Mathias de Faria. Agradeço também ao Du (Eduardo Nadim Gomes).

Agradeço a minha mãe, pai, vovozinhas Dita e Messias, Marta e Paulo, Gisele e Nicholas, Ana Paula e Adalberto Gomes.

À professora Anna Cristina Bentes, que me ajudou a amadurecer, sobretudo a escrita acadêmica.

Especialmente agradeço ao grande “evangelizador”, Felisberto de Carvalho Neto, por ter me ensinado a nascer e também a morrer.

“Os melhores livros levam-nos à
convicção de que a natureza que
escreveu é a mesma que lê”.

Ralph Waldo Emerson

Resumo

O trabalho diz respeito à investigação da argumentação de textos de auto-ajuda e realiza-se, sobretudo, sob os pressupostos das teorias retóricas argumentativas de Chaim Perelman e através de fórmulas da Semântica enunciativa (apresentadas por Eduardo Guimarães), utilizadas como dispositivo regente para as análises do conectivo argumentativo conclusivo *portanto*, que atua como um dos maiores responsáveis pela persuasão em textos de auto-ajuda. Como o conteúdo da literatura dessa natureza é essencialmente pautado em *dóxa*, sua estrutura predominantemente tautológica e composta por argumentação *ad hominem*, procuramos abordar quais os mecanismos utilizados para a constituição da pretendida significação bem como as regularidades que funcionam e fazem funcionar este advento sintomático da contemporaneidade.

Palavras-chave: argumentação, persuasão (Retórica), retórica, semântica da enunciação, auto-ajuda.

Abstract

This material says about investigation of texts discussion of self help and performs, especially, below assumptions from argumentative rhetoric theory by Chaiim Perelman and besides semantic enunciative tactics (shown by Eduardo Guimarães), used as ruler device to the analysis of connective argumentative conclusive *therefore*, which act like one of the biggest responsible for persuasion in self help texts. As content this kind of literature is essentially guided by doxa, its structure predominantly tautological and compound for argumentation *ad hominen*, seek to approach what's the mechanisms used to constitution of desired significance and like the regularities that work and make to work this advent symptomatic of the contemporaneity.

Key words: argumentation, persuasion, rhetoric, semantic enunciative, self help.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 APRESENTAÇÃO DO OBJETO	5
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	13
3.1 A ARGUMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA RETÓRICA	14
3.2 O AUDITÓRIO	18
3.3 RELAÇÕES E CONCEITOS CONSTITUTIVOS DOS ESPAÇOS DISCURSIVO-ENUNCIATIVOS: SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO: ACONTECIMENTO, SUJEITO, LOCUTOR, ENUNCIADOR E O POLÍTICO	23
3.4 O AUTOR	27
3.5 O LEITOR E A LEITURA: ENTENDIMENTO E COMPREENSÃO	28
3.6 A MONOSSEMIA DO DISCURSO RELIGIOSO	30
4 A ANÁLISE	33
4.1 A AUTO-AJUDA	36
4.2 O <i>ETHOS</i> DO AUTOR-ORADOR	42
4.3 O AUDITÓRIO DE AUTO-AJUDA	46
4.4 ARGUMENTOS E OPERADORES ARGUMENTATIVOS CONCLUSIVOS: PRESENÇA ATUANTE E PERSUASIVA	53
4.5 IDENTIDADE DA ARGUMENTAÇÃO DA AUTO-AJUDA: ARGUMENTOS QUASE-LÓGICOS, TAUTOLOGIA, USO DAS MÁXIMAS E O RIDÍCULO E SEU PAPEL NA ARGUMENTAÇÃO	84
5 CONCLUSÃO	105
REFERÊNCIAS	111

Introdução

O intuito deste trabalho é analisar funcionamentos argumentativos presentes em textos de auto-ajuda, visando objetivar mecanismos que fundamentam uma regularidade bem como a maneira que a utilização de determinados *lugares lingüísticos* parecem promover credibilidade e persuasão.

Deste modo, posicionar-nos-emos a partir das teorias retóricas argumentativas de Chaiim Perelman e utilizaremos, sobretudo, como dispositivos para as análises, procedimentos da semântica lingüística, tendo como referencial o funcionamento do operador argumentativo conclusivo *portanto*.

Apesar de a auto-ajuda não ter sido ainda definida ou delimitada em termos de *gênero*, verificamos a tentativa de várias áreas científicas de abordar seu funcionamento, pois sua atuação/presença é notável e inerente às sociedades contemporâneas. A auto-ajuda está disponível em diversos formatos e é propagada pelos elementos midiáticos, como através de palestras motivacionais, sítios eletrônicos, programas televisivos e, principalmente, através de livros.

Por se tratar de um fenômeno atual de vasta amplitude e impactante quando são levados em conta aspectos mercadológicos, econômicos, culturais e de comportamento, interessamo-nos pelo tema – movidos primordialmente pelo e através de um interesse lingüístico-argumentativo - por uma dicotomia que se impõe: mesmo sem dados e resultados efetivos em relação ao que a auto-ajuda vende e propõe, o que é responsável para que se estabeleça e que a busca por ela seja cada vez mais crescente? Como funcionam (e fazem funcionar) seus aspectos lingüísticos? Essa questão é um ponto de partida para a investigação.

Para alicerçar uma análise, é preciso que sejam definidos os pressupostos teóricos bem como os métodos utilizados na abordagem de um objeto. Do mesmo modo, é conveniente ressaltar a pertinência e o alcance de uma dada teoria, bem como questionar o papel que desempenha a ciência enquanto estatuto (que parece dar primazia às análises lógicas) e seu funcionamento como mecanismo institucional; até que ponto a tomada *exclusiva* de uma postura exata ou

“positivista”, talvez, é suficiente e pode legitimar uma análise quando se trata de abordar o campo amplíssimo da linguagem? Deve-se lançar mão de tal procedimento a fim de delimitar e não limitar, como procedem alguns pesquisadores ao forjar fórmulas para que os resultados “já encontrados” sejam encaixados e possam ser justificados ou demonstrados. Tratando-se de uma investigação científica – aqui uma investigação argumentativa -, esboçemos e justifiquemos, pois, tais fundamentos.

É justo – levando em conta o lugar onde está situado este trabalho, que pode vir a representar e constituir ciência, talvez -, que se tome como objeto para uma análise argumentativa algo que seja atual e no mínimo real, “evidente”. Não se trata de qualquer perspectiva referencialista – como veremos a seguir -, mas de algo que seja notável no âmbito sócio-histórico. Esta evidência pode ser entendida inclusive, quando localizada neste dizer de Michel Pêcheux:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (...), “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”. (PÊCHEUX, 1988, p. 29)

Para nós, é impossível desconsiderar a Historicidade e o Político como os “executores” primordiais das relações humanas e conseqüentemente, a língua como sua mediadora. Não se pode falar em linguagem, sem levar em conta que sujeitos e sentidos são determinados, afetados, constituídos por teias de relações complexas as quais carregam sempre, de alguma maneira, uma reciprocidade na interação e jamais são unilaterais. Nenhum sujeito – enquanto ontológico e/ou social está livre disso.

Ainda mais uma consideração acerca do procedimento investigativo. Sabe-se que as opções e posturas científicas tendem a estar atreladas e mediadas por questões éticas e, “no íntimo”, talvez morais. Não se pode dizer que um lingüista, por exemplo, é absolutamente imparcial (em relação à motivação inicial) quanto ao seu objeto de pesquisa nem tampouco aos resultados que encontra e/ou espera

encontrar. É provável que haja tal inquietude, uma atitude engajada, de certo modo, que o lança para a produção, todavia, este pode ser o ponto de partida, mas convém estar receptivo para as conclusões que não foram conjeturadas.

A problemática da tradução é uma questão ainda muito tensa e estamos longe da pretensão de tratar desse assunto. Apenas mencionamo-la, para aludir ao fato de que todas as posturas tomadas e entendidas aqui, foram frutos de leituras e de “leituras da leitura” de outros. O próprio texto de auto-ajuda em questão trata-se de uma tradução, isto é, de uma leitura, mas isso não interfere no resultado de modo algum, a partir do momento que ele (texto) também “funciona e atua” no idioma português do Brasil e isso significa considerar específicas cenas enunciativas.

2 - Apresentação do objeto

Há um fenômeno recente constatado mundialmente vinculado aos episódios históricos atuais decorrentes da conjuntura capitalista e suas “conseqüências”. É o advento da auto-ajuda. É praticamente um clichê falar subjetivamente em uma sociedade consumista e individualista; no entanto, o surgimento da auto-ajuda é algo que está intrinsecamente ligado a essas condições: responde dialogicamente a tal “estímulo” e se insere/atua nesse contexto em que o indivíduo pode fazer por si mesmo e pode comprar qualquer coisa (se tiver poder para isso) inclusive a solução para seus problemas.

Todo esse mecanismo conciliado com os valores que a sociedade contemporânea fomenta - como a liberdade, a autonomia e o livre-arbítrio para escolher e consumir -, está vinculado à idéia do “poder fazer”, de alquimizar a vida, que pode se realizar através de uma ação eficazmente *enlatada* disponível em espécies de “prateleiras de supermercados” para o homem atual (desde ter o corpo que se deseja até tornar-se milionário apenas com o poder da mente). Afinal, “não há como reclamar” de uma mídia/sociedade que disponibiliza ferramentas tão “democráticas, acessíveis e eficazes”... O conceito propagado por uma sociedade triunfalista é que apesar da competitividade que faz do cidadão um *looser*, há muita generosidade por toda a parte e tudo é possível!

No artigo “Capitalista sim, mas zen”, o filósofo Slavoj Zizek, aborda essa questão denominando o comportamento atual de “budismo pop” ou ainda “paganismo da Nova Era”, que se configura como uma atitude escapista em relação às transformações sociais decorrentes de uma acelerada conjuntura tecnocrata, capitalista.

Neste interessante texto, o autor traça um paralelo sobre o surgimento do cristianismo no contexto do paganismo *versus* ao cristianismo em contraposição à cultura budista. Assim como escreve Zizek, o surgimento do Cristo dentro dos parâmetros pagãos pode ser considerado como um “supremo escândalo” (ZIZEK, 2005), pelo fato de dilacerar o que é regente para o paganismo: o conceito de unidade.

Segundo o autor, a compaixão budista não pode ser tomada como o amor cristão, pois enquanto no budismo busca-se pelo vazio, pelo desprezo às paixões, no amor cristão esse sentimento é imposto por uma relação hierárquica, impelindo um ser a abandonar sua família, por exemplo (conceito de unidade) em detrimento da paixão primordial que se deve devotar a Deus.

Deste modo,

(...) No momento em que a tecnologia e o capitalismo “europeus” triunfam em escala planetária, a herança judaico-cristã, como “superestrutura ideológica” parece ameaçada pelo assalto do pensamento “asiático” da Nova Era. O taoísmo é adequado para se tornar a ideologia hegemônica do capitalismo mundial. Uma espécie de “budismo ocidental”, se apresenta hoje como remédio contra o estresse da dinâmica capitalista. Ele permitiria que nos desligássemos, que mantivéssemos a paz interior e a serenidade, e funcionaria, na realidade, como um perfeito complemento ideológico. (ZIZEK, 2005)

Zizek ainda comenta sobre o mecanismo do funcionamento do mercado financeiro mundial; este é tido como “apartado da realidade objetiva”, por ser invisível para a grande maioria da população e pela volatilidade que o permeia, pode se reduzir a nada em questão de horas. Por essas razões, esse mecanismo é comparável e pode coincidir perfeitamente com a crença budista que afirma ser a realidade material ilusória:

Pois o capitalismo nos põe diante do fato de que a causa de nossa sujeição não é a realidade objetiva enquanto tal (que não existe), mas nosso desejo, nossa avidez pelas coisas materiais e o apego excessivo que depositamos nelas. Por conseguinte, o que nos resta a fazer é renunciar ao nosso desejo para adotar uma atitude de paz interior. Não é de surpreender que um tal budismo-taoísmo possa funcionar como complemento ideológico da globalização liberal: ele nos permite participar do esquema mantendo uma distância interna... Capitalistas, sim, mas desapegados, zen...

Essas contribuições são significativas na medida em que situam tanto aspectos políticos/ideológicos como lingüísticos, pois esse é o ponto de partida para dissertarmos nosso trabalho.

Ressaltando a validade e a pertinência de um trabalho científico que considera a ocorrência de um fenômeno atual de comportamento e relevante do ponto de vista sócio-cultural – a partir das relações estabelecidas pelo Político -, selecionamos para a análise dois volumes de um autor de destaque deste “gênero”: *Criando Prosperidade: a consciência da fartura no campo de todas as possibilidades* e *As sete leis espirituais do sucesso*. Deepak Chopra, o produtor dos textos, é um endocrinologista indiano radicado nos Estados Unidos e renomado autor do gênero em questão.

Denominada de *self-help* ou *advice*, seu primeiro volume foi publicado nos Estados Unidos em 1859, por Samuel Smilesⁱ, intitulado de “Auto-Ajuda”. Falaremos mais detidamente na análise sobre seu conteúdo e regularidades; por ora, é possível dizer, grosso modo, que é aquela que ensina métodos e meios práticos para indivíduos ou grupos a resolverem problemas de quaisquer naturezas, independentemente do grau de complexidade que possam apresentar, podendo ser comportamentais, sociais, econômicos, físicos ou até mesmo psíquicos. De qualquer maneira, os livros (objeto que nos interessa aqui) prometem a oferta para a libertação de todos os problemas de modo que se possa atingir a felicidade e auto-realização plenas. Em suma, essas orientações se apresentam através de fórmulas e passos para que se atinja *uma* meta almejada.

Num artigo da professora Regina Zilberman, da UFRGS, sobre uma pesquisa realizada pelo Instituto Pró-livro, financiada pelo MEC e MINC, há, além da apresentação do número de leitores do Brasil, a estimativa da quantidade média lida por cada brasileiro anualmente e, posteriormente, as categorias mais lidas, segundo listas divulgadas por revistas e jornais de circulação nacional. Do nosso ponto de vista, apesar de uma questão controversa e defasada em relação à classificação estrutural e que não discutiremos aqui, é sobre a definição do que seja um leitor: parece-se levar em conta apenas o fato de ser alfabetizado, isto é, não há considerações sobre em que níveis se realizam a leitura. Diz respeito apenas à habilidade de decodificação.

ⁱ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Autoajuda>

As referidas listas são divididas em três categorias: ficção, não ficção e auto-ajuda. Ainda que não se trate desse esclarecimento do perfil concreto do leitor de auto-ajuda, há considerações pertinentes a serem expostas:

A última categoria, concebida há aproximadamente uma década, é registrada de modo diverso em cada um dos veículos: auto-ajuda e exoterismo (*Jornal do Brasil*); auto-ajuda e esoterismo (*Veja*); auto-ajuda, guias, espirituais e negócios (*O Globo*); auto-ajuda e negócios (*Folha de S. Paulo*). A imprecisão da categoria é sintomática de sua natureza; mas a circunstância de a palavra-chave “auto-ajuda” figurar em todas as listas é sugestiva de que não importa se o assunto é espiritualidade ou dinheiro, o caso é que, de uma maneira ou de outra, os livros que figuram nessa relação procuram colaborar para o êxito pessoal ou profissional de seus leitores (independentemente do fato de cooperarem acima de tudo para o sucesso e o enriquecimento de seus autores). (ZILBERMAN, <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=40&id=480>)

Uma curiosidade nos intriga de imediato: o fato de a auto-ajuda ser categorizada independentemente da ficção ou não-ficção nos faz pensar em duas coisas. A primeira é que não ser considerada como ficcional, apesar de conter *histórias*, parábolas, fábulas, isto é, elementos que podem (mesmo com ressalvas) ser enquadrados como literários e simultaneamente elementos que pertencem ao campo da fé, também não se enquadram na categoria de não-ficção, mesmo utilizando “relatos”, “experiências”, alusão a casos vividos, conselhos, o que então ela é? A ausência dessa resposta imediata é para nós um indicativo relevante acerca de *comportamento*, de *história*, de sociedade.

Por que então, apesar da conhecida banalidade que ela evoca, só cresce e a cada vez é mais solicitada? O que tem a ver a economia com esse processo? Qual o papel exercido pela região atualmente? Essas questões parecem “auto-responder”: a literatura de auto-ajuda é, pois, um sintoma da contemporaneidade.

A revista *Veja* do dia 2 de dezembro de 2009, cuja capa apresenta o título “O poder da auto-ajuda”, traz como especial uma matéria sobre o assunto. Interessa-nos, sobretudo, apresentar os números divulgados pela revista, entretanto não há como deixar de apontar incoerências encontradas no texto. Tal

questão diz respeito a uma das mais problemáticas e sedentas respostas que a auto-ajuda procura dar: a eficácia prática, objetiva e concreta dos seus efeitos.

Há que se dizer, primeiramente, que logo abaixo do título estampado na capa há uma postura parcial adotada pela revista “Não adianta torcer o nariz. Entenda por que milhões de brasileiros encontram nesses livros inspiração, amparo e soluções reais para seus problemas”.(CAPA DA VEJA, n 48, 2009). A incoerência não se refere a assumir uma posição, todavia, essa opinião não se comprova em momento algum do artigo; mais precisamente, não há tais “soluções reais” apontadas como prometido na capa. Um único exemplo é citado, mas ainda sem a justificativa da objetividade e eficiência da auto-ajuda, como o caso de um ator que a partir do momento que leu uma frase num desses livros, sua vida “mudou para sempre”, através de um *insight*, um passe de mágica. Eis a frase: “Enquanto caía, pensava num pingo de chuva: que importa deixar o céu se estou indo fertilizar a terra?” (VEJA, 2141, ano 42, n 48, p 147). Segundo relato do autor, há dezesseis anos está na televisão e nunca teve brigas com ninguém e este atribui isso como fator de sucesso alcançado graças à leitura de tal livro.

Pensando em produção científica, não são válidos exemplos esporádicos de casos bem sucedidos dos efeitos proporcionados pela auto-ajuda, primeiramente porque funcionam como “exceções” de uma grande regra e principalmente porque – é para onde mais se deve olhar – não há como comprovar ou explicar racional e cientificamente, qual é a relação direta entre leitura e resolução *concreta* da/na vida individual. Pode ser que em outros campos esses relatos fossem garantias *suficientes*, todavia, esses empenhados e gigantescos esforços, não servem, de fato, para os parâmetros científicos e estão longe de serem uma regra.

A reportagem traz sua sucinta explicação sobre o surgimento da auto-ajuda como uma resposta-auxílio à angústia do homem moderno. Segundo a revista, a primeira e conhecida obra publicada no Brasil foi *Minutos de sabedoria*; best-seller há cinco décadas, dez milhões de cópias já foram vendidas e a cada ano trezentas mil são reimpressas.

Segundo a terapeuta da família Lídia Aratangy, “Um dos fatores que impulsionam esse fenômeno é o fato de que hoje há muito mais especialistas nas diversas áreas de comportamento do que antes”. (Ibdi., p. 144). Especialistas ou não e em que nível o são, o que fica obscuro é que a própria revista afirma que se trata de uma mistura – sempre imprecisa – de ideologias, valores e correntes religiosas. Mas em todos os livros, ainda segundo *Veja*, há algo voltado para a espiritualidade, que é tratada de modo “mais abrangente”, isto é, os livros podem ser lidos por quaisquer pessoas, de qualquer formação escolar ou religiosa, por exemplo.

São citados profissionais de diversas áreas que escrevem auto-ajuda, dentre eles estão os psiquiatras Augusto Cury, Roberto Shinyashiki, Ana Beatriz Barbosa Silva, médiuns como Zíbia Gaspareto, padres como Fábio de Melo e empresários americanos, como James Hunter, Max Lucado e Elizabeth Gilbert, famosos por causa dos livros.

No início dos anos noventa, notada a fertilidade mercadológica oferecida pelo gênero, foi fundada a editora Sextante, que possui setenta e cinco por cento de seu faturamento através da auto-ajuda, o que equivale a quatro milhões de exemplares por ano, tornando-a uma das recordistas de publicação desses títulos no Brasil.

Outra opinião exposta por *Veja*, fala da crença na estimativa de que setenta por cento do público leitor de auto-ajuda seja feminino, justificados na sobrecarga da vida moderna sobre a mulher que “cabe liderar e amparar a família nas questões da alma” (*Veja*, 2141, ano 42, n 48, p 146). Com isso, através de um acordo desde 2005, a editora católica Paulinas vende seus títulos em catálogos da Avon, marca de cosméticos, com o índice já atingido de mais de um milhão e cem mil cópias vendidas.

Citaremos alguns títulos e respectivos números de vendas desses livros vendidos mundialmente:

- *Dias melhores virão*, de Max Lucado: sessenta milhões de exemplares.
- *A cabana*, de William Paul Young: onze milhões de exemplares.

- *Comer, rezar, amar*, de Elizabeth Gilbert: sete milhões de exemplares.
- *Quem me roubou de mim?*, do padre Fábio de Melo: um milhão e meio de exemplares (só no Brasil)
- *O monge e o executivo*, de James Hunter: três milhões e meio de exemplares.

Tais considerações utilizadas são úteis para este trabalho quando são levados em conta os números publicados pela revista e mesmo não sendo nova, a constatação da auto-ajuda enquanto fenômeno mundial. Nesse sentido, reafirmamos, há pertinência na reportagem considerando os fatores citados logo acima, mas eles se encerram aí: não foram apresentadas na matéria as “soluções reais para os problemas”, como a capa divulga.

Este trabalho contém três capítulos e se desenvolverá do seguinte modo: o primeiro capítulo constituir-se-á pelos pressupostos teóricos, com uma sucinta introdução dos conceitos que serão posteriormente aprofundados. Na sub-seção 1.1, falaremos sobre o papel da argumentação no âmbito da retórica e na 1.2, sobre o conceito de auditório - questão crucial para nossa investigação -, tendo como referencial principal a obra *Tratado da argumentação* de Perelman. Ampliando a base teórica e apresentando nosso principal dispositivo para as análises, em 1.3, discorreremos sobre noções e conceitos discursivo-enunciativos e outros postulados da Semântica do Acontecimento fomentada, sobretudo, por Eduardo Guimarães. Tais postulações incluirão a alusão às instâncias do sujeito, locutor, destinatário, enunciador. Também da atuação do Político e o que vem a ser *acontecimento*, nesse lugar. Na sub-seção 1.4, falaremos de maneira sucinta sobre a noção de autor e o papel que ele pode desempenhar enquanto *componente* da interlocução; para isso, utilizaremos obras de Eni Orlandi. Ainda com o respaldo da autora, em 1.5 exporemos tópicos sobre a relação entre leitor e leitura, bem como o que vem a ser compreensão e interpretação. Finalmente, a sub-seção que encerra o capítulo primeiro – 1.6 -, diz respeito à monossemia do discurso religioso e o que isso vem a significar em nosso trabalho.

O segundo capítulo trata-se da análise do corpus e será composto, além da introdução da análise, de mais cinco sub-seções. Em 2.1, trataremos do que vem

a ser a auto-ajuda e suas regularidades. Em 2.2, discorreremos alguns comentários sobre a noção de *ethos*, partindo de seu precursor, Aristóteles, mas considerando a posição de Perelman – dispositivo muito relevante para nosso trabalho. Em 2.3, trataremos da delimitação e configuração do auditório da auto-ajuda. A sub-seção 2.4 diz respeito às análises semântico-lingüísticas do operador argumentativo conclusivo *portanto*, que é para nós definitivo para este trabalho; procederemos nas análises aos moldes das operadas em *Texto e Argumentação*, de Eduardo Guimarães. Ainda neste capítulo, em 2.5, descreveremos algumas características da natureza argumentativa dos textos de Deepak Chopra sob o ponto de vista da retórica argumentativa de Chaim Perelman: o que este postula sobre o papel do ridículo na argumentação, a tautologia, a argumentação *ad hominem* e também a riquíssima noção do uso das Máximas, requisitada na *Retórica*, de Aristóteles. Procuraremos observar em que e como funcionam essas noções nos textos de auto-ajuda.

Por fim, no terceiro capítulo apresentaremos as conclusões obtidas através da investigação.

3 – Pressupostos teóricos

Os pressupostos teóricos primordiais para este trabalho, fundamentalmente referem-se aos conceitos tratados por Chaiim Perelman e, dizendo de modo concisamente inaugural, rejeita a concepção referencialista do conhecimento, isto é, não considera o estatuto da *verdade* como evidente, mas sim como algo a ser construído através do conhecimento, da ponderação “imparcial” em prol de uma causa, realizado através da argumentação.

Utilizaremos também as teorias tratadas por Eduardo Guimarães em *Semântica do Acontecimento* e *Texto e argumentação*, principalmente como dispositivos para a análise do corpus.

Esclarecemos que não se trata de considerar como equivalentes tais teorias, nem tampouco é nossa intenção tratar aqui suas diferenças, mas é possível dizer que elas não se excluem, justamente porque rejeitam a concepção referencialista da verdade e esse é um ponto fundamental para nosso trabalho.

Serão aludidas também questões tratadas por Guimarães acerca do que vem a ser o *Político* e o *Histórico* como aspectos constituintes e regentes das relações sociais e, conseqüentemente, da linguagem: significação e designação. As relações entre locutores e enunciadore e o funcionamento de operadores argumentativos, são para nós fundamentais.

Posteriormente, para agregar suporte à análise, utilizaremos as obras *Discurso e leitura* e *A linguagem e seu funcionamento*, de Eni Orlandi.

Mas se pensarmos na enunciação do discurso de auto-ajuda, repleta de argumentos circulares, vagos, sem consistência comprometida seriamente com âmbitos que diz se valer como, filosóficos, metodológicos, empíricos, psicológicos e até mesmo lógicos, logo surge a questão: não é necessário utilizar tantas teorias para refutá-lo, abordá-lo ou “denunciá-lo”. No entanto, esse talvez seja o primeiro motivo pelo qual é relevante que haja um estudo minucioso sobre ele, já que é fato seu sucesso e sua progressiva proliferação mercadológica - como estamos cientes - e sua notabilidade de consumo é impactante e intensa: mesmo sendo um

texto incoerente (na acepção mais imediata do termo) - do ponto de vista da linguagem e do conteúdo - o que faz com que seja amplamente vendido e procurado? Por que ou o que os leitores buscam nesse tipo de texto? Ele “edifica”, é coerente com aquilo que propõe?

Não há intenção de julgar aqui a auto-ajuda, se é “boa ou ruim” para a vida, se as pessoas a lêem por prazer, distração, crença, “necessidade”. Não interessa para nós a eficácia, o resultado efetivo na vida dos indivíduos (embora não existam fatos que comprovem isso), o que nos interessa é o texto em análise. Para isso, certamente tomaremos uma postura teórica, portanto, inauguraremos a explanação a partir de Perelman.

3.1 - A argumentação no âmbito da retórica

A Retórica, *grosso modo*, a arte de persuadir, foi injustamente associada à idéia de “mera técnica a serviço de interesses mesquinhos”, (COELHO, F. Prefácio à edição brasileira do *Tratado da argumentação*, p XIII) foi relegada ao esquecimento durante séculos, permanecendo em estado de dormência. Um dos fatores da *marginalização* atribuída à retórica deveu-se primeiramente ao cristianismo, que não podia aceitar a “multiplicidade de premissas” e em seguida, pelo racionalismo, “para o qual a forma de conhecimento é a científica, capaz de explicar tudo e todos segundo padrões de racionalidade. As opiniões ou bem são teses, a reclamarem prova racional pelo método científico, ou são conceitos descartáveis”. (Ibdi., XIII)

Deve-se, sem dúvida, a Chaiim Perelman, o considerável despertar da importância do estudo da arte retórica antiga.

Em *Tratado da argumentação: A nova retórica*, Perelman detém-se, sobremaneira, no estudo e aplicação de técnicas conciliadas ao raciocínio dialético. O autor intitula sua obra *nova retórica* pelo fato de suas preocupações estarem calcadas principalmente nos autores gregos e latinos: estes estudaram a arte de persuadir e convencer, bem como a deliberação e discussão em termos de

técnica. Permanece também – em relação à retórica tradicional – a idéia de auditório. Perelman se utiliza de discursos orais e escritos para desenvolver o *Tratado*, no entanto, limita-se mais aos escritos. Embora o autor deixe claro que algumas técnicas sejam mais eficazes num discurso oral do que escrito, por exemplo, elas não deixam de funcionar porque a construção e adaptação do orador em relação ao seu discurso prevêem uma dinamicidade e ele deve utilizá-las de acordo com a reação do auditório, que acaba por moldar, isto é, ditar, de um modo ou de outro, como deve se portar o orador. Bem, ao menos quando se visa uma adesão efetiva. Em suma, o trabalho de Perelman é sobre os recursos discursivos (ou as técnicas argumentativas) utilizados para obter a adesão dos espíritos. Ele postula o orador como aquele que delibera e auditório como aquele a quem a argumentação é dirigida. Desenvolveremos mais abaixo este tópico.

Na introdução do *Tratado*, o autor defende que só há possibilidade de se ter uma teoria da argumentação de cunho filosófico, se admitimos a razão como fator que possa dirigir nossa ação e a dos outros, por isso é a idéia de evidência como característica da razão que se cumpre criticar. Desta forma, o campo da argumentação é o do verossímil, pois “o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.” (PERELMAN, 1992, p. 4) Conseqüentemente, as provas não podem ser reduzidas à noção de evidência. Há os aspectos relativos à verdade e os relativos à adesão, que devem ser vistos separadamente para somente depois disso, poder ser observada a correspondência entre eles. Deve-se ter claro, de antemão, que tais técnicas só devem ser utilizadas em relação às teses que são consideradas válidas para o auditório universal e isso quer dizer, objetivamente, àquelas pautadas no crivo da racionalidade (e não na lógica ou em crenças, por exemplo); mas falaremos logo abaixo sobre essa questão.

Na primeira parte, “Os âmbitos da argumentação” e para todo desenrolar da obra, o autor fundamenta e considera a interlocução como condição essencial no âmbito da argumentação. São as noções de orador e auditório/ouvinte,

principalmente, e a comunhão entre eles (como ela pode se dar) que inauguram a explanação. Primeiramente, fica-se a par da necessidade primordial da “comunidade efetiva dos espíritos”. Por parte do orador, o ideal é que se conheça o mais que puder, para melhor influenciá-lo, o auditório a quem se vai deliberar, aspectos que o caracterizem, observando o máximo de traços pertinentes a ele, como intelectuais, psíquicos, sociais, culturais, econômicos, de caráter, enfim, o modo como é configurado, a fim de obter a adesão do mesmo, pois o que pode ser prestígio para um público, para outro pode significar e acarretar conseqüências nefastas.

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a que se dirige, ele é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar (PERELMAN, 1992, p. 21)

Outro ponto fundamental apresentado na primeira parte da obra em questão consiste na investigação *sistemática* do que venha a ser persuadir e convencer. Apesar da comum ocorrência na utilização desses termos como sinônimos, segundo Perelman, quando se visa o resultado, tratar-se-á de persuadir; o convencer, por sua vez, refere-se à *adesão racional* a uma tese. Só se pode deveras distinguir se se trata de persuasão ou convencimento isolando um determinado raciocínio num contexto, pois observando somente os esquemas “técnicos” do persuadir e convencer, fica muito difícil delimitá-los. De modo geral, diz-se que a persuasão está para o auditório particular e o convencer, para o auditório universal, já que os argumentos devem ser válidos para todos os seres. Os argumentos persuasivos por sua vez, apelam sempre para o afetivo, para o imaginário, para o sentimental, de modo que fica difícil pregar algo dos juízos advindos das paixões. Por isso mesmo tais raciocínios são considerados geralmente sofisticados. Em contrapartida, os argumentos relativos ao

convencimento de outrem, são compostos por teses racionais, por esse motivo, são adequados ao padrão de um auditório universal, porque cabe a todos.

Não é possível que se creia na existência de um auditório universal pleno, por isso é mister caracterizar o orador de acordo com a imagem que ele faz e pretende conquistar de tal auditório. “Cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal” (Ibdi., p. 37). Perelman afirma ser instrutivo conhecer essas variações, para poder observar o que os homens consideraram real e válido ao longo da história.

Uma técnica argumentativa louvável seria aquela que funcionasse para todos os tipos de auditórios, ou “pelo menos, para todos os auditórios compostos por homens competentes ou racionais” (Ibdi., p. 29). O autor ainda ressalta a necessidade de se almejar a uma objetividade que compusesse de fato todos os discursos, independentemente das particularidades históricas ou locais dos auditórios. Todavia, isso faz parte de um ideal, sem, no entanto, corresponder com o que se sabe da prática dos discursos.

Sabe-se atualmente muito sobre as civilizações antigas através dos discursos que foram delas resgatados. É a qualidade destes que identifica o “perfil” da comunidade em que se davam, seus valores, conduta e o que se julgava importante para a mesma. Ora, não se pode considerar uma unilateralidade, pois só na interação que se consuma a comunidade efetiva dos espíritos. De acordo com Perelman, é preciso que se tenha alguma qualidade para tomar a palavra e ser ouvido. “Não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido, ser lido. Não é pouco ter a atenção de alguém, ter uma larga audiência...” (PERELMAN, 1992, p. 19).

É mais fácil, segundo Perelman, perceber e julgar uma boa argumentação verbal do que escrita, pelo menos de imediato, já que um livro pode vir a ser, isto é, o discurso impresso tornado mercadoria, pode ser vendido em bancas de livrarias. O autor ainda afirma que muitos oradores dessa qualidade só são ouvidos por esse motivo, pois se fossem observadas outras condições, muitas vezes não seriam autorizados a fazê-lo nem tampouco obteriam qualquer apreço.

Segundo o que afirma Perelman e ao que já aludimos acima, no capítulo 3 da primeira parte do *Tratado da argumentação*, “O orador e seu auditório”, o autor assinala que em diversos tipos de comunidades e conseqüentemente em certas audiências, a própria natureza do caráter dessas comunidades e/ou instituições é que irá delimitar e instituir o prévio apreço pelo discurso; por exemplo: numa comunidade científica, não há necessidade de maiores esforços para travar contato por parte do orador, visto que ele apresentará um discurso x para uma comunidade x, já ciente e receptiva ao assunto que irá ouvir. Como isso se dá em meios específicos, há que se observar o exercício da propaganda e publicidade, responsável por atrair o público desinteressado, em relação a outros tipos de comunidade. Muitas vezes, determinados discursos ou produtos se sustentam apenas pela promoção da propaganda, sem, no entanto, terem nada – efetivamente – a oferecer. Assim como já citamos acima, Perelman diz que em relação à produção escrita de certos autores, estes só são lidos porque há muita publicidade mercadológica que permite que seus livros estejam nas prateleiras de uma livraria, pois de outro modo, provavelmente não seriam sequer procurados.

Finalizando esta subseção, no que concerne ao texto auto-ajuda – nosso objeto em questão -, podemos dizer de antemão que a própria promessa vendida nos e pelos livros já estabelece um apreço inicial e, posteriormente, pela natureza do que tais obras contêm. Não levamos em conta o conteúdo num primeiro momento – já que uma boa escrita, considerando aspectos mínimos da textualidade, são requisitos essenciais nesse tipo de interação. Em se tratando do discurso escrito, o autor/orador possui como único meio ou ferramenta a efetivação da palavra, o que não se sucede da mesma maneira quando se trata de um discurso oral, em que o orador tem disponível para si outras estratégias além da palavra (gesticulação, entonação de voz, expressões faciais, pausas na fala, etc.); por esse motivo o texto tem que ser “claro”, objetivo, coerente com aquilo que propõe.

3.2 - O auditório

Inúmeras podem ser as naturezas do auditório, por isso, após examiná-lo e apreendê-lo com minúcia, o bom orador, objetivamente – aquele que consegue maior adesão – deve ter uma postura sagaz e adequar-se constantemente a uma linguagem comum e pertinente, estimando o apreço pela adesão, assegurando o interesse do ouvinte durante todo o discurso. Assim, pretende a uma técnica argumentativa tenaz e de notável alcance, já que o que dita seu proceder é o auditório, numa relação sempre dialógica. Isso explica a relação de proporcionalidade que essa atividade *interativa* estabelece: quanto mais aprimorado o auditório, mais aprimorado deverá ser o orador.

Encontra-se no *Tratado da argumentação*, a alusão a três espécies de auditórios: universal, a deliberação perante um único ouvinte (que pode encarnar o auditório particular e o universal) e a deliberação consigo mesmo. Sendo o auditório universal aquele que normatiza a argumentação objetiva, tanto o particular (deliberação perante um único ouvinte) quanto o terceiro tipo, devem “tentar” voltar-se para o auditório universal, tê-lo como modelo, visto que é somente dessa maneira que se afirma o caráter filosófico de um discurso concernente à razão.

O risco em se visar uma argumentação para o auditório particular, segundo Perelman, existe, em primeiro lugar, na possibilidade do orador de se apoiar em teses opostas e incoerentes em relação ao auditório. Pode ocorrer, pois, no caso do público leitor presumido hipoteticamente, mas não com certeza infalível, que um leitor (assumindo o lugar de adversário às teses apresentadas) faça voltar contra o orador/escritor seus argumentos mal construídos ou contraditórios: “Daí a fraqueza relativa aos argumentos que só são aceitos por auditórios particulares” (PERELMAN, 1992, p. 35).

É preciso ter claro que as noções de auditório não devem ser tratadas de modo estático ou “prévio”, isto é, tentar defini-los antes de conhecer o que fala o orador bem como o perfil dos ouvintes. Nem mesmo se deve pautar a abordagem da “definição” do estatuto dos auditórios numa relação de singularidade/pluralidade, individualidade/coletividade. Não se trata de uma

questão de quantidade. Um auditório constituído por apenas um único ouvinte pode ser particular ou universal; tudo dependerá da natureza da argumentação empregada.

O orador, por sua vez, espera sempre, isto é, tende a visualizar seu auditório nos moldes da universalidade, porque supõe que todos que compreendem suas teses automaticamente terão que aderir a elas ou no mínimo, aceitá-las como conclusões. “Uma argumentação dirigida a um auditório universal deve convencer o leitor do caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas”. (PERELMAN, 1992, p. 35)

O conceito aristotélico sobre o valor de um auditório, isto é, quando compensa realizar argumentação, é aquele que é composto por ouvintes dotados de qualidades mínimas de caráter, competência e racionalidade, já que pelo menos em tese, dever-se-ia perseguir o objetivo de solucionar, da melhor maneira possível uma causa. O conceito de Perelman aproxima-se do de Aristóteles na medida em que, de alguma maneira, considera a questão ética (e não da verdade: não se refere a uma moral) como “ponto de partida” legítimo para abordar uma tese.

Como já mencionamos, para uma argumentação eficaz é necessário que haja uma comunidade efetiva dos espíritos. Por isso o orador deve ter claro o acordo sobre a formação intelectual do auditório e posteriormente sobre a questão que será debatida. Além de não ser de modo algum evidente tal acordo, há um “caminho” a ser percorrido para objetivá-lo, isto é, há um conjunto de condições disponíveis para isso.

Em primeiro lugar, podemos aludir à necessidade de uma linguagem comum entre orador e auditório – independente da natureza oral ou escrita do discurso -, para que se efetive o acordo.

Distinguem-se tais auditórios abordando a linguagem que lhes é própria, levando em conta a técnica que a elabora e permeia. Muitas vezes há a impossibilidade de demonstrar ou provar questões que o orador julga como fatos e

evidências, pelo motivo de não poder sustentá-las. Por isso é vantajoso, por parte do orador, que se escolha um auditório determinado. E como isso pode se dar? Quando um auditório não é imposto, pode-se tentar falar para certas pessoas e depois para outras. É através da reação delas que se pode começar a delimitar a identidade dos ouvintes e ter meios para prosseguir com a argumentação. O orador então deve procurar as manifestações de adesão.

Para tal ação, é necessário que as proposições sejam previamente aceitas por parte dos ouvintes, mas isso não garante a adesão. Segundo Perelman, quando não há regras precisas que orientem tal acordo, toda a argumentação funda-se apenas “num fato de ordem psicológica, a adesão dos ouvintes” (PERELMAN, 1992, p. 118).

Muitas vezes são utilizadas técnicas que ajudam a conferir um caráter de credibilidade para o orador, como no momento em que lança mão de juramentos ou de citações de personalidades historicamente relevantes, por exemplo. O risco a que o orador se expõe ao afirmar tais coisas, promove um efeito de fazer valer aquilo que profere. Ele utiliza confissões e citações alheias ou toma a si próprio como o ouvinte ideal, isto é, a encarnação do auditório universal. Este é um posicionamento arriscado, pelo fato de se tratar de uma argumentação apaixonada, que se move e considera apenas suas razões, sem levar em conta o que quer que esteja se passando pelas mentes alheias. É difícil crer que um orador experiente faça isso sem conhecer seu ouvinte.

Sobre a dificuldade em delimitar um auditório, o autor do *Tratado* afirma:

Vê-se imediatamente (...) quão difícil é determinar, com a ajuda de critérios puramente materiais, o auditório de quem fala; essa dificuldade é muito maior quando se trata do auditório do escritor, pois, na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão (PERELMAN, 1992, p. 22)

Cumprido dizer que tal particularidade de classificação independe da quantidade de pessoas que compõem o auditório. Mesmo possuindo um único ouvinte, este pode encarnar um auditório universal (ou particular). “A escolha do

indivíduo que encarna um auditório particular influencia com freqüência os procedimentos da argumentação” (Ibdi., p. 44).

A escolha do indivíduo que encarna o auditório particular revela duas coisas, segundo Perelman: a idéia que se faz do auditório e as metas que visa. “Muito raro é o discurso publicado cujo destinatário individualizado não deva ser considerado a encarnação de um determinado auditório particular”. (Ibdi., p. 45).

Sobre o terceiro tipo de auditório referido por Perelman, a *deliberação consigo mesmo*, este pode ser considerado uma espécie de encarnação do auditório universal. Essa afirmação se justifica por uma conduta inegável: quando deliberamos em nosso íntimo sobre a melhor postura acerca de uma causa de interesse próprio, não há como não ponderar todas as questões – falhas e triunfos do percurso -, nem como omitir, dissimular, na profunda intimidade, as razões que nos levaram, levam ou levarão a uma determinada ação. Segundo Perelman, para prever o ônus (e também o bônus) de nossas atitudes, só se pode proceder dessa maneira. Por isso que uma argumentação assim seria útil e válida para outrem.

Embora essa dificuldade da caracterização do auditório seja real, ela não é intransponível e há critérios que norteiam tais delimitações, como já afirmamos. Podemos então afirmar que o ponto de partida mais eficaz e coerente é começar por observar a própria natureza dos argumentos. Para avançarmos na investigação, citaremos um trecho do *Tratado*, com o intuito de protocolizar nossa alusão a esse tópico:

Acreditamos, pois, que os auditórios não são independentes; que são auditórios concretos particulares que podem impor uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar a concepção do auditório universal própria de determinado auditório concreto, para examinar, a um só tempo, o modo como é composto, quais os indivíduos que, conforme o critério adotado, o integram e qual a legitimidade desse critério. Pode-se dizer que os auditórios julgam-se uns aos outros (PERELMAN, 1992, p. 39)

Consideramos por ora suficientes as asserções sobre os tipos de auditórios, visto que a importância dessa delimitação não se encerra em si mesma, mas

sempre a fim de verificar qual é a argumentação mais efetiva e que pode obter a maior adesão possível.

3.3 Relações e conceitos constitutivos dos espaços discursivo-enunciativos: Semântica da enunciação: acontecimento, sujeito, locutor, enunciador e o Político

De modo geral, para se pensar investigativamente na linguagem, deve-se considerar qual é sua relação com *as coisas*, já que *tais coisas* são significadas através de relações simbólicas e por isso se trata de uma construção. Ora, há várias perspectivas que procuram atestar tal relação e o que se vê geralmente é uma procedência que restringe e limita a “função” da linguagem a uma perspectiva referencialista ou meramente “comunicativa”. Esse *pensar* provavelmente se justifica pela forte influência do pensamento lógico e “exato” que se impôs recentemente na história como único meio legítimo de atestar as *coisas do mundo*.

É possível dizer que tais motivos justificam-se pelo intuito de se fazer com que se *pense* e se *aja* à maneira determinada por aqueles que – pessoas e instituições – fomentam o poder e sua permanência. Bem, talvez esse seja um dos fatos pelos quais as perspectivas referencialistas da linguagem são tão recorrentes. Para nós, situados numa perspectiva semântico-argumentativa, importa-nos perseguir quais são os fundamentos e atuações da relação homem/linguagem e linguagem/mundo e o que elas podem significar na constituição do sentido, a fim de se evitar uma mistificação (mais uma vez) para tratar dessa questão.

Partimos do pressuposto fundamental de que a linguagem é um dispositivo humano e só se dá na e pela interação entre falantes e é justamente *o que é e como se dá* essa interação que nos interessa olhar, como já foi dito. Por ser a linguagem mediadora essencial das relações humanas, ela é sempre envolvida por uma característica dialógica, por isso os sentidos prévios, fixos, únicos e

transparentes da linguagem para nós estão descartados. De acordo com Guimarães,

(...) o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das ciências humanas, fora de suas relações com a lógica ou a gramática pensadas ou como o matematizável ou como uma estrutura biologicamente determinada. (GUIMARÃES, 2005, p. 8)

Se reduzirmos a noção dessa interação ao âmbito biológico ou puramente lógico, nossa abordagem poderia se encerrar aqui, mas quando pensamos em falantes, pensamo-los enquanto sujeitos. Um sujeito não fala simplesmente, ele enuncia. Por isso descartamos a possibilidade de trabalharmos com a noção de falante/ouvinte (não no sentido retórico, mas puramente fisiológico) como figuras da cena enunciativa, mas locutor/alocutário. Além disso, não cabe olhá-las a partir de uma centralidade e sim através de uma dispersão de sujeitos e de uma historicidade que se desmembram e se constituem, simultaneamente.

Enunciar então – sob uma ótica semântico-lingüística – significa apreender, sobretudo, o acontecimento do dizer. Esta é uma prática política, como diz o autor de *Semântica do Acontecimento*: “(...) tomo a enunciação como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua” (Ibdi., p. 8), e ainda “Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (Ibdi., p. 11)

Portanto, “o sujeito não fala no presente (...) pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nessa memória” (Ibdi., p. 14).

Se, enquanto sujeitos, estamos nesses espaços enunciativos, somos então mediados pelo Político. Ao mesmo tempo, se somos sujeitos, é através da linguagem que nos comunicamos com o mundo.

De acordo com Guimarães, o Político fundamenta as relações sociais: “O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma

normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.” (Ibdi. p. 16)

Essa definição é para nós uma espécie de diretriz ideológica do nosso trabalho e nos permitirá abordar com mais amplitude o mecanismo global do funcionamento da auto-ajuda.

Para a investigação, no que diz respeito à observação da constituição do sentido, o enunciado será o ponto de partida enquanto *unidade de análise* e, por conseguinte, vamos observá-lo “funcionando” num texto; isto significa considerar duas coisas fundamentalmente: que as relações de predicação que estabelece tanto internamente com os elementos que o constituem e simultaneamente com outros enunciados que se relacionam com ele, são responsáveis pela construção do sentido. A segunda questão é compreender o acontecimento enquanto “produto” da enunciação.

Tal questão é tratada por Guimarães logo na introdução de *Semântica do Acontecimento*, devido à “insolúvel” importância que apresenta na relação de constituição do sentido. Não há como apreender o funcionamento de um texto se se considera isoladamente um enunciado. Isto não significa que ele não possa ser recortado para uma possível análise, no entanto, é preciso apreender o acontecimento em que se encontra e observar a relação estabelecida entre as palavras que o constituem bem como com o texto, para que se possa construir o sentido, como já foi dito. Ao se descartar uma visão atomista da linguagem, vê-se uma memória de sentidos e uma futuridade no momento em que se enuncia e, lembremos, não é qualquer um que pode enunciar o que quiser, de qualquer modo e em qualquer lugar. Isso significa que a língua é mediada sempre pelo Político.

De acordo com Guimarães, o acontecimento na linguagem detém tais elementos fundamentais:

- tanto língua como sujeito se constituem pelo funcionamento da língua (são tomados pela linguagem); isto inclui a questão constitutiva do simbólico e do político enquanto mediadores das relações humanas;

- a temporalidade: o acontecimento contém em si, *instala* tanto uma projeção de futuro (futuridade) que permitirá sua abordagem, quanto um passado (rememorações) que funciona como “alicerce” (conteúdo e continente), “fruto” de outras enunciações;
- o real: “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

Para ilustrar o que vem a ser um acontecimento (metaforicamente podemos dizer que não se trata de um fato, mas um “ato”), exemplificamos: quando pensamos na palavra *campo* (que analisaremos), significando denotativa ou metaforicamente, por exemplo, ela atuará de diferentes modos, dependendo das relações estabelecidas interna e “externamente” à enunciação: as formações discursivas religiosas, científicas, midiáticas, educacionais ou outras ditarão, isto é, mediarão o modo como vai funcionar em cada cena enunciativa. Ainda podemos citar outros exemplos significativos (devido às rememorações) levando em conta palavras ou expressões “recentes” para os brasileiros: *companheiro*, *Ricardão*, *fala sério*, *ninguém merece* etc.

Assim como palavras e expressões, os próprios dicionários – em seu papel metalingüístico – são produtos regulados por uma historicidade e em cada época significam de uma maneira específica, afirmação que rejeita um sentido fixo e evidente de uma palavra em detrimento de uma concomitância constituinte em relação às cenas em que são empregadas.

A partir das considerações anteriores, a figura/personagem de representação do eu na enunciação é, portanto, o locutor. O locutor é aquele que é *aparentemente* dono do dizer; dialogicamente, o alocutário é o tu. Considera-se Locutor-L quando se observa a fonte do dizer e Locutor-Lp, segundo Guimarães, é o “Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo”. (GUIMARÃES, 1987, p. 20). Os correspondentes ao Locutor-L e Locutor-Lp, são respectivamente, Alocutário –AL e o Alocutário-ALp.

Há ainda enunciador e destinatário, que carregam em si outras dimensões: “O *enunciador* é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação. O *destinatário* é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciador”. (GUIMARÃES, 1987, p. 22)

3.4 - O autor

O corpus deste trabalho refere-se a textos de auto-ajuda; pensando a partir da relação dialógica orador/auditório ou ainda enunciador/destinatário ou locutor/alocutário, sendo o texto o objeto mediador da interação, pensemos na relação entre autor/leitor e nos modos de se fazer leitura e o que isso pode significar. Utilizaremos as considerações anteriores e a partir daqui de Eni Orlandi, a respeito do papel do autor, do leitor e sobre modos de leitura.

O autor que escreve um texto é constituído por diversas posições de sujeitos que conseqüentemente são constituídas por várias formações discursivas, sendo muito difícil delimitar de maneira “precisa” tais formações. O que ocorre é que o resultado final, o “produto” que é o texto em si, aparenta uma unidade. “O autor é o lugar em que se constrói a unidade de sujeito. É onde se realiza o seu projeto totalizante” (ORLANDI, 1988, p. 56)

Do mesmo modo, é praticamente impossível delimitar de maneira precisa todos os componentes do interdiscurso que constituem um discurso e principalmente a *unidade* do leitor (como sujeito/dispersões de sujeitos), pois ambos são regulados sempre por ideologias vigentes que atuam como forma de poder, novamente numa relação recíproca de co-dependência: não há ideologia sem sujeito. Em contrapartida, há regularidades que funcionam como “pistas” que permitem que sondemos o *perfil* “mínimo” do sujeito-leitor. Sempre a partir da dialogia, *basta* olhar para o texto.

Inseridos na historicidade e em ideologias que fundamentam as formações discursivas dos sujeitos, Orlandi afirma: “Estes efeitos (...) funcionam como evidências que, na realidade, são produzidas pela ideologia. Tomá-los como uma

realidade é ficar submerso na ideologia, na sua construção enquanto evidências” (Ibdi., p. 56). Para se evitar isso e não sucumbir a uma ilusão referencialista e evidente, é preciso considerar: como o sujeito é constituído e qual é a materialidade do sentido.

Na conclusão deste trabalho utilizaremos tais postulações e demonstraremos o que elas significam no objeto da auto-ajuda em questão.

3.5 - O leitor e a leitura: entendimento e compreensão

Em *Discurso e leitura*, Eni Orlandi introduz a noção prévia de distinção nos modos de leitura e os sentidos que a ela podem ser atribuídos. Alguns pontos são ressaltados e delimitados numa perspectiva discursiva: não existe só um modo de leitura e por isso ela poder ser trabalhada; isso, ao nosso ver, possibilita a afirmação de que uma abordagem se expande muito além do conteudismo.

Não é possível pensar em leitura sem considerar que essa seja uma relação dada através de interação. Segundo a autora, há um leitor virtual presente no texto: é aquele para o qual o autor se dirige e que é constituído no momento em que se escreve. Quando o leitor real ler o *escrito*, identificar-se-á e/ou relacionar-se-á com o leitor virtual. Tal processo é o início crucial para qualquer abordagem: é preciso observar esse jogo travado entre leitor virtual e real. (O leitor não interage com o texto, pois o texto significa muito mais do que decodificação, simplesmente). O leitor instaura os sentidos e se relaciona com outros sujeitos.

Uma perspectiva discursiva necessariamente impõe a abordagem do sujeito enquanto instância que enuncia; a partir do *sujeito*, intrinsecamente estão impostos os aspectos históricos e ideológicos/simbólicos. Portanto, não há necessariamente um sentido *uno* definido num texto, do mesmo modo, sujeito e sentido são afetados e/ou determinados pela Historicidade. Orlandi afirma que “a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social”. (ORLANDI, 1988, p. 52).

No decorrer da apresentação, a autora evidencia a questão da *legibilidade*. A partir das considerações expostas previamente, “fica claro” que um texto não possui a mesma legibilidade para qualquer leitor. Segundo Orlandi, depende da “natureza da relação” que se estabelece com o texto e a partir dessa relação, há que se ver os graus de entendimento.

Orlandi faz um apanhado diacrônico a respeito da formação da imagem do sujeito-leitor, a fim de mostrar processos que abrangeram as dimensões históricas da relação daquele com a linguagem, o poder e o conhecimento. Esses processos dizem respeito (também) ao assujeitamento do “sujeito” enquanto instância. De acordo com Orlandi, inicialmente fomentado pela Igreja, tal assujeitamento começa a atuar mais pelo viés jurídico do que pelo religioso, o que contribuiu para a promoção do *sujeito* enquanto “estatuto”.

É importante ainda dizer que a transposição do sujeito religioso ao sujeito jurídico, segundo a autora, foi operada através de um processo silencioso e abstrato e tal subordinação se deu porque foi “escoltada” pela idéia de liberdade divulgada socialmente, isto é, que afirma promover um sujeito livre (é o sujeito do campo jurídico).

Para Orlandi, esse processo gerou uma intrincada dicotomia: o sujeito é simultaneamente “submisso e autônomo” (Orlandi, 1988, p 49). Essa relação é sempre mediada pela historicidade:

“Essa noção de sujeito-leitor acolhe, ao mesmo tempo, o individualismo e o mecanismo coercitivo de individualização imposto pelas instituições.” (Orlandi, 1988, p 49)

Em suma, podemos dizer aqui que a questão da produção de leitura bem como a legibilidade de um texto, contém inúmeros fatores que determinam e regulam esse processo, partindo do ponto de que cada texto é lido considerando-se o tipo de discurso em que ele é alicerçado.

3.6 A monossemia do discurso religioso

Em *A linguagem e seu funcionamento*, Eni Orlandi postula três grandes modos de configurar um discurso. São eles, lúdico, polêmico e autoritário. Antes de mais nada, convém lembrar que não se tratam de modos estanques de discurso; pode haver uma dinamicidade em relação a eles e um não necessariamente exclui o outro. Deve-se pensar no modo como os interlocutores se consideram a respeito da interação: “(...) o locutor leva em conta seu interlocutor de acordo com uma certa perspectiva, não o leva em conta, ou a relação entre interlocutores é qualquer uma?” (ORLANDI, 1987, p. 154)

A autora considera algumas características para atingir essas delimitações discursivas: uma delas é a noção de *reversibilidade*, que significa olhar o funcionamento dos modos de interlocução e a postura/papel do ouvinte (leitor) e locutor (autor) perante a interação. Para a autora, a reversibilidade é a “condição do discurso.” (Ibdi., p. 238).

Outra característica para tal abordagem é considerar duas possíveis maneiras de se processar a linguagem: a polissemia e paráfrase. “No discurso autoritário temos a polarização da paráfrase, no lúdico a da polissemia e o polêmico é aquele em que melhor se observa o jogo entre a paráfrase e a polissemia (...)”. (ORLANDI, 1987, p. 84)

Faremos um breve apanhado do funcionamento e características dos três modos de discurso para posteriormente atentarmos para a tipologia que mais nos interessa aqui: a autoritária.

O discurso lúdico é a forma menos autoritária, em que não há propriamente uma intenção de persuasão ou convencimento, mas uma interação interlocutória entre o eu e o tu e a presença de uma polissemia, tanto a respeito dos signos quanto em relação às instâncias discursivas, o eu e o tu, como já foi dito. Orlandi postula sobre o lugar do lúdico em nossa sociedade:

(...) entra em contraste com o uso para finalidades mais imediatas, comprometidas com a idéia de eficiência e resultados práticos. (...) Assim, em nossa sociedade, (...) o lúdico é a ruptura, ocupa um lugar marginal, ao contrário do polêmico e do autoritário”. (Ibdi., p. 84)

Por essas características sabemos que o discurso lúdico não é e provavelmente nunca será dominante na sociedade.

O polêmico, segundo postula a autora:

é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob certas perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. (...)” (Ibdi., p.154)

Sobre o discurso autoritário, mais especificamente o religioso, que é o que nos interessa principalmente, pelo fato de ser o mesmo encontrado não só no corpus em questão, mas em textos de auto-ajuda em geral, vê-se que, apesar de uma aparente possibilidade de interlocução, devido à escolha voluntária (livre arbítrio) “permitida” ao ouvinte, cumpre por parte do locutor impedir tal possibilidade. Segundo Orlandi, não há efetivamente reversibilidade nesse tipo de discurso, mas “é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso” (Ibdi., p. 240); isso é necessário para mantê-lo em funcionamento, caso contrário, ele se cessaria. Outra característica pertinente a essa tipologia é a tendência à monosssemia. Isso se explica porque justamente por ser autoritário não há espaço para muitas vozes, a fim de assegurar a ordem.

Para ilustrar o funcionamento do discurso autoritário, a autora utiliza as postulações de Althusser sobre o discurso religioso cristão. Prosseguiremos do mesmo modo, devido à natureza do corpus deste trabalho. Apesar da identidade do discurso de Chopra não ser declaradamente cristã, ele pode funcionar perfeitamente dentro desses moldes, ao mesmo tempo em que não deixa de conter todas as regularidades pertinentes ao discurso autoritário/religioso que Althusser postula.

Uma das principais características presentes da tipologia discursiva em questão, é o desnivelamento da relação entre locutor e ouvinte: para iniciar, eles

nem estão no mesmo plano; a voz de Deus (que pode ser tomada por um representante na Terra) vem do plano espiritual, enquanto a do ouvinte situa-se no plano temporal, terrestre:

Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual *domina* o temporal. (...) Na desigualdade, Deus domina os homens”. (ORLANDI, 1987, p. 243)

Essa desigualdade foi profundamente cravada nos homens ao longo da história, acarretando além de culpa, a crença de que a salvação só é possível através da fé, obediência e punição.

Destacamos ainda mais uma importante teorização de Orlandi, pertinente ao nosso trabalho: a noção da mistificação e o que esta significa nos discursos autoritários:

em termos de discurso, é a subsunção de uma voz pela outra (estar no lugar de), sem que se mostre o mecanismo pelo qual essa voz se representa na outra. O apagamento da forma pela qual o representante se apropria da voz é que caracteriza a mistificação”. (Ibdi., p. 244)

Por ora tais considerações são suficientes para nosso trabalho e dizemos que devido a essa monossemia e a essa mistificação, os dogmas têm espaço e permissão para “atuarem”, pois, nesse caso, ninguém precisa explicá-los. Se os ensinamentos estão nas escrituras sagradas, isso passa a valer como fato consumado; antes, duvidar era uma heresia, hoje, duvidar pode significar a falta de fé que não permite que a “vida dê certo”, por exemplo.

4 - A análise

Observar um episódio histórico atual é, antes de tudo, um interesse político. Há uma comunhão entre os domínios de conhecimento aqui referidos que é para nós fundamentalmente apreciável: a crítica à existência da evidência da verdade. Isso se torna mais interessante quando notamos que é exclusivamente essa “visão de mundo” que fomenta o conteúdo do corpus, fundamentada em crenças e conhecimentos vulgares, isto é, não verificáveis e/ou científicos, como pretende o autor de auto-ajuda aqui utilizado.

Transitar nos campos da semântica lingüística e da retórica perelmaniana, principalmente, permite que tenhamos como ponto de partida duas posturas: a de investigadores, isto é, que estejamos “fora” do texto ou, “dentro” dele, como leitores e, a partir disso, no sentido retórico, há possibilidade de nos posicionarmos como adversários, por exemplo, no intuito de ampliar a abordagem.

Embora o autor visualize o perfil e tenha em mãos um acordo intelectual prévio de seu público – e isto é uma condição essencial, uma vez que não há sentido na produção se não se almeja a adesão – ele não pode prever ou impedir que um *outro tipo de leitor* leia o livro. O texto está disponível, sobretudo, nas prateleiras de livrarias, é de fácil acesso para muitos, em tese, para *todos*. Esse fato certamente torna o autor exposto a comentários e análises que talvez preferisse não ter de explicar ou contar com elas. No entanto podemos dizer que não seria ingênuo considerar a respeito de Chopra, especificamente, que o próprio fato de sua circulação ser escrita, faz com que haja uma prévia dificuldade de refutação, não somente pela natureza textual escrita, mas pela postura autoritária que ele executa, particularmente.

Segundo uma prática do senso comum, inclusive denunciada por Perelman é que, uma vez proferida uma asserção, o orador/autor presunçosamente crê que isso baste por si só, dispensando-se de argumentar ou expor as possíveis implicações: “Tal atitude resulta da ilusão, (...) de que os fatos falam por si só e

imprimem uma marca indelével em todo espírito humano, cuja adesão força sejam quais forem suas disposições” (PERELMAN, 1992, p. 20)

Aludiremos ainda a mais um parecer perelmaniano com o qual concordamos e tratamos de esclarecer: o tópico sobre *discussão* e *debate*. Num debate, um dos lados toma uma posição parcial, com o intuito praticamente *exclusivo* de vencer o adversário, de fazer valer suas próprias teses. De outro lado, numa discussão, visa-se, sobretudo, procurar “honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido”. (PERELMAN, 1992 p. 42). Posicionamo-nos de acordo com a segunda proposta, isto é, trataremos o corpus como uma discussão, a fim de uma efetiva investigação.

Após uma primeira leitura dos dois livros, antes de mergulharmos nas análises específicas, procuramos extrair *essencialmente* – procedência comum e “básica” quando se lê - uma compreensão do que foi lido, uma leitura de “conteúdo”. Num segundo momento, procuramos observar a relação de continuidade – assim como propõe o autor - a respeito do livro “explicativo” *As sete leis espirituais* em relação a *Criando Prosperidade*. Sobre esse procedimento prévio, isto é, anterior às análises, o que constatamos é que não há “clareza de sentido”, não há possibilidade de sintetizar concretamente o que o autor “quis dizer”. Apenas conseguimos notar que no momento em que se propõe a explicar suas teses, o autor lança mão de mecanismos que parecem preencher sempre um formato argumentativo, como $A + B = C$: uma espécie de premissa maior, adicionada a uma outra premissa em direção a uma conclusão. Sim, essa é uma estrutura argumentativa muito comum, no entanto, nesse caso particular o que faz o autor é repetir um conteúdo proposto tanto no termo A quanto na conclusão, senão quando não o faz nos três termos, e o faz na maioria das vezes, através da simples permutação de palavras no interior das frases, notadamente sem a preocupação de ao menos reescrevê-las utilizando-se de sinônimos.

Essa tal recorrência de um esquema argumentativo circular parece pretender ao intuito de disfarçar a explicação, travando ao invés de compreensão,

apenas *sensações de entendimento*. Para nós, tais sensações, são efeitos provocados pelos seguintes fatores:

- A atuação dos operadores argumentativos – esta presença promove uma roupagem de formalismo e credibilidade ao texto: é a estrutura que é persuasiva e não seu conteúdo, porque os argumentos articulados por eles são redundantes e muitas vezes desconexos, não exercendo um sentido coerente em relação ao seu emprego;
- A utilização de palavras (e não conceitos) da moda contemporânea que acessam um misticismo, ajudando a cumprir uma exigência de pertencimento na atualidade. Expressões como *infinito, ilimitado, universo, manifestação divina, fortuna*, são termos que satisfazem esse anseio do leitor que busca a auto-ajuda;
- Dizeres alheios – apesar de indevidamente citados – são incorporados como argumento de autoridade e outorgam imponência ao texto;
- O molde autoritário de discurso promove uma familiaridade – reconhecida, *despercebida* e internalizada que o leitor já possui, de uma maneira ou de outra, pertencendo a formações discursivas religiosas ou não: o Estado possui discurso semelhante e desse não se pode escapar. Seria uma espécie de *paternalismo*.
- A apropriação da importância que o estatuto da ciência atingiu, através da afirmação do autor a respeito da divulgação de um “conteúdo científico”: isso faz corresponder, pelo menos aparentemente, a uma produção utilitarista, isto é, uma das que a sociedade valoriza, dá credibilidade e quer comprar.

Depois da liberdade *adquirida/imposta* pelo âmbito jurídico-civil, da proliferação de religiões “renovadas”, da propaganda que adoece para remediar o mal estar do sujeito mal-sucedido, pode-se dizer que o leitor de auto-ajuda “está mais exigente”. Falar no “pecado pelo pecado” ficou *démodé*: é provável que esse leitor se sinta mais satisfeito e correspondido por ter seus anseios discutidos e ofertados de maneira mais “amena”, mais moderna. A simples menção da expressão *física quântica*, por exemplo, dispersa a noção de autoritarismo dogmático até há pouco difundida, por remeter – ainda que na aparência – a uma *cientificidade*.

Todos esses pontos indicados aqui, poderão ser observados na análise do corpus.

Em relação à metodologia utilizada, serão observados do ponto de vista retórico, a classificação do auditório que corresponde ao público leitor do texto de auto-ajuda, os tipos de argumentos utilizados e a postura do orador/autor. Vamos também observar os tipos de estruturas discursivas empregadas; a maneira de funcionar dos operadores argumentativos como mecanismos constituintes de persuasão, as cenas enunciativas e ainda constatar a articulação de palavras e o que é possível designar através dessas relações, a partir do ponto de vista semântico-enunciativo, utilizando as fórmulas postuladas por Guimarães em *Texto e argumentação*. Por fim, procuraremos concluir e afirmar qual é a natureza, ou melhor, quais são as regularidades que fundamentam o texto de auto-ajuda.

4.1 - A auto-ajuda

Deixamos claro anteriormente que o intuito dessa investigação não é averiguar a eficiência e o alcance das teorias apresentadas nos livros de auto-ajuda, todavia é através da maneira como elas são expostas que partimos para a análise. Importa-nos olhar para esta linguagem e as possíveis relações/significações por ela estabelecidas. Se o autor cumpre ou não, se as questões debatidas honram, de acordo com as postulações perelmanianas (também aristotélicas) sobre o que é ideal e válido para o discurso e para o acordo do auditório universal, não é esse o ponto que particularmente nos interessa.

Mencionamos anteriormente que não houve ainda uma categorização “científica”, protocolada sobre a definição da auto-ajuda enquanto gênero; apesar disso, observamos, em termos lingüísticos (semânticos e estilísticos), que tais textos apresentam traços e características que fundamentam uma regularidade. Dessas, podemos citar:

- o *ethos* do enunciador sempre “bem-resolvido”, otimista e determinantemente disciplinado, de fé inabalável (dedicaremos posteriormente uma sub-seção especificamente a este conceito)
- na grande maioria das vezes, os enunciadores se posicionam como genéricos, pretensamente universais ou mesmo absolutos, utilizando-se desses lugares para acessarem as crenças do senso-comum e também como modo de legitimarem um dizer, através de discursos polêmicos (nesse caso, aparentemente) e autoritários. Os textos são repletos de argumentos circulares e/ou tautológicos, que além de produzirem no leitor a ilusão de entendimento ou explicação - característica prevista inclusive no discurso religioso/autoritário -, não possuem fundamentação teórica comprometida, ou pelo menos, uma *considerável* fundamentação, como pretende dizer o autor.
- a monossímia - característica do discurso religioso – constitui-se muitas vezes através de crenças alicerçadas em provérbios, metáforas, máximas e crenças populares (e às vezes dogmáticas) que se valem de *dóxa*, além do uso dominante do modo imperativo.
- citações de referências de “grande porte”, como de filósofos, escritores, cientistas (entretanto nunca citando nomes desses últimos), personalidades de destaque histórico e passagens de livros religiosos, por exemplo, utilizados como argumentos de autoridade.
- linguagem simplista, mas nem por isso “clara”.
- promessas de meios para a solução de problemas ou ainda a redenção pelo próprio ato de ler determinado livro: “Por exemplo, o conhecimento que você está adquirindo ao ler este livro criará espontaneamente as condições para a riqueza e prosperidade.” (CHOPRA, 1993, p. 39).

Não se conhecem nessa literatura livros com fundamentação teórica ou escrita comprometida cientificamente; os traços citados acima são tão comuns entre eles, que através da observação de inúmeros exemplares, encontramos as mesmas características praticamente em sua totalidade. Como já mencionamos anteriormente, nem sempre é preciso – dependendo do âmbito que se transita –

carregar o “selo” da ciência para ter credibilidade, mas, retificamos que é o próprio autor de auto-ajuda aqui citado que pretende a esse estatuto.

Quando se pensa na literatura de auto-ajuda, provavelmente o leitor não a busca como uma fonte de pesquisa: ele visa algo imediato, espera poder *compreender* por si mesmo o que está contido no livro e *atuar*. Bem, levando em conta o propósito por eles prometido. É improvável que se espere que o leitor estude, no caso dos livros de Deepak Chopra, para poder “conferir” ou aprofundar o que leu, verificando, por exemplo, teorias de física quântica ou a vasta literatura religiosa védicaⁱⁱ. Sabe-se que tal literatura indiana é muitíssimo extensa, além de não haver tradução integral para nenhum idioma, exceto seu primeiro livro, traduzido para o inglês, o *Rigveda*, um dos quatro grandes volumes que compõem os *Vedas*, só este, possui dez livros com 1028 hinos.

Sabemos que o modo de ler são regulados por fatores políticos e ideológicos, como já foi dito. No caso de um leitor ocidental (especificamente brasileiro, já que estamos particularmente considerando esta situação), na duvidosa atitude de buscar textos afins que embasem o que está contido em Deepak Chopra, ao se deparar com aspectos que seriam estruturalmente inadmissíveis para si, em termos de costumes ou componentes político-ideológicos, como poligamia, politeísmo, imobilidade social devido à divisão político-religiosa das castas indianas, por exemplo, certamente haveria mais dificuldade do que esclarecimento, devido ao fato de tais ideologias basais serem tão divergentes e, portanto, conflituosas.

Além do claro empecilho, devido não só à dificuldade de acesso aos textos *genuínos*, como à própria inviabilidade do recurso, não é isso o que - na grande maioria das vezes - a auto-ajuda propõe. O que este *gênero* prega é o imediatismo, a solução simples, rápida e eficaz para qualquer tipo de anseio e por

ⁱⁱ Denominam-se *Vedas* os quatro textos, escritos em sânscrito por volta de 1500 a.C., que formam a base do extenso sistema de escrituras sagradas do hinduísmo, que representam a mais antiga literatura de qualquer língua indo-europeia <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vedas>

isso mesmo dispensa maiores esforços e desdobramentos para a realização destes objetivos almejados.

Quanto à física quântica – a *outra teoria que compõe* o livro – tomamos como critério para o embasamento científico e acadêmico, definições empíricas, protocoladas dentro dos parâmetros da ciência. Isso significa uma adequação minimamente necessária a este tipo de trabalho. Com esse procedimento, constatamos que não só o tipo de discurso como o conteúdo científico propriamente dito é muito distinto dos encontrados nos livros de auto-ajuda, isto é, do modo como pretendem definir ou aludir ser física quântica. Podemos dizer que nem como tentativa de resumo facilitado, ele, o conteúdo, se parece com tais definições, muito menos é claro ou *suficiente* para um leigo no assunto. Por isso não se pode de modo algum afirmar que as alusões a tais teorias são esclarecedoras ou que enriquecem o propósito prometido pelo autor contido no livro.

Fica claro para nós, que a prévia adesão (ou simpatia) exercida pelo autor sobre o público leitor, reside básica e principalmente em três fatores:

- Primeiro: é através do modo e formato como utiliza a linguagem (e não da consistência e veracidade do conteúdo);
- Segundo: ele se vale de silogismos sofisticados (máximas, lugares-comuns, crenças genéricas, dogmas religiosos, “chavões ideológicos”) e principalmente de seu *ethos* como meio de adesão/persuasão e garantia do que está dizendo;
- Terceiro: a promessa de redenção contida nos livros instiga à leitura.

Citaremos os títulos dos livros com o intuito de exemplificar o padrão autoritário utilizado pelo autor e o estatuto que este pretende ocupar. Essas nomeações são pertinentes senão necessárias para este gênero. É possível, inclusive, começar por sondar o perfil do auditório pelas próprias características dos títulos, já que, como veremos mais adiante, o título não possui função “meramente informativa” e, por não se enquadrar em características de textos literários, observar a equivalência dos títulos, é um grande indicativo para tal

sondagem. Esses são os títulos dos livros de Deepak Chopra, levando em conta apenas a publicação no Brasil:

- *As sete leis espirituais do sucesso;*
- *Vida incondicional: como controlar forças que moldam sua realidade pessoal;*
- *O Caminho da cura: despertando a sabedoria interior;*
- *Caminho do mago: vinte lições espirituais para você;*
- *O caminho para o amor;*
- *Como conhecer Deus;*
- *Saúde perfeita;*
- *Alma gêmea;*
- *A realização espontânea do desejo;*
- *O livro dos segredos;*
- *A paz é o caminho;*
- *Uma boa noite de sono;*
- *As sete leis espirituais para os pais;*
- *A fonte da vida;*
- *O retorno de Merlin;*
- *Peso perfeito: programa completo para mente e corpo;*
- *Energia ilimitada: programa completo mente/corpo para vencer a fadiga;*
- *Digestão perfeita: a chave para uma vida equilibrada;*
- *Corpo sem idade, mente sem fronteiras;*
- *Dominando o vício: a solução espiritual;*
- *Programa completo para mente/corpo: sono tranqüilo;*
- *O mundo sutil do amor;*
- *Conexão saúde;*
- *Buda: a história de um iluminado;*
- *Oráculo cabalístico;*
- *Golfe: Sete lições para o jogo da vida;*
- *Criando sucesso e dinheiro;*

- *A fonte da felicidade duradoura;*
- *Mistério e magia no amor;*
- *Imortalidade Diária: um curso conciso em transformação espiritual;*
- *O guia Deepak Chopra de ervas;*
- *Torne-se mais jovem, viva por mais tempo;*
- *Senhores de luz;*
- *Somos todos um;*
- *Origens mágicas, vidas encantadas;*
- *O anjo está perto;*
- *As sete leis espirituais da ioga;*
- *Kama Sutra: incluindo as sete leis espirituais do amor.*

Chopra se tornou famoso no mercado da auto-ajuda por *tentar* unir dois aspectos atraentes para o público: aspectos da religião oriental milenar indiana (o sintagma milenar tem efeito propagandístico impactante e de *credibilidade* nessas situações) com a “física quântica”, como “suporte” teórico e científico que *poderia* legitimar seu dizer. Todavia, nem este nem aquela têm fundamentações aprofundadas e minimamente rigorosas em nenhum de seus livros. Funcionam como “argumentos de autoridade”, ainda assim, só na aparência.

Antes de prosseguirmos, aludiremos a uma consideração importante sobre os argumentos de autoridade: de acordo com Perelman, o fato em si de lançar mão desse tipo de argumento não é problema. Por ser um dos tipos que mais podem ser influenciados pelo prestígio, deve-se ao menos haver um cuidado no modo de empregá-lo. Muitas vezes, basta “a palavra de honra” de uma pessoa, para se alcançar um valor de prova; mas isto depende da imagem (ou opinião) que se tem dessa pessoa. No caso específico da auto-ajuda, os argumentos são sustentados pelo *ethos* do orador. Entretanto, no caso de Chopra, não chega a ser só isso o que ocorre, pois ele se utiliza igualmente da fama construída por esses clichês da modernidade, como a reiteração deste (pseudo) status ‘libertário’,

ilustrado anteriormente com o artigo de Žižek. Idéias como “estar à altura de Deus”, ou crer que a realidade material é ilusória são recorrentes no texto.

4.2 O *ethos* do autor-orador

O conceito de *ethos* foi formulado por Aristóteles e completa a trilogia voltada à argumentação dos meios de prova juntamente com o *logos* e o *pathos*. Concisamente dizendo, o *ethos* diz respeito à imagem de si que o orador *formula*, o *logos* refere-se à tese debatida e o *pathos* ao auditório ao qual se delibera, no momento do discurso.

Cabe-nos ressaltar que, atualmente, esse conceito vem sendo requisitado por diversas áreas do conhecimento, assim como pela Semântica, Pragmática, Análise do Discurso, Sociologia entre outras. Não é nosso interesse apontar as diferenças entre tais áreas, nem isso é aqui necessário, mas para que o conceito de *ethos* seja tratado coerentemente, isto é, que não entre em conflito com à posição aqui adotada, utilizaremos algumas considerações de Ruth Amossy.

No artigo “Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso”, Amossy faz uma espécie de “retrospectiva” em relação à formulação e desenvolvimento do conceito de *ethos*, procurando apontar as principais diferenças bem como os pontos convergentes entre algumas áreas de saber. Para este trabalho, no entanto, importa-nos dizer que a construção de uma imagem de si é fundamental para Michel Pêcheux bem como para lingüística enunciativa de Benveniste, mas foi Ducrot quem utilizou o termo *ethos* e para nós, depois de Perelman, é a forma que mais se aproxima de nossa posição. Explicaremos.

Ducrot distingue as instâncias discursivas entre enunciador (E) e locutor, que conseqüentemente se subdividem em L, como “ficção discursiva” e λ , enquanto ser do mundo, abandonando a figura do falante real – sujeito empírico. “Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala”. (AMOSSY, 2005, p. 15)

Neste sentido, não se trata de modo algum de uma sobreposição de teorias, mas, assim como afirmamos anteriormente, é a noção que mais se aproxima da nossa, isto é, à noção perelmaniana de *ethos* adotada neste trabalho. Primeiramente, rejeitar uma centralidade, implica considerar várias vozes responsáveis por construir a “identidade” do locutor. Há que se dizer que Perelman não discute diretamente a noção de sujeito em seu trabalho; ele se atém/detém à figura do orador. Para nós, mesmo cientes da distância entre Perelman e Ducrot, ao modo de uma interpretação, vimos que na retórica de Perelman, não basta ao orador apenas falar de si, sobre si, mas comungar com o auditório e isso se realiza através da escolha minuciosa dos tipos de estratégias argumentativas empregadas. Consequentemente, não há uma exterioridade que seja requisitada na construção do sentido, nem para um, que considera a “construção de uma verdade” através da argumentação, nem para o outro, que trata de apreender o sentido no momento em que se dá o enunciado.

Neste trabalho veremos, como colocaremos a seguir, o modo como o autor de auto-ajuda constrói seu *ethos*, e mais abaixo, a natureza da sua argumentação.

Enquanto para Aristóteles a noção de *ethos* está intrinsecamente relacionada à ética, ao bem, às “coisas boas”, para Perelman, a noção de moralidade é mais do que secundária (pois para este, não há como medir quantitativamente juízos de valor), já que o orador deve, a partir de uma relação dialógica, adaptar-se ao auditório no momento em que delibera; deste modo, o auditório é responsável “equitativamente” por ditar e construir o *ethos* do próprio orador. Por esse motivo, já que o que se visa num discurso é a adesão a uma tese, o orador constituir-se-á de acordo com sua intenção e não necessariamente precisa ser conhecido pela *polis* como ocorria nos discursos gregos antigos, que o caráter e a conduta do cidadão eram previamente conhecidos.

Deste modo, o foco para Perelman, não reside no fato do orador falar verdade ou mentira, mas no modo em que ao falar, consiga obter adesão através de teses verossímeis ou não-verossímeis.

Deepak Chopra é um endocrinologista indiano e famoso escritor de auto-ajuda. Vive em San Diego, no estado estadunidense da Califórnia. Escreveu dezenas de livros de auto-ajuda e alguns deles foram traduzidos para em média trinta e cinco idiomas, segundo informações colhidas na *web*. Nos diversos formatos midiáticos, há apenas a menção da quantidade dos idiomas traduzidos, mas não a referência direta: não se sabe efetivamente quais são esses idiomas. É também apresentador de programas televisivos de auto-ajuda nos Estados Unidos, além de possuir inúmeros DVDs e CDs sobre o mesmo tema, ainda segundo informações coletadas em *sites*.

Os livros de Deepak Chopra jamais deixam de trazer referências da sua biografia. Isso não é de modo algum em vão. Tais referências dizem respeito às conquistas bem sucedidas no mundo dos negócios, realizadas, “é claro”, através da aplicação de sua perfeita teoria “científico-espiritual”.

Quando se leva em conta a construção argumentativa desse autor, é possível dizer que nem em termos de estrutura ou de conteúdo tal construção é satisfatória; além das notáveis deficiências gramaticais e de uma tessitura textual falha e repetitiva, no que concerne ao auditório universal, isto é, considerando uma argumentação pautada na racionalidade, não é possível afirmar que seu texto é pertinente ou coerente para todo e qualquer leitor-ouvinte.

Por essas e por outras razões que serão demonstradas nos exemplos, podemos afirmar que além de se valer da força contida nas estruturas utilizadas como, por exemplo, através dos operadores argumentativos e do comum mecanismo A + B, portanto C, o autor não só se empenha na construção de um *ethos*, considerando o conteúdo, como se utiliza disso para poder dizer o que diz e essa parece ser sua maior “fonte de apoio”; uma espécie de abrigo argumentativo.

Há que se dizer que Deepak Chopra toma como ponto de partida e se vale fortemente de sua nacionalidade indiana para auto-promoção. Ora, o fato de ser indiano, constitui a imagem estereotípica de possuidor do conhecimento religioso védico (fundamento do budismo) e, o fato de ser bem sucedido financeiramente, *funciona* e é tomado como um exemplo empírico de tais teorias, “já que ele as

vivência”. Isso passa a ser um fator de prestígio. Do mesmo modo, ainda na construção do *ethos*, sendo médico, é-lhe permitido falar *cientificamente*. Ambos estatutos convertem-se em argumento de autoridade e constroem esse personagem que acaba por se confundir com o próprio autor enquanto pessoa real. Trata-se do mesmo homem que *vive* e *fala*. Na medida em que se olha para essa “personagem” mesclada em líder espiritual, porta-voz divino ou mesmo médico que conhece “a mais” ou “além” daquilo que uma formação tradicional do curso de medicina oferece, é por ser indiano que isso fica mais fortificado. É a figura mística que se mistura com a realidade e, no imaginário do leitor, esse é um poderoso dispositivo.

Para ilustrar o que postulamos acima, citaremos dizeres que se encontram na capa e contracapa dos livros; não se pode deixar de ressaltar que aquilo que é eleito para vir numa capa e contracapa, deve ser significativo, pois, dentre outras coisas, trata-se de uma espécie de resumo ou ao menos uma consideração diretiva sobre o conteúdo da obra.

O livro *As sete leis espirituais do sucesso*, publicado em 1994, refere-se, segundo seu autor, de uma obra baseada e contígua a *Criando Prosperidade*, publicada em 1993. Na verdade, na introdução d’*As Sete Leis*, ele afirma que se trata da descrição da essência do ensinamento dado no primeiro livro ou ainda “um guia prático para a realização de seus sonhos” (CHOPRA, 1994, Capa). E, na contra-capa: “Este livro abala o mito de que o sucesso é resultado de muito trabalho, de planos precisos e ambição dirigida”. (CHOPRA, 1994, Contra-capa)

Todavia, no “livro-referência”, *Criando Prosperidade*, há os seguintes dizeres: “Passo a passo, conheça as atitudes que devemos tornar conscientes para conquistar abundância em todas as áreas da vida” (CHOPRA, 1993, Contra-capa).

Esse trecho citado na íntegra, encontra-se escrito em letras vermelhas e todas maiúsculas, dando a impressão de não se tratar do mesmo enunciador que logo em seguida enuncia:

O dr. Deepak Chopra, médico indiano radicado nos Estados Unidos, ganhou notoriedade com teses revolucionárias no campo da saúde. Nesta obra, o autor volta seus conhecimentos para a obtenção de riqueza material e explica como conquistar para si a fartura existente em todas as manifestações físicas do universo. Com as atitudes certas, todos podemos guiar nossa consciência – inesgotáveis impulsos de energia e informação – e canalizar a energia necessária para gerar os bens desejados, sejam espirituais ou materiais (CHOPRA, 1993, Contra-capá)

Sem aprofundamentos teóricos - numa leitura simplista -, é possível ler praticamente o contrário, o oposto do que se afirma nos dois exemplos. Em um livro, diz-se que é necessário canalizar energia e ter as atitudes certas para se atingir aquilo que se almeja; no outro, a necessidade de “planos precisos e ambição dirigida” (CHOPRA, 1994) é completamente dispensada. Um leitor minimamente atento não se contentaria, *a priori*, com essa informação.

Para finalizar esta sub-seção, em consonância com um dos fundamentos principais deste trabalho, traremos uma citação de Perelman, lembrando da relação travada na comunhão dos espíritos (orador e auditório): esta é feita pela construção dialógica realizada através do discurso:

Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar; tais concepções fazem parte da sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados... (PERELMAN, 1987, p. 23)

4.3 O auditório de auto-ajuda

Para falar sobre o auditório da auto-ajuda ou de qualquer outro, partimos de duas postulações fundamentais: a primeira diz respeito ao pressuposto básico, por parte do orador, de esperar pela adesão do auditório, como já mencionamos, caso contrário não há sentido em deliberar. A segunda implica considerar que “O acordo do auditório universal não é uma questão de fato, mas de direito” (PERELMAN, 1992, p. 16). Deve-se ter clara a distinção entre causas *prováveis* a

serem discutidas e evidências sobre as quais não se deve deliberar, isto é, aquelas que ultrapassam verdades e contingências históricas, porque são atemporais: não há o que deliberar diante da evidência.

Por outro lado, quando se visa a “solução” de uma causa, só se deve levar em conta aqueles que participam do momento em que o discurso é proferido. De fato, tais espíritos vivem e são tomados por valores éticos, jurídicos e culturais determinados, conseqüentemente não há uma verdade pré-estabelecida existente nesse caso, que ultrapassa os limites do tempo. Toda a questão a ser debatida será mediada pela época vigente e não há como fugir disso. Crenças e valores não são estáticos: eles mudam na História, por isso se deve considerar o que os homens julgam como válido para seu tempo. Do mesmo modo, a postura do orador, do ouvinte, isto é, daqueles que se relacionam são regularizadas: “Em nosso mundo hierarquizado, ordenado, existem geralmente regras que estabelecem como a conversa pode iniciar-se, um acordo prévio resultante das próprias normas da vida social.” (PERELMAN, 1992, p.17)

A partir dos pressupostos por nós adotados, tratamos de definir o auditório de auto-ajuda, como um *pretense* auditório universal. É mister aludir ainda, assim como atesta Perleman, que os auditórios não são independentes entre si, nem estáticos: tudo dependerá do tipo de argumentação utilizada.

Podemos olhar para essa questão considerando-nos parte do auditório (pois os textos estão disponíveis para todos) ou mesmo “fora” dele, a fim de abordar imparcialmente, isto é, investigatoriamente como ele se configura. É certo que não se deixa de ser leitor de um texto quando o lemos, mas podemos regular a relação que queremos estabelecer com ele e de certo modo, após esses “limites” estabelecidos, o modo de leitura.

É fato que não há como precisar com exatidão o auditório concreto de auto-ajuda, ou seja, quais pessoas o compõem. Entretanto, há vários modos de delimitá-lo e o primeiro passo que se deve dar em direção a isso é através da observação do próprio discurso do orador: isso é uma garantia, uma vez que essa

relação é dialógica e é o auditório que dita o proceder do orador, como já afirmamos.

Uma reflexão válida para nosso trabalho se encontra no sétimo capítulo do *Tratado da argumentação*, “O auditório universal”, em que seu autor cita uma crítica proferida por Jean Paul Sartre a respeito do auditório do escritor. Este condena a postura negligente e ilusória de alguns escritores por procederem abdicando de uma universalidade concreta, justamente porque supõem que serão lidos por todos, em todos os tempos. Segundo o francês, foi do abismo detectado entre público ideal e real que nasceu a idéia de universalidade abstrata. Essa postura se deve à tentativa de amenizar o fracasso da “consciência do espaço, do tempo”, por parte dos escritores. Segundo Sartre, “Pela universalidade concreta cumpre entender, ao contrário, a totalidade dos homens que vivem numa dada sociedade” (SARTRE et al. [1976] apud PERELMAN, 1992, p. 39)

Talvez Sartre não tenha se referido necessariamente a *qualquer* natureza de escritores, mas a afirmação é pertinente quando se pensa na atitude de escrever “situado no tempo”. No caso da auto-ajuda, mesmo atestando a falta de rigor com que seus autores se portam, não se pode dizer que estão isentos de um compromisso com a História, com a atualidade, já que fazem parte dela e contribuem – querendo ou não – para a configuração da identidade de um tempo, de uma época. É sobre esse modo de proceder inclusive, que está situado nosso interesse.

Há ainda outra questão comentada por Perelman neste capítulo, que reitera nosso interesse. Diz respeito à tentativa cartesiana de alguns na formulação de asserções racionalistas para a elaboração de teses. Perelman as considera insustentáveis e perigosas, pois é um erro identificar a lógica com o estatuto do universal e a partir daí eleger - de um ponto de vista estritamente particular, individual -, as evidências falsas ou verdadeiras; de fato, “Será que se imagina que o que convence um auditório universal, cujo representante ideal é considerado a própria pessoa, possui realmente essa validade objetiva?” (PERELMAN, 1992, p.

35). Tal preocupação questiona além do caráter arriscado e duvidoso dessa postura, a idéia de evidência.

(...) é sempre temerário identificar com a lógica a argumentação para o uso do auditório universal, tal como a própria pessoa o concebeu. As concepções que os homens criaram no curso da história dos “fatos objetivos” ou das “verdades evidentes” variaram o bastante para que nos mostremos desconfiados a esse respeito. Em vez de se crer na existência de um auditório universal, análogo ao espírito divino que tem de dar seu consentimento à “verdade”, poder-se-ia, com mais razão, caracterizar cada orador pela imagem que ele próprio forma do auditório universal que busca conquistar para suas opiniões (Ibdi., p. 35, 36)

A argumentação dirigida ao auditório universal deve ser aquela que, como já foi dito nos pressupostos teóricos, é útil e válida para todo e qualquer ouvinte. Ainda assim, há a possibilidade de uma argumentação que visa os moldes da universalidade não convencer a todos. Cumpre sempre lembrar que a argumentação é uma questão de direito e não de fato. Perante a circunstância de não convencer a todos, cabe o recurso de desqualificar o ouvinte, designando-o estúpido ou anormal, segundo as palavras de Perelman. Todavia, este recurso apenas funcionará se o número de “excluídos” for pequeno e se seu nível intelectual for “inferior” em relação àquele que delibera, pois de outra forma, esta argumentação se voltaria contra o próprio orador, expondo-o ao ridículo. No caso de incerteza ou de perigo em apelar para esse procedimento, pode-se ainda recorrer a outro tipo de argumentação, que consiste em opor o auditório universal a um auditório de elite, que é aquele:

dotado de meios de conhecimento excepcionais e infalíveis. Aqueles que se jactam de uma revelação sobrenatural ou de um saber místico, aqueles que apelam aos bons, aos crentes, aos homens que têm a graça, manifestam sua preferência por um auditório de elite; esse auditório de elite pode até confundir-se com o Ser perfeito” (PERELMAN, 1992, p. 37)

Perelman explica que propositalmente o auditório de elite, na maioria das vezes, não pretende ser “somente” universal. Iniciado pelo orador, o processo que desloca o auditório para uma escala hierárquica superior, significa para nós simplesmente uma atitude de coação/coerção, sinal que atesta a falta de argumentos. Ora, apelar para o auditório de elite, assim como Deepak Chopra faz, comprova não só a impossibilidade de sustentar suas teses assim como o caráter autoritário que seu discurso possui. Já que o auditório de elite refere-se, segundo Perelman, àqueles que aderiram a causas “superiores”, as opiniões válidas são somente aquelas que pertencem a ele, ou seja, ele passa a ser então normativo. O discurso de auto-ajuda é persuasivo e garante a adesão na medida em que só está incluso ou “tem salvação” aquele que *enxerga e compreende* os ensinamentos proferidos.

Para nós, o auditório de auto-ajuda é universal e no limite, trata-se de auditório de elite por causa da maneira como Chopra delibera e pelas causas expostas acima. “O auditório de elite só encarna o auditório universal para aqueles que lhe reconhecem o papel de vanguarda e de modelo” (PERELMAN, 1992, p. 38)

Se Deepak Chopra acata o rótulo de escritor revolucionário por “unir” teorias milenares indianas e física quântica, se é divulgado como o criador de meios que garantem a cura e a solução para todos os problemas, então seu auditório “converte-se” em universal, não pela quantidade de leitores, ou pela validade de suas teses, mas justamente por considerar/proferir que suas teses são universais.

Este é o ponto exato da definição do auditório e do desfecho que ele pode tomar. Deepak Chopra constrói seus argumentos pelo modo da verdade; no entanto ele sustenta esta universalidade sempre numa voz genérica de um lado e na redundante circularidade entre argumento e conclusão, do outro. Esse mecanismo tautológico é recorrente em praticamente toda sua obra e a força inerente aos operadores argumentativos é utilizada largamente. Esse mecanismo funciona de modo decisivo: a aparência de explicação ofertada pela força e

presença dos operadores argumentativos determina um efeito de dispersão, que impossibilita reflexão. Como consequência, o autor fica “protegido”, pelo menos num momento mais “desprevenido” do leitor, de refutações posteriores. Sobre a dificuldade da refutação, esta não está de modo algum ligada ao conteúdo, mas à própria solidificação de valores dados como evidentes que regem a ideologia e o comportamento social, bem como o texto está “escoltado” pela estrutura (concreta) argumentativa.

Para finalizar, há ainda a possibilidade de existência de um auditório universal especializado. O autor do *Tratado* cita o exemplo de um cientista que delibera à sua comunidade (científica); ele crê que todos que o ouvem são dotados das mesmas características e que por isso tomariam as mesmas decisões e conclusões que as suas. Deve-se deixar claro que não é possível aplicar esse mecanismo à auto-ajuda, porque o autor “ensina” e o leitor, por sua vez, aparentemente “não detém” os mesmos conhecimentos.

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes (...) Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*. (Ibdi., p. 37)

Ainda na caracterização desse auditório, vimos que pode ser em geral homogêneo. Afirmamos isso, pois não há mudança por parte do orador/autor em nenhum momento durante o texto, em relação à identidade dos argumentos proferidos. É comum de o orador ter que se adaptar ao “avanço” de raciocínio do auditório, entretanto, este, da auto-ajuda, permanece sempre o mesmo, pois o discurso permanece também, igual.

Essas considerações permitem que nos julguemos autorizados a afirmar que é esse o caso do autor de auto-ajuda em foco. Pelo fato das opiniões de Chopra serem extremistas e audaciosas, seu discurso necessariamente é autoritário. Se assim não fosse, não poderia expor tais opiniões sem maiores cuidados, ao menos, no mínimo, com uma linguagem mais comprometida.

Mas há a questão do condicionamento que se exerce no auditório, que muitas vezes também – aos moldes do funcionamento da propaganda – é também responsável pela influência nos ouvintes. Talvez essa influência seja mais significativa e tenha um alcance mais notável do que as próprias opiniões expostas ou a linguagem empregada num texto. “Conhecer um auditório é também saber, (...) como é possível assegurar seu condicionamento” (PERELMAN, 1992, p. 26).

À maneira que expõe suas idéias, Chopra vai-se utilizando de palavras que aludem ao transcendental, ao místico, ao espiritual e eterno, acessando facilmente o imaginário do leitor. Por outro lado, ao citar nomes também científicos, estes ficam responsáveis por causar uma impressão de sofisticação e *empirismo*, daquilo que está sendo citado. Na medida em que vai repetindo os argumentos, num esquema sempre tautológico, provoca no leitor um efeito notável de familiaridade com as teorias e conseqüentemente uma ilusão de compreensão e assimilação do conteúdo. Há que ressaltar, uma vez mais, que o emprego dos operadores argumentativos como mecanismo persuasivo são responsáveis por sustentar por si só, apenas pela sua presença, um aspecto de formalidade, de legitimidade ao texto. Operadores como *portanto*, de direcionamento conclusivo e *não só...mas também*, como articulador de idéias, ajudam a tornar, pelo menos na aparência, um texto *seriamente* comprometido. Não podemos deixar de mencionar as apropriações indevidas que Chopra faz de citações de personalidades conhecidas mundialmente que foram importantes, de modo geral, para a história da humanidade, como Einstein ou Mahatma Gandhi, por exemplo. Quando é conveniente para o autor, na falta de argumentos plausíveis, ele simplesmente “anexa” um dizer, encaixando-o à idéia que pretende pregar.

Em suma, esses são os esquemas argumentativos, do ponto de vista retórico utilizados por Deepak Chopra.

Vamos agora às considerações da semântica da enunciação.

Explicitaremos todos os trechos em que ocorre a presença do operador argumentativo já mencionado, todavia, a fim de não tornar a análise enfadonha e

exaustiva, já que há notória homogeneidade no corpus, analisaremos os exemplos mais significativos.

4.4 – Argumentos e operadores argumentativos conclusivos: presença atuante e persuasiva

Embasamos nossa leitura nas considerações da retórica argumentativa, com posição teórica epistemológica, em consonância com Perelman, todavia, nosso principal dispositivo para a análise são os postulados da semântica-lingüística, que considera o sentido como “uma representação aceita da relação entre linguagem, usuários e mundo”. (GUIMARÃES, 1987, p.167).

A partir disso, falemos um pouco sobre o operador *portanto*.

Como ponto de partida, na maioria das gramáticas tradicionais ele é considerado uma conjunção coordenativa conclusiva, isto é, tem por função introduzir uma oração que exprime conclusão em relação ao que se afirmou anteriormente. Em *Texto e argumentação*, Guimarães vai muito além da definição tradicional a respeito das conjunções, movido não só pela defasagem do estatuto tradicional da gramática – a fim de aprofundar o estudo -, mas também pelo papel crucial que desempenham na função da textualidade, demonstrando através de uma perspectiva enunciativa, um funcionamento mais legítimo dessas conjunções.

Tais conectivos possuem a função de vincular unidades semânticas e de empregar um papel argumentativo a tais unidades. Apesar de conterem um valor estabelecido, esses elementos não são estáticos e muitas vezes não são substituíveis uns pelos outros. Apesar de previstos, seu funcionamento se dá a partir do texto em que operam, e pode acontecer inclusive, de tais elementos não apresentarem relação direta com as entidades que são conectadas por eles. É o que constatamos em nossas análises, por exemplo.

Ainda em relação aos operadores conclusivos, Guimarães toma como ponto de partida para as hipóteses de suas análises, posições recorrentes das

gramáticas tradicionais, mas acrescentando que a relação argumentativa entre argumento e conclusão é constituída pela enunciação.

O autor menciona a questão da implicatura/implícito contido nos enunciados, tópicos também tratados por Grice e Ducrot. Grice nomeia implicatura convencional enquanto Ducrot chama de implícito de enunciado. Em suma, pode-se explicar sobre essas postulações que, numa determinada sentença conclusiva, pode estar contido um implícito. Por exemplo,

(1) Ela é mulata (brasileira), logo samba bem.

Nessa sentença, segundo Grice e também Ducrot, possui a implicatura:

(1a) Toda mulata (brasileira) samba bem.

Mesmo utilizando tais teorias que tratam desse implícito, Guimarães ressalta a necessidade de não se considerar esse tipo de funcionamento aos moldes de uma semântica formal, que considera a questão da verdade como algo que por si só faz derivar literalmente o sentido de um implícito, uma espécie de sentido *a priori*, mas sim através da observação dos recortes enunciativos específicos. Também a questão pragmática não nos diz respeito, uma vez que teorias dos atos de fala, por exemplo, diferem-se consideravelmente de nossos pressupostos teóricos.

Vamos observar a atuação desses implícitos nos recortes utilizados para a análise.

Embora seja uma questão elementar, isto é, conhecida pelo senso comum, falemos um pouco sobre o que vem a ser um argumento. Se pensarmos na palavra *argumento*, podemos inferir de imediato, pelo fato de ser o sentido mais corriqueiro utilizado cotidianamente, algo a que se lança mão a fim de justificar razões em detrimento de causas de nosso interesse, atuando para convencer ou persuadir outrem. Se pensarmos um pouco mais teoricamente, isto é, de maneira um pouco menos “simplista” que a primeira, podemos dizer que um argumento se trata de um raciocínio de onde se tira (ou se pretende tirar) uma conclusão e, por conseguinte, exercer persuasão.

Aristóteles explana largamente na *Retórica* e no *Organon*, sobre as naturezas e tipos de argumentos existentes. Neste trabalho fica inviável falar sobre todas essas postulações, além de ser desnecessário para este trabalho, mas para fins de definição, podemos dizer que, o raciocínio dialético tratado nos *Tópicos*, é formulado em premissas prováveis, distinguido da demonstração analítica. Em suma, o esquema básico de uma conclusão pode ser considerado deste modo: um conteúdo A contido em X é um argumento para o conteúdo C de Y. Ou ainda, pode haver variações, como por exemplo: uma premissa A somada a uma premissa B, conclui C. Assim:

A ---) C, e

A + B ---) C

respectivamente.

Apresentaremos, pois, todas as ocorrências do operador argumentativo conclusivo *portanto*, todavia, como já dissemos, serão analisados os exemplos mais pertinentes, a fim de evitar redundância:

(1) Toda criação material é estruturada a partir de informação e energia. Todos os eventos quânticos são basicamente flutuações de energia e informação. E esses impulsos de energia e informação são as não-coisas que constituem tudo o que consideramos coisa ou matéria.

Portanto, fica claro que não apenas o estofo essencial do universo é uma não-coisa, mas também que ela é uma não-coisa *pensante*! Afinal, o que é um pensamento senão um impulso de energia e informação? (CHOPRA, 1993 p. 20, 21)

(2) Espere o melhor

A expectativa determina os resultados. **Portanto**, espere sempre o melhor e você receberá sempre o melhor. (Ibdi., p. 31)

(3) Disse um grande sábio indiano: “Você está onde sua atenção o leva. De fato, você é a sua atenção. Se ela se divide, você se divide. Quando sua atenção está no passado, você está no passado. Mas quando sua atenção está no momento presente você está na presença de Deus e Deus está presente em você”.

Portanto, tenha consciência apenas do momento presente, do que você está fazendo agora. Deus está em todos os lugares e para sentir sua presença você só precisa abraçá-lo conscientemente com sua atenção. (Ibdi., p. 61)

(4) Possuir a verdadeira riqueza ou fartura é viver totalmente despreocupado com tudo o que existe na vida, inclusive dinheiro. **Portanto**, a consciência de riqueza é a certeza de que existe uma manancial inesgotável de fartura. E, como vimos anteriormente, a fonte de toda realidade material é o absoluto, o campo único onde se encontram todas as possibilidades. (CHOPRA, 1993, p. 66)

(5) Examinemos agora as qualidades do campo unificado, do eu, do Ser puro, que é a fonte de toda a abundância e fartura do universo. Afinal, se queremos escolher um modelo, se queremos algo para imitar, por que não escolhermos o campo unificado, a fonte de toda a criação, como nosso modelo?

As vinte e cinco qualidades seguintes são atribuídas ao campo unificado. A lista foi elaborada vários anos atrás, quando Maharishi Mahesh Yogi, o fundador da Meditação Transcendental, pediu a um grupo de físicos para descrever o campo unificado. O interessante é que essas também são as qualidades de Brahma, o manancial de toda a criação, como ensinam os Vedas, livros sagrados da Índia.

Se pudéssemos pensar numa pessoa que encarnasse os pensamentos de Deus, estas seriam suas características psicológicas. E o que poderia ser melhor como modelo do que a mente de Deus, o campo unificado, o campo de todas as possibilidades?

Disse Einstein: “Quero conhecer os pensamentos de Deus; o resto são meros detalhes”. **Portanto**, examinemos as qualidades do campo unificado: (Ibdi., p. 73 e 74).

(6) *Potencial total das leis naturais*

Tudo na criação material vem dessas quatro forças (eletromagnetismo, eletricidade, interação forte e interação fraca). Elas, contudo, não são apenas forças, mas também campos de inteligência, porque a fonte dessas forças, o campo unificado, é um campo de infinita e ilimitada inteligência, sendo **portanto** o potencial total da lei natural. (Ibdi., p. 75)

(7) 2 “Infinito poder de organização”

O campo organiza tudo na criação: o movimento das galáxias e das estrelas, a rotação da terra, o ciclo de estações do ano, os ritmos biológicos de nosso corpo, a migração dos pássaros, a volta dos peixes a seu local de desova, os ritmos biológicos da natureza como se encontram nas flores, na vegetação e nos animais. Ele é literalmente um campo com infinito poder de organização e pode fazer um número infinito de coisas ao mesmo tempo, correlacionando-as umas às outras.

(...)

Portanto, o infinito poder organizador é inerente ao campo. Conhecer intimamente esse campo, conhecê-lo como a própria natureza, é encarnar automaticamente seu infinito poder de organização. (Ibdi, p. 75, 76 e 77)

(8) Perfeita organização

O campo é ordem. Apesar de parecer às vezes caótico na superfície, nele existe a perfeita ordem. Recentemente foram compiladas muitas informações sobre a chamada teoria do caos, que em poucas palavras significa que embora na superfície pareça existir o caos, na profundidade do caos existe ordem.

Digamos que você foi a Nova York e visitou a estação Grand Central. Observando essa cena como se estivesse fora dela, você veria um verdadeiro caos. Pessoas apressadas indo para todos os lados, numa aparente desordem. Mas, na realidade, cada pessoa estava indo para um destino específico e, **portanto**, sob a aparente desordem havia um estado de ordem. (CHOPRA, 1993, p. 78)

(9) Todas as possibilidades

Isso significa todas as possibilidades – qualquer coisa que você possa imaginar e muito mais. **Portanto**, você tem a capacidade de possuir qualquer coisa que surja no domínio de sua imaginação, e mesmo as que atualmente estão fora dos limites de sua imaginação. (Ibdi., p. 82)

(10) 17 Invencibilidade

O campo é indestrutível. O fogo não pode queimá-lo, a água não pode molhá-lo, o vento não pode secá-lo, armas não podem fendê-lo. Ele é antigo, não nasceu, e nunca morre.

18 Imortalidade

Portanto, ele é imortal. (capítulo inteiro) (Ibdi, p. 85)

(11) Purificador

O campo purifica tudo o que entra em contato com ele. Purificar significa devolver ao estado original, prístino. O universo, sendo a expressão de um singular equilíbrio, tem sua fonte na pureza. **Portanto**, o campo que é a fonte de tudo, purifica tudo o que toca. (Ibdi., p. 87)

(12) Como incluir em nossa consciência as qualidades do campo unificado? Isso pode ser feito de duas maneiras. Uma é nos mantermos conscientes delas, e **portanto** eu sugiro que você escolha uma qualidade para cada dia do mês e nesse dia dedique sua atenção a ela.

(...) Ter um pensamento não é somente praticar química cerebral, mas também química corporal. Cada pensamento que você tem, cada idéia que surge em sua cabeça, envia uma mensagem química ao núcleo da consciência celular. **Portanto**, fixar a atenção numa palavra, que é a expressão simbólica de uma idéia, é um verdadeiro passe de mágica. Ele transforma o invisível em visível.

Portanto, escolha um tema para cada dia do mês. (Ibdi., p. 91)

Um primeiro aspecto a considerar antes de passarmos às análises das articulações argumentativas com *portanto*: é preciso observar que o texto é dividido em pequenos capítulos que o fragmentam. Esta fragmentação acaba por produzir um efeito de simplificação didática. Através desse recurso textual, aliado à estética responsável pela editoração, pode-se dizer que tais divisões podem ser dispensáveis, isto é, desnecessárias na redação e, por conseguinte, na compreensão daquilo que se lê, já que se trata de um texto muito simples, inclusive porque não apresenta desenvolvimento argumentativo plausível para explicar o conteúdo proposto nas assertivas. Isto ficará mais visível ao observarmos exemplos de sub-capítulos transcritos em seqüência.

Para nós, esse recurso editorial é utilizado porque de fato não há muito o que ser dito, isto é, pelo motivo dos argumentos serem tão pouco desenvolvidos, tanto as excessivas divisões em pequenos capítulos quanto os espaçamentos exagerados entre as linhas e as páginas, ajudam a “preencher” esse vazio.

Abordaremos no exemplo (1) a atuação de dois operadores argumentativos: o *portanto* e o *não só, mas também*. Vejamos como funcionam:

(1) Toda criação material é estruturada a partir de informação e energia. Todos os eventos quânticos são basicamente flutuações de energia e informação. E esses impulsos de energia e informação são as não-coisas que constituem tudo o que consideramos coisa ou matéria.

Portanto, fica claro que não apenas o estofo essencial do universo é uma não-coisa, mas também que ela é uma não-coisa *pensante*! Afinal, o que é um pensamento senão um impulso de energia e informação? (CHOPRA, 1993 p. 20, 21)

Da primeira frase lê-se que toda a criação material é feita de informação e energia. A segunda frase praticamente repete o que foi dito na primeira, sendo possível equiparar como sinônimos “criação material” e “eventos quânticos”; a ausência de um desdobramento explicativo autoriza tal leitura. Os sinônimos são renomeados como “impulso” e designados como as “não-coisas” que constituem a matéria. Já aí há uma tautologia: se toda a criação material se dá a partir de

informação e energia, onde há diferença em dizer que energia e informação são o que constitui a matéria?

Posteriormente na conclusão introduzida pelo *portanto*, a expressão “fica claro” reforça o caráter diretivo da afirmação proferida e parece promover uma espécie de impedimento na reflexão, consumado pelo autoritarismo contido nesses lugares lingüísticos, *portanto* e *fica claro*. Ainda a presença do operador *não só... mas também*, que será analisado mais abaixo, ajuda a conferir uma aparência explicativa ao pretenso argumento. Por fim, o advérbio *afinal*, também com valor conclusivo, direciona e pretende justificar uma tautologia constituída por uma crença genérica.

Desmembraremos as frases para melhor observar seu funcionamento, a partir dos conceitos e fórmulas demonstrados por Guimarães em *Texto e argumentação* e *Semântica do Acontecimento*.

Para apresentar a relação de orientação argumentativa do tipo X portanto Y tomaremos a representação desta relação tal como em *Texto e Argumentação* (Guimarães, 1987) tal como segue:

Ei – A ---) C
L - -----
Ej - B

Sendo o locutor L aquele que se mostra como o *dono* do dizer na frase, ele se desdobra em dois enunciadores: Ei e Ej, ou seja, o primeiro é o enunciador que “diz algo”, podendo ser considerado como o próprio autor; o segundo, é um enunciador genérico, que é aqui imprescindível para o esquema persuasivo utilizado pelo autor, pois desta maneira pode se valer das crenças do senso comum, das afirmações que transitam numa universalidade genérica, que são o embasamento do conteúdo presente em sua obra, utilizado para a argumentação.

Vejamos a representação formalizada em *Texto e argumentação*, a respeito desse funcionamento argumentativo conclusivo:

Tomemos então a sequência (1). O enunciador Ei diz:

A: Toda criação material é estruturada a partir de informação e energia

A': Todos os eventos quânticos são basicamente flutuações de energia e informação

A'': Os impulsos de energia e informação são as não-coisas que constituem tudo o que consideramos coisa ou matéria.

E o mesmo enunciador conclui C:

C: Portanto, fica claro que o estofo do universo é uma não-coisa pensante

Para justificar sua teoria, em que se apóia o enunciador Ei? Vamos encontrar sua sustentação ideológica no termo B. E o que então o constitui? Há duas leituras possíveis, uma que se apóia num discurso genérico e outra num mecanismo mais implícito - todavia ativo -, que funciona aos moldes anestésicos de um discurso religioso, quando observado o segmento total. Vejamos:

Ej enuncia B: “um pensamento é um impulso de energia e informação?” (CHOPR, 1993 p. 20, 21)

Há atualmente uma divulgação intensa de diversos aspectos oriundos de culturas orientais. Apenas para não soar de maneira vaga, poderíamos citar como exemplo, no que tange à identidade japonesa, um maior e facilitado (ainda assim para poucos) acesso a sua gastronomia e o que ela proporciona para a saúde, além do estatuto de referência e pioneirismo em campos científico-tecnológicos. Sobre a cultura chinesa, mencionamos a divulgação das tradicionais técnicas medicinais e curativas, que no ocidente costumam ser chamadas de “alternativas”; há também, sobre a cultura indiana, não só uma apropriação dos pensamentos budistas, mas sobre a moda e cultura em geral (como maquiagem, indumentária), além de “propagandas” referentes ao *tantra*, tão famosa e, no entanto, muitíssimo desconhecida teoria para os ocidentais, mas apropriadas o suficiente para fazer render muito comércio.

Devido aos objetivos desse trabalho, ficamos impossibilitados de desenvolver e aprofundar um estudo sobre a legitimidade e teor dessa divulgação, mas podemos dizer que mesmo com a modernização dos recursos tecnológicos de comunicação em geral, não se pode afirmar nem que tal possibilidade de acesso seja eficazmente utilizada ou edifique conhecimento, nem que para que se conheça globalmente a atuação de uma religião em uma cultura específica, tratar-se-ia simplesmente de “copiar” e “colar” uma teoria, bastando lembrar para fim de comparação, por exemplo, de que na Índia, as divisões sociais são regidas por castas e tais castas advêm de critérios religiosos: critério por si só muito diferente no que diz respeito à relação que possui um brasileiro com a política e a religião. Grosso modo, aqui, tais segmentos não possuem intersecções, não pelo menos no âmbito civil.

O *boom* propagandístico que alega facilidade aos “conhecimentos orientais” usa, sobretudo, o mote da *espiritualidade transcendental*, associada às práticas de meditação, de *desapego* e de “poder da mente” - emblemas budistas -, o que explica a incorporação da crença de que o pensamento é um impulso de informação e energia e conseqüentemente, basta a força do pensamento para efetivar conquistas em quaisquer setores da vida. Isso é atestado por Zizek, no artigo já citado anteriormente:

As pessoas não são mais capazes de se adaptarem ao ritmo do progresso tecnológico e das transformações sociais que a acompanham. As coisas andam muito rápido. O recurso ao taoísmo ou ao budismo oferece uma saída. Em vez de tentar se adaptar ao ritmo das transformações, é melhor renunciar e “deixar ir”, mantendo certa distância interior em relação a essa aceleração, que não diz respeito ao núcleo mais profundo de nosso ser. Estaríamos quase tentados a utilizar novamente, agora, o clichê marxista de religião como “ópio do povo”, como suplemento imaginário à miséria terrestre. O “budismo ocidental” aparece, dessa forma, como a maneira mais eficaz de participar plenamente da dinâmica capitalista mantendo uma aparência de saúde mental. (ZIZEK, 2005)

Ora, Deepak Chopra é indiano e isso pode significar, nesta cena, duas coisas: a primeira é uma associação, mesmo realizada através de estereótipos

culturais, que faz remeter a uma identificação “intrínseca” com o budismo devido a sua nacionalidade e a segunda, consequência da primeira, funciona como um argumento de autoridade, em decorrência da apropriação de tal estereótipo, como já aludimos no sub-capítulo sobre o *ethos* do autor-orador.

Poderíamos então concluir que o implícito significado no termo B é o de que basta que se pense em algo que se deseja para que isso se realize, pois se a energia e informação constituem a matéria e a matéria é constituída por informação e energia, assim como coloca o próprio o autor, constituirá igualmente qualquer *matéria* que se almeja. O intuito do livro é ensinar a criar prosperidade; sendo assim, qualquer pensamento se materializa, então para se tornar rico, basta *pensar* nisso.

Não podemos nos esquecer, inclusive, que a terminologia “eventos quânticos” também é responsável por promover uma aparência de credibilidade científica, de respaldo empírico conferido pelo livro acerca das teorias apresentadas.

Por outro lado, este sentido ressoa, facilmente o slogan (ditado) “querer é poder” do senso comum. Voltaremos a isso na análise seguinte.

Para enriquecer a análise, engendremos agora o funcionamento do operador *não só ... mas também* e observaremos leituras possíveis a respeito da totalidade do fragmento. Retomemos o trecho:

“**Portanto**, fica claro que **não apenas** o estofo essencial do universo é uma não-coisa, **mas também** que ela é uma não-coisa *pensante*!”

Em *Texto e Argumentação*, Eduardo Guimarães sinaliza a ocorrência desse conectivo em textos mais elaborados. No caso presente, o uso desse conector ajuda a propiciar uma roupagem formal ao texto, constituindo um ato argumentativo de qualidade aditiva. O efeito obtido pelo emprego de *não só...mas também*, é que ocorre a princípio uma redução na força de uma das orações; isso é responsável pela característica que orienta o alocutário a perceber que o locutor

tem o propósito de ainda acrescentar um argumento e por conseguinte, uma conclusão; nesse caso, de que o universo é uma não-coisa pensante.

Notamos, neste caso, que a apropriação do valor da conjunção foi utilizada como meio de obter um efeito argumentativo para o texto, que promove ao leitor uma sensação de entendimento, quando pode ser visto de outro modo: como um artifício que impede reflexões, por não efetivar a explicação. Podemos até dizer que – concretamente – a explicação virá na última frase introduzida pelo advérbio *afinal*. É a estrutura que é persuasiva e não seu conteúdo.

Constatamos, além da circularidade do argumento, que a segunda voz que constitui a enunciação de um Ej, isto é, de um enunciador genérico é *aparente* e se apóia numa crença que pode ser considerada do senso comum. Talvez se não for de fato “tão” comum, pelo menos se pode dizer que ela não prejudica nem oferece maiores riscos a quem nela acredita ou profere, por isso a possibilidade de enunciar algo dessa natureza sem maiores comprometimentos.

Parece ingênuo pensar que há algo totalmente genuíno, original que surja “ainda” em termos culturais e sociais. Geralmente a divulgação de um episódio estimula outros e um fato servirá de exemplo a ser repetido (ou talvez evitado) por muito tempo.

Para exemplificar, o “inofensivo” movimento sazonal das tendências de moda não escapa desse mecanismo, nem tampouco é imparcial ou arbitrário. Apesar de aparentemente despretensiosa, a moda também é uma espécie de agenciador social. Basta observar como é visto aquele que, de um jeito ou de outro, deixa de aderi-la.

Introduzida ao final da década de noventa do século passado, utilizando o pretexto de “início da nova era”, ou “entrada no terceiro milênio”, retorna com toda a força (depois do movimento *hippie*) a divulgação da cultura budista. Sem dúvida, este é, inclusive, um mote frutífero em termos comerciais. A auto-ajuda não deixa de funcionar como uma espécie de remédio para a sede de identidade do homem contemporâneo, deslocado na ressaca pós-moderna.

A partir dessas considerações, dizemos que Chopra se baseia em estereótipos e opiniões alicerçadas sobremaneira numa ideologia genérico-religiosa e que, grosso modo, levando em conta o que é adequado e pertinente ao estatuto do auditório universal, isto é, aquilo que pode ser aceito por qualquer ouvinte dotado de racionalidade, uma coisa não pode ser uma não-coisa, ainda mais uma não-coisa pensante. É, portanto, um dogma e não pode se sustentar empiricamente, como pretende demonstrar o autor de auto-ajuda.

Passemos agora à seqüência (2). Ela é um sub-capítulo citado integralmente, que se refere a um dos vinte e seis passos mencionados no livro para criar a prosperidade.

(2) “Espere o melhor

A expectativa determina os resultados. **Portanto**, espere sempre o melhor e você receberá sempre o melhor.” (CHOPRA, 2003, p. 31)

É possível considerarmos a presença implícita do conectivo explicativo *pois*, entre o título e a sentença que vem a seguir, como podemos constatar pela possibilidade da paráfrase:

Espere o melhor, ***pois*** a expectativa determina os resultados.

Para analisar tal funcionamento, utilizamos a estrutura de significação de X *portanto* Y que encontramos em *Texto e Argumentação*, já mencionada acima:

E_i – A ---) C
 L - -----
 E_j - B

Assim teríamos um locutor L que se subdivide em dois enunciadores, E_i e E_j. A respeito do termo A, E_i apresenta “A expectativa determina os resultados” para a conclusão C “Espere o melhor e você receberá sempre o melhor”. Por outro

lado, levando em conta o sentido do *pois* acima indicado, “A expectativa determina os resultados” sustenta a conclusão “espere o melhor” (título do sub-capítulo). Assim (2) começa por “espere o melhor” e termina por “espere sempre o melhor e receberá o melhor”, isto é, “conclui” algo já “concluído”.

Deparamo-nos assim com um esquema argumentativo absolutamente tautológico e circular.

Deste modo é como se tivéssemos:

O enunciador Ei enuncia:

A: Espere o melhor.

E o mesmo conclui:

C: Portanto espere sempre o melhor e você receberá sempre o melhor.

E esta argumentação em que o argumento é a própria conclusão se sustenta num dizer de um Ej (genérico): “A expectativa determina os resultados”, dado como inquestionável, como desenvolveremos a seguir.

Apropriando-nos do que explica Guimarães, a afirmação exposta imediatamente acima pode ser considerada como aceita pelo senso comum, pela maioria, sem a necessidade de maiores questionamentos a seu respeito. No exemplo em questão, não há como negar - depois de “processado” o sentido - de que se os resultados são determinados pela expectativa que se tem a respeito de algo, certamente todos esperarão pelo melhor (ou pelo menos que ocorra aquilo que se deseja).

De acordo ainda com a caracterização explicitada em *Texto e argumentação*, sobre o que Berrendoner (1981) considera a respeito do enunciador genérico, este é aquele “cuja perspectiva é a de um conjunto razoavelmente indefinido de pessoas, que tem em comum uma certa “crença” a propósito de um fato”. (GUIMARÃES, 1987, p. 153).

Considerando isso, é possível pensar, semelhante a um eco na “memória dos sentidos”, em máximas, provérbios e ditados populares que transitam e permeiam esse senso-comum, como por exemplo: “Quem procura sempre alcança”, “Querer é poder” ou ainda “quem espera sempre alcança”.

Isso significa aqui, que, em se tratando de uma enunciação genérica, isto é, do senso comum, não há nada de “novo” para o leitor, mas é provável que seja justamente por causa dessa familiaridade estabelecida através da leitura, além da força argumentativa contida no operador *portanto*, que se tenha a sensação de entendimento, de uma *compreensão* daquilo que foi lido.

Por fim, tomando o discurso do autor de auto-ajuda como aquele que é dirigido ao auditório universal – devido à natureza e maneira de dizer o que enuncia – vimos que ele, no que diz respeito à análise de (2), é, em contrapartida, pautado em crenças do senso-comum, e isto significa que embora almeje o estatuto do *universal*, parece *apenas* atuar ao modo de um discurso religioso: aquele que profere o que é legítimo para quem quer que seja através de dogmas e *doxa*, aparentando verdade e certeza, sem no entanto possibilitar e permitir qualquer tipo de questionamento, pois os conceitos já vêm determinantemente prontos e fechados. Assim como explica Orlandi como mencionamos acima: neste tipo discursivo há apenas uma noção de reversibilidade, isto é, uma *aparente* interlocução travada entre um enunciador autoritário/genérico e o leitor/ouvinte, que sustenta e mantém a possibilidade de continuar com o discurso. Por essas razões, por preencher um molde de discurso religioso (autoritário), o “caminho” fica livre para o autor de auto-ajuda.

Antes de prosseguirmos na análise, é mister aludir à dificuldade de se encontrar, muitas vezes, o implícito B, que é aquilo que sustenta, nesses casos principalmente, a relação A ---) C. Para isso, recorremos à obra de Guimarães, *Texto e argumentação*. O autor afirma que algumas vezes, esse implícito é o próprio “fato de enunciar A --) C” (GUIMARÃES, 1987, p. 161).

Isto nos permite dizer, em relação ao nosso objeto, que seu autor se utiliza na maioria das vezes desse esquema persuasivo, que contém uma polifonia aparente, ou melhor, há uma polifonia, mas a outra voz que constitui Ej é a voz do senso comum ou a voz autoritária constituída pelo *doxa*, característica do discurso religioso, ou genérico. A outra voz, a de Ei que se identifica diretamente com L, é do próprio autor. Então, o fato do autor dizer A ---) C, basta por si só para que seu

enunciado seja lido, interpretado e entendido, pois quando há tentativa de justificação, ele a faz através de “si mesmo”; utiliza também dizeres genéricos e crenças tão difundidas e solidificadas pelo senso comum, que por isso são dificilmente contestáveis. Reside também, nesse fato, a dificuldade de apreender concretamente os implícitos.

Assim podemos dizer que há regularidades lingüísticas que são capazes de representar um lugar (do Egco) que representa crenças historicamente constituídas. E de tal modo que, como vimos para (...), por exemplo, nem mesmo a comprovação de sua falsidade, se isso for possível, tira-lhe o valor argumentativo que o locutor através da representação de Egco lhe confere. (Ibdi., p. 159,160)

Na próxima seqüência analisada, encontramos semelhante funcionamento aos descritos anteriormente. Vejamos o trecho em que aparece o operador conclusivo:

(4) Possuir a verdadeira riqueza ou fartura é viver totalmente despreocupado com tudo o que existe na vida, inclusive dinheiro. **Portanto**, a consciência de riqueza é a certeza de que existe uma manancial inesgotável de fartura. E, como vimos anteriormente, a fonte de toda realidade material é o absoluto, o campo único onde se encontram todas as possibilidades. (CHOPRA, 1993, p. 66)

Demarcaremos os termos para mais fácil visualização e em seguida passaremos à interpretação de (4) segundo a proposta de *Texto e Argumentação*:

Ei – A ---) C
L - -----
Ej - B

O enunciador Ei enuncia:

A: “Possuir a verdadeira riqueza ou fartura é viver totalmente despreocupado com tudo o que existe na vida, inclusive dinheiro.”

E conclui:

C: “**Portanto**, a consciência de riqueza é a certeza de que existe uma manancial inesgotável de fartura.”

Quanto ao Ej – enunciador genérico – podemos dizer que ele enuncia:

B: “a fonte de toda realidade material é o absoluto; – o absoluto é o campo único onde se encontram todas as possibilidades.”, que o Locutor apresenta como já apresentado antes.

A partir destes implícitos, fomos buscar no texto o fragmento que imediatamente antecede o recorte referido. Tal fragmento atua como “base ideológica” fomentadora do termo B, que é a própria enunciação de Ej, reforçando seu sentido. Este dizer justifica o fato de enunciar A ---) C. Vejamos:

A atenção de uma pessoa realmente rica jamais está focalizada apenas no dinheiro que ela possui. Se você tem milhões no banco, mas passa o tempo todo preocupado com eles, pensando em aumentá-los, na possibilidade de que não sejam suficientes ou de perdê-los, você é pobre, não importa a quantia de dinheiro que possui. Como disse Oscar Wilde: “Existe apenas uma classe social que pensa mais em dinheiro do que os ricos. São os pobres. De fato, os pobres não conseguem pensar em mais nada”. (CHOPRA, 1993, p. 66)

Por duas vezes o autor ressalta, apoiado inicialmente no emprego dos advérbios *realmente* e *jamais*, que uma pessoa rica não se preocupa com dinheiro. Primeiramente, é difícil encontrar argumentos plausíveis que sustentem essa opinião. Como apoiá-la? Posteriormente, a presença de uma citação utilizada como argumento de autoridade, tem o propósito de legitimar sua teoria. Entretanto, o autor se apropria de significações diferentes – senão opostas – sobre o conceito de pobreza. Um deles se refere à pobreza material (que é o sentido visto no dizer de Oscar Wilde) e o outro, à pobreza “moral”, isto é, no sentido primeiro pretendido pelo autor de auto-ajuda. Talvez a presença recorrente

de *pobre* e seus derivados – adjetivos, substantivos ou advérbios -, faça com que o dizer contraditório de Deepak Chopra passe despercebido pelo leitor.

Isso nos permite concluir duas coisas: primeiramente que uma palavra não tem somente uma designação, isto é, imediata, literal, evidente. É sua relação com outras palavras que a faz significar, de acordo com o texto e o lugar em que está. A segunda, diz respeito a atentar para o “peso” da atuação de determinadas palavras. Por se tratar de lexemas “de efeito” e de vasta amplitude semântica - ainda mais quando relacionados a outras palavras -, estes podem direcionar um possível “apagamento” da reflexão, contribuindo para dissipar o processamento daquilo que se lê, em termos de compreensão.

Justificado isso, explica-se a possibilidade de extrair concisamente o seguinte implícito:

B: os ricos não se preocupam com dinheiro

ou ainda,

B: só os pobres se preocupam com dinheiro (preocupar-se com dinheiro é comportamento “de pobre”).

De fato, se considerarmos o termo B presente na sentença em que está o operador *portanto* com o que justifica e “embasa” tal teoria, não há uma contradição ideológica. Afinal, se toda a realidade “é o absoluto que contém todas as possibilidades”, a crença de que se deve pensar e proceder como rico é sustentável, já que tudo está disponível e, como vimos acima, basta concentrar a atenção no desejo almejado, que ele logo se materializará.

A crença aí exposta nos remete a outras conhecidas e sintetizadas através de ditados populares: “Deus provê todas as necessidades”; “Basta ter fé” ou “Quem acredita sempre alcança”, “Mente vazia (é) oficina do diabo” (significando que só se deve pensar em coisas boas para atrair coisas boas).

Aos moldes de uma assertiva “didático-paralizante”, através do que encontramos no texto, é possível ler da conclusão:

C: Ser rico é saber que existe uma fonte inesgotável (de tudo) no universo, portanto não há porque se preocupar.

Fadados ao questionamento do conteúdo, pensamos: onde está essa fonte inesgotável de fartura? O que ela é? Como acessá-la? Não é a ela que se busca?

Por isso afirmamos mais uma vez que há dois fatores notáveis e relevantes em relação a esse tipo de esquema argumentativo em que, o implícito B, baseado numa crença genérica (advinda de um enunciador genérico) e a presença do operador *portanto* – como *lugar lingüístico*, são executores inegáveis de persuasão no texto.

Numa representação semântico-enunciativa teríamos então novamente:

B implica A ---) C

Por esses motivos, dizemos que, mesmo não sendo contraditórias em si as afirmações proferidas por Chopra, do ponto de vista racional, elas são absurdas e até mesmo impróprias, pois, crer que apenas os “pobres” se preocupam com dinheiro e com a forma de ganhá-lo, é subestimar a capacidade racional dos ouvintes.

Na seqüência (7), observamos uma tautologia “especial”. Não só o termo A como a conclusão são iguais, mas também o termo B. A mesma coisa é repetida três vezes, ou seja, em todos os termos. Vejamos:

(7) 2 “Infinito poder de organização”

O campo organiza tudo na criação: o movimento das galáxias e das estrelas, a rotação da terra, o ciclo de estações do ano, os ritmos biológicos de nosso corpo, a migração dos pássaros, a volta dos peixes a seu local de desova, os ritmos biológicos da natureza como se encontram nas flores, na vegetação e nos animais. Ele é literalmente um campo com infinito poder de organização e pode fazer um número infinito de coisas ao mesmo tempo, correlacionando-as umas às outras.

(...)

Portanto, o infinito poder organizador é inerente ao campo. Conhecer intimamente esse campo, conhecê-lo como a própria natureza, é encarnar automaticamente seu infinito poder de organização. (CHOPRA, 1993, p. 76 e 77)

Desconsiderando a gradação que desenvolve o sentido do primeiro enunciado da seqüência, podemos então colocar:

Ei – A ---) C
L - -----
Ej - B

Ei enuncia:

A: “o campo organiza tudo” (poder infinito de organização)

E conclui:

C: o infinito poder organizador é inerente ao campo.

Que pode ser parafraseado por:

C’: “o campo possui infinito poder organizador.”

Ao dizer, em outro lugar do livro, o que nos interessa lembrar aqui, que conhecer (intimamente) o *campo* é conhecer Deus, significando encarnar os poderes de Deus, mesmo estando após a conclusão introduzida pelo operador *portanto*, não deixa de ser a crença genérica ou religiosa que sustenta o fato de pretender A --) C:

Por outro lado, esta repetição quase absoluta acaba por ser argumento para uma conclusão final C1: “Conhecer intimamente esse campo, conhecê-lo como a própria natureza, é encarnar automaticamente seu infinito poder de organização”. Consideramos que a seqüência final pode ser parafraseada por: “**Portanto**, o infinito poder organizador é inerente ao campo. [**Por isso**], conhecer intimamente esse campo, conhecê-lo como a própria natureza, é encarnar automaticamente seu infinito poder de organização.”

E aqui encontramos uma sustentação para esta argumentação que seria:

Ei – [A ---) C] ---) C1

L - -----

Ej - ↑ B

B, no caso, aparece por uma voz genérica que enuncia: “comprar algo é encarná-la”. E isto é absolutamente correlato ao “querer é poder” (e assemelhados) das análises anteriores.

Passemos agora para a análise da oitava seqüência:

(8) Perfeita organização

O campo é ordem. Apesar de parecer às vezes caótico na superfície, nele existe a perfeita ordem. Recentemente foram compiladas muitas informações sobre a chamada teoria do caos, que em poucas palavras significa que embora na superfície pareça existir o caos, na profundidade do caos existe ordem.

Digamos que você foi a Nova York e visitou a estação Grand Central. Observando essa cena como se estivesse fora dela, você veria um verdadeiro caos. Pessoas apressadas indo para todos os lados, numa aparente desordem. Mas, na realidade, cada pessoa estava indo para um destino específico e, **portanto**, sob a aparente desordem havia um estado de ordem. (CHOPRA, 1993, p. 78)

Considerando o título que inaugura o exemplo (8), espera-se que haja uma explicação sobre o que venha a ser ou como se dá a referida *perfeita organização*. Considerando o primeiro bloco, temos na primeira sentença uma afirmativa, através de um predicado nominal, que significa *campo* como *ordem*. A segunda é articulada com outra sentença de valor concessivo que aqui intenta provocar um efeito de argumentação plausível, entretanto limita-se a reescrever o que foi afirmado previamente tanto no título (já significa uma afirmativa) quanto na primeira sentença do capítulo. Se observarmos a palavra *perfeita*, verificamos que ela não acrescenta nem distingue, qualifica ou predica nada; no máximo sua presença se explica por acessar uma terminologia comum do discurso religioso. Podemos citar aqui como paráfrase os seguintes ditos: “Ninguém é perfeito” ou ainda “Só Deus é perfeito”. A frase subsequente, *grosso modo* considerada (com

ressalva) uma proposição, traz um argumento de autoridade pretensamente científico por aludir à famosa “teoria do caos”, que, na tentativa de explicação, há simplesmente a repetição da mesma coisa já proferida por duas vezes antes, tornando-a “nula”, justamente por não fazer nenhuma menção específica ou predicá-la em relação à teoria mencionada; no entanto, passa despercebida e despercebidamente num texto dessa tipologia.

O caos aqui é considerado como uma qualidade, uma característica do Universo ou de Deus, pois estes dispositivos são constantemente considerados sinônimos. Sendo assim, o autor de auto-ajuda afirma que o caos é a ordem. Essa idéia tanto está contida no termo B, como é sua própria base de sustentação, isto é, é o componente ideológico que sustenta a relação conclusiva A portanto, C.

No segundo bloco, como para validar sua “teorização”, o autor emprega um exemplo *didático* para ilustrar que “mesmo numa aparência caótica há organização” e a conclusão introduzida pelo *portanto* nada mais possui que o mesmo valor afirmado por três vezes no primeiro bloco. Poderíamos até mesmo julgar este operador conclusivo como dispensável, sem que afetasse de modo algum a estrutura do que foi dito, já que não há efetivamente uma conclusão.

Podemos pensar primeiramente no motivo do autor citar a *teoria do caos*. Como já mencionamos acima, a definição da “teoria do caos” citada em *Criando Prosperidade*, está longe de ser parecida com as definições científicas. Mesmo se tratando de um “resumo facilitado”, parece ser exclusivamente pelo efeito que tal terminologia proporciona que o autor a emprega, mais do que estofo teórico para justificar a crença de um “equilíbrio perfeito do universo”, como pretende. No limite da análise, poderíamos no máximo dizer que, mais uma vez, uma crença genérico-dogmática – do modo como foi aqui utilizada – funciona como argumento de autoridade para o L (locutor) que enuncia A --) C, pautando-se em B. Vejamos na fórmula como funciona:

Ei – A ---) C
 L - -----
 Ej - B

Consideraremos apenas o parágrafo em que se encontra o operador *portanto*, a fim de tornar a análise mais objetiva, já que o conteúdo do primeiro bloco é repetido no segundo, inclusive, basicamente na mesma estrutura, embora sem a presença de operadores argumentativos.

“Digamos que você foi a Nova York e visitou a estação Grand Central. Observando essa cena como se estivesse fora dela, você veria um verdadeiro caos. Pessoas apressadas indo para todos os lados, numa aparente desordem. Mas, na realidade, cada pessoa estava indo para um destino específico e, **portanto**, sob a aparente desordem havia um estado de ordem” (CHOPRA, 1993, p. 78)

Uma leitura possível do bloco que se encerra imediatamente antes do operador adversativo **mas**, poderia ser representada assim, por um locutor e único enunciador:

L enuncia A → Não há ordem (“Digamos que você foi a Nova York e visitou a estação Grand Central. Observando essa cena como se estivesse fora dela, você veria um verdadeiro caos”).

Após a presença do **mas**, L ainda enuncia: há ordem (Mas, na realidade, cada pessoa estava indo para um destino específico).

E conclui alavancado pela força de *portanto*: Há ordem. (portanto, sob a aparente desordem há um estado de ordem).

A → Não há ordem, mas B → há ordem --) C: portanto há ordem.

Por qual dos caminhos o leitor deve optar? Ora, se o livro é um guia prático para a solução de qualquer problema, possuir uma linguagem clara e objetiva é requisito básico para que isso se efetive, mas pudemos demonstrar que não há praticidade nem tampouco clareza nesses *ensinamentos*.

A respeito da próxima seqüência a ser analisada, a nona, novamente encontramos um funcionamento argumentativo tautológico, em que a garantia do argumento é o próprio argumento. Vejamos:

(9) Todas as possibilidades

Isso significa todas as possibilidades – qualquer coisa que você possa imaginar e muito mais. **Portanto**, você tem a capacidade de possuir qualquer coisa que surja no domínio de sua imaginação, e mesmo as que atualmente estão fora dos limites de sua imaginação. (CHOPRA, 1993, p. 82)

Para abordar este trecho, partimos das considerações sobre qual papel pode exercer um título na designação do sentido enquanto componente textual. Tal função não é (não pode ser) de modo algum “neutra”, isto é, simplesmente informativa. Ao contrário, sua predicação se constrói à medida que se relaciona com outras palavras, deste modo, um título não se “encerra em si mesmo”.

Eduardo Guimarães, em *Semântica do Acontecimento*, tece comentários a respeito da “função” que um índice pode exercer. Sumariamente dizendo, partindo de uma perspectiva enunciativa, um índice contém/pode conter enunciações de outros locutores já ocorridas, assim como o autor em sua escrita não deixa de categorizar os espaços subseqüentes ao índice. Desta maneira,

(...) o presente do acontecimento deste índice é o tempo em que o locutor da formulação do índice atribui uma matéria a uma certa categoria, categoria que aí está como um passado neste acontecimento, que se apresenta como um rememorado, que faz significar de um certo modo, e não de outro, o título da matéria e a matéria. E tudo isso projeta sentidos futuros, sentidos capazes de movimentar, inclusive, outras enunciações (GUIMARÃES, 2005, p. 13)

Para nós, paralelamente ao índice, o título desempenha semelhante papel.

A partir dessas considerações, espera-se que haja uma continuidade, ou seja, que novas predicações sejam desenvolvidas a fim de estruturar uma argumentação, no entanto, a respeito da afirmativa de cunho vago e subjetivo

“Todas as possibilidades”, não ocorre isso. A textualidade soa um pouco estranha, no momento em que o autor se vale do título como se já fosse o desenvolvimento, pois introduz o parágrafo com o pronome demonstrativo *isso*, articulado, isto é, seguido após o título: o pronome tem relação com o título. A não ser que seja num esquema catafórico, é muito raro – salvo em textos literários – um texto começar com essa palavra, ainda mais se tratando de um texto “explicativo”, de uma espécie de *guia prático*.

Neste espaço enunciativo, este acontecimento propõe algo que “não é pouco”. O autor que oferece a chave para garantir “todas as possibilidades”, compromete-se, querendo ou não, com uma grande responsabilidade. Ele fica (obrigatoriamente) devedor de um ônus e só pode se eximir dele a partir do momento que explicar satisfatoriamente tal afirmativa. Isto é intransponível, considerando-se o orador enquanto componente imprescindível de numa relação dialógica.

Pensando no teor de obter tal oferta: ora, quem não desejaria conhecer o segredo de todas as possibilidades, seja lá o que isso possa ser? Na “explicação”, isto é, na tentativa de desenvolver os argumentos do trecho, deparamo-nos com sentenças absolutamente vagas e circulares, pois, neste lugar, *todas as possibilidades* e *qualquer coisa*, são sinônimas e substituíveis, apontando para o mesmo lugar, por isso, *efetivamente* não houve predicação.

Há uma obstrução que se impõe à análise e mesmo sendo de difícil transposição - devido à própria falta de elementos argumentativos -, não há como negligenciá-la. Trata-se, talvez, de mais uma pista para a solução de nossa questão central.

A partir dessa insolubilidade, faz-se necessária a busca por mais elementos; isto quer dizer conceitos explícitos ou implícitos que funcionariam como “ideologias” sustentadoras desses termos. A partir daí encontramos *campo* como núcleo regente das idéias pretendidas pelo autor. “Tudo” ocorre dentro *dele* (campo), que pode ser Deus ou Universo, como já aludimos anteriormente.

Tal leitura é autorizada pelos próprios paradigmas apresentados no livro e a partir daí podemos concluir duas coisas: a primeira é que este postulado se pauta numa crença genérica e insolúvel: estamos dentro do *campo*, somos o *campo*, *ele* é a fonte de todas as possibilidades. A segunda é que a idéia contida na conclusão – também genérica -, diz que poder e desejo fazem parte de um mecanismo de proporcionalidade direta e (mas não deixa de ser circular). Quanto mais poder, mais desejo. Quanto mais desejo, mais poder. Credo o autor que o leitor tenha lido e acatado sua asserção, fica entendido/subentendido então, que se uma pessoa ainda não conseguiu o que quis, foi porque não desejou o suficiente e nem da maneira certa, isto é, com a fé necessária.

Bem, essa possibilidade de leitura é admissível, no entanto, não há de fato uma conclusão no termo C, pois este não apresenta nada de novo e diferente de A. A suposta coesão “garantida” pelo *portanto*, não efetua argumentação de fato. Ao olharmos para a disposição dos termos, afirmamos pois, que, sobre a escrita do autor de auto-ajuda, a garantia do argumento é o próprio argumento.

Apesar de um sentido previsível devido às constatações anteriores e pela própria qualidade das afirmações que o autor expõe, já poderíamos considerar tais afirmações como suficientes, no entanto, para fins de análise, devemos demonstrar concretamente em qual/quais tese o autor se apóia, isto é, cabe aqui detectar o implícito fundamentador que comprova sua crença, qual o elemento B da significação básica das argumentações X, portanto Y; está no trecho imediatamente após a sentença em que o *portanto* está presente:

“Quanto mais você conquista, mais sua imaginação vai aumentando. O que é inimaginável hoje, poderá tornar-se imaginável amanhã. Entretanto, sempre haverá novos domínios para você explorar”. (CHOPRA, 1993, p. 83)

Esta afirmação é apresentada como uma espécie de “dedução óbvia” com potencial de “auto-esclarecimento” acessível a toda e qualquer pessoa que ler o livro. Mas, o que Chopra pretende dizer com conquista? A que âmbito ele se refere? Conquistar o que, em que nível? E mesmo que não se conquiste algo, isso

significa que está cessado o processo de existência do desejo? A imaginação deixa de existir se não há conquista? Na verdade, essa crença não deixa de ser igual ao que foi afirmado anteriormente e, mais uma vez, concluímos que a justificação do argumento é ele mesmo.

Esse é um mecanismo ideológico que se perpetua através dos moldes autoritários propagados por discursos dominantes e que explica o porquê dessas crenças genéricas receberem credibilidade e ressonância ao longo da história, pois não deixam de ser anestésiantes e funcionar à maneira de *Panis et circenses*, mesmo que mais “civilizado”. Ouvir/ler esse tipo de afirmativa não é novidade para ninguém, no entanto continua a funcionar. O que mais impressiona é que apenas na conclusão – aparentemente só podemos chamar de conclusão pela presença do operador *portanto*, sem no entanto não concluir nada além do que afirmado em A, como já foi dito –, é que está *posto* o complemento “desinencial” da primeira sentença. Além da tautologia no esquema argumentativo, mais uma redundância é observada, ao afirmar sobre aquilo que ainda não foi imaginado: aqui *qualquer coisa* e *todas as possibilidades* significam a mesma coisa, sendo, portanto, irrelevante e dispensável para o entendimento.

Fica claro também que não se trata de uma questão estilística. Ambas expressões – *qualquer coisa* e *todas as possibilidades* – acessam o imaginário de poder, de oportunidades *ilimitadas*, pensamento plausível para textos dessa natureza.

Vamos agora à utilização da fórmula:

Ei – A ---) C
 L - -----
 Ej - B

Observando-a, delimitamos os dizeres de Ei, a respeito do conteúdo x de A, isto é, do primeiro termo e a conclusão C:

A: *Todas as possibilidades*

Isso significa todas as possibilidades – qualquer coisa que você possa imaginar e muito mais.

C: **Portanto**, você tem a capacidade de possuir qualquer coisa que surja no domínio de sua imaginação, e mesmo as que atualmente estão fora dos limites de sua imaginação.

Quanto ao conteúdo B que sustenta a relação de conclusão (apresentado acima), vimos que este termo enunciado por Ej está presente em outros lugares do texto e essa prática é comum e recorrente também em textos científicos, na medida em que seus autores utilizam suas próprias palavras - ditas em outros lugares do próprio texto – tomando-as como universais e, novamente, garantindo o que eles mesmos propõem.

A seqüência (10), a próxima a ser analisada, é um capítulo que contém apenas uma linha e é introduzido pelo próprio operador em voga, por isso é necessário ver com o que se relaciona, isto é, o que o antecede, pois é muito pouco provável que um texto não literário possa ser introduzido por esse conectivo. Observemos:

(10) *18 Imortalidade*

Portanto, ele é imortal. (CHOPRA, 1993, p. 85)

Trata-se de um texto muito rudimentar e a maneira pela qual se desenvolve deixa a desejar, devido à falta de predicções plausíveis, isto é, que possibilitem “extrair” racionalmente algo mais consistente; isso gera de imediato uma dificuldade, a de descrever o objeto. Primeiramente, tendo o operador conclusivo como diretriz da análise, ao nos depararmos com sua atuação, vemos que ele “conclui”, isto é, repete o que é o próprio título do capítulo é a própria característica metalingüística utilizada como argumentação. Por outro lado repete aquilo com que se relaciona no capítulo anterior:

(10') 17 Invencibilidade

O campo é indestrutível. O fogo não pode queimá-lo, a água não pode molhá-lo, o vento não pode secá-lo, armas não podem fendê-lo. Ele é antigo, não nascido, e nunca morre. (Ibdi, p. 85)

Posteriormente, o que considerar, racionalmente, sobre características que são contrárias em relação ao mesmo objeto? O que dizer sobre algo que apesar de antigo (então existe), é não nascido (não existe, pois) e nunca morre? Para morrer é preciso ser nascido, ao menos quando estamos situados no campo do verossímil. Temos então a premissa A.

Ei – A ---) C

L - -----

Ej - B

Ei enuncia o seguinte conteúdo presente no termo A, que será composto por A e A':

A: "O campo é indestrutível"

A': "Ele é antigo, não nascido, e nunca morre"

E o mesmo enunciador conclui C:

C: "Portanto, ele é imortal."

Ej enuncia B, a fim de assegurar uma sustentação ou mesmo uma ilustração para o que vem a ser o campo:

B: "O fogo não pode queimá-lo, a água não pode molhá-lo, o vento não pode secá-lo, as armas não podem fendê-lo"

E aqui talvez seja o caso de considerar Ej como uma voz universal e não genérica.

A partir disso podemos dizer que, ao contrário do que afirma Deepak Chopra, de que tanto suas teses quanto a explicação sobre elas são científicas, constatamos que não são somente não científicas. São, sobretudo, obscuras e de difícil sustentação, muito menos num campo que exija empirismo. Mais uma vez constatamos que o discurso constituinte desse texto de auto-ajuda não passa de um domínio autoritário, dogmático de teor quase exclusivamente religioso.

O que está contido em B se parece com uma prece, com versos de uma oração aos moldes de hinos religiosos. Novamente, são asserções que acessam crenças baseadas em dogmas e que são aceitas (há tempos) por todos aqueles – no mínimo – que as acatam como *a própria verdade*. Nessa situação particular, se pensarmos na necessidade de explicação e esclarecimento – que é o que a auto-ajuda propõe e promete – podemos afirmar a postura do leitor como despercebida e não simplesmente desapercebida, porque acatar por compreendido um juízo que não permite predicacões racionais, só pode ser visto dessa maneira, pela ótica religiosa, especificamente porque referem-se a características divinas: a indestrutibilidade, o traço “existente-não nascido” e a própria imortalidade.

Finalmente, considerando que o autor pretende o campo do verossímil e não o alcança, como pudemos demonstrar, não resta outra alternativa senão afirmar que o efeito obtido pelos termos empregados e o próprio valor da conjunção conclusiva são responsáveis pela sensação de entendimento e de acesso a uma argumentação “bem fundamentada” e também, a específica interação que aqui se fundamenta – leitor/autor, auditório/orador, deve-se a uma espécie de cega obediência perante o efeito exercido pelo autoritarismo religioso, que aqui significa, antes de mais nada, somente uma questão de fé.

Partiremos agora para a última análise com o operador *portanto* e, sem novidades, como já é previsto depois da abordagem investigativa, encontramos o mesmo funcionamento argumentativo e as mesmas premissas teóricas que verificamos anteriormente:

(11) *Purificador*

O campo purifica tudo o que entra em contato com ele. Purificar significa devolver ao estado original, prístino. O universo, sendo a expressão de um singular equilíbrio, tem sua fonte na pureza. **Portanto**, o campo que é a fonte de tudo, purifica tudo o que toca. (CHOPRA, 1993, p. 87)

Iniciemos pela própria característica descrita a respeito do *campo*, no título e na primeira sentença que constitui o termo A. O sintagma *purificador*, neste acontecimento, remete a ideologias religiosas e não científicas. Certamente Chopra não se refere literalmente a assepsias da alma. Aqui, *purificar* faz remeter à idéia de batismo, de retorno ao estado “puro”, “original”. As explicações para tais designações têm de ser requisitadas em campos religiosos. Não há como fugir disso. Ainda um comentário sobre a utilização de *prístino*: é inegável pensar em tal emprego se não for pelo efeito de “sofisticação” que essa palavra proporciona, pois não é usual e corriqueira; pode-se dizer que é até mesmo desconhecida, obsoleta. Já que se trata de um texto de linguagem simples e tem por proposta o fácil entendimento e *compreensão* – pois visa à aplicação dos conceitos - sua utilização pretende ofertar seriedade de conteúdo e aparentemente até mesmo dissimular o raciocínio que é processado no momento em que se lê.

Neste momento da análise, já podemos concluir com segurança que, a partir da natureza do texto de auto-ajuda, levando em conta a intransponível dialogia e reciprocidade na interação entre auditório e orador, o leitor que acata tais afirmações é, de qualquer maneira, um *crente*, ele *crê*. É possível excluir desse escopo um convicto ateu ou também um indivíduo de postura ortodoxa ou fanática, no caso de pertencer a uma linha religiosa exclusiva qualquer. Mas não há possibilidade alguma de não considerar que este leitor de auto-ajuda é minimamente afetado pela crença – *justificada* ou não – na existência de algo, um ser ou entidade auto-existente, superior, infinita, com força e poderes superiores, em suma, que pode ser chamado de Deus, seja lá como for, num aspecto material ou espectral. Levando isso em conta, a partir desse perfil detectado, teceremos considerações sobre a atuação e efeito a respeito desses discursos fomentadores de crença.

Tanto no cristianismo (segmento monoteísta predominante no ocidente), quanto no hinduísmo, taoísmo ou budismo – esta última é a segunda ou terceira religião com mais adeptos no mundo e derivada dos *Vedas* (escrituras sagradas indianas), perdendo a posição apenas para o islamismo e catolicismo, há a idéia de se nascer impuro. No cristianismo essa idéia recebe o nome de *pecado original* e significa que só por se ter nascido uma pessoa já é impura, nasce pecadora; daí a necessidade de ser batizada “para entrar nas águas do Espírito Santo” a fim de não passar a vida na vergonha de ser um pagão e finalmente, não morrer sem salvação. Antes de falarmos dessa idéia da impureza para tais orientais politeístas, teceremos breves comentários sobre a palavra *pagão*. Podemos citar a “evolução”, ou melhor, a modificação que ela sofreu ao longo da história, como ocorreu com a palavra *comunista*, por exemplo. Não entraremos em detalhe acerca das cenas enunciativas, mas, de fato, ambas perderam seu sentido (metalingüístico) “genuíno” para adquirir sentido praticamente oposto. Na verdade não se trata somente do sentido, mas o que enunciá-las provoca: uma designação fortemente pejorativa impregnada a elas (seria de outro modo num meio acadêmico, numa aula de História, por exemplo). Isto se deve ao autoritarismo do discurso dominante cristão, especialmente católico, que foi aquele que formulou o conceito de paganismo: o indivíduo é católico ou não e não o sendo, é um inimigo da Verdade.

Para os budistas e também hinduístas, um indivíduo tem/pode ter até cento e oito chances de reencarnação, dependendo do desenvolvimento dos níveis de consciência, das atitudes que se têm e do cumprimento dos *karmas*. O caminho para ascender ao longo da trajetória evolutiva é gradativo e tem início no estado mineral (segundo essas linhas, todos já fomos minerais um dia), passando para o vegetal e posteriormente para o reino animal e assim sucessivamente. Começamos como porcos, bois, macacos... somente depois chegamos ao estado humano. De qualquer modo, para este ou aquele pensamento, não há como fugir da expiação “quase” eterna, da idéia de pecado. Talvez as “finalidades” ou abordagens sejam distintas, todavia, essa busca pela salvação não tem fim.

As considerações tecidas acima introduziram as justificativas a respeito do estofo fomentador de B. Materialmente, temos as seguintes asserções proferidas por Ej:

“Purificar significa devolver ao estado original, prístino”, e “O universo, sendo a expressão de um singular equilíbrio, tem sua fonte na pureza”. (CHOPRA, 1993, p. 87)

No sentido mais “direto”, a primeira frase – a qual já foi comentada sobre sua designação – se olharmos literalmente, ela é simplesmente metalingüística. Quanto à segunda, uma coisa a ser extraída de imediato é a relação de implicação que contém. O que quer dizer, isto é, qual a relação de contigüidade que se tem na idéia de “singular equilíbrio” com “fonte de pureza”, senão pelo viés dogmático? Por que se deve aceitá-la como argumento razoável? As idéias não são claras e ocorre um efeito de dissimulação, obnubilação, através do modo como são colocadas, mas o *formato* da escrita, o que inclui a pontuação e principalmente os operadores argumentativos, faz passar despercebidamente o que não têm nexos, ou melhor, não há argumentação propriamente dita. Se há, então o argumento é garantia de si mesmo, isto é, uma auto-garantia.

Então, Ei enuncia:

A: “O campo purifica tudo o que entra em contato com ele”.

E conclui C:

C: “**Portanto**, o campo que é a fonte de tudo, purifica tudo o que toca”. (Chopra, 1993, p 87)

A conclusão “conclui” que o campo purifica tudo o que toca, portanto é purificador. Não só os mecanismos argumentativos, mas o próprio conteúdo é tautológico.

4.5 – Identidade da argumentação da auto-ajuda: argumentos quase-lógicos, tautologia, uso das máximas e o ridículo e seu papel na argumentação

Antes de partirmos para a conclusão, há ainda algumas considerações pertinentes a serem feitas sobre os textos de Deepak Chopra, as quais requisitamos de Perelman; trata-se de observar como este autor postula o conceito de tautologia dentro da retórica e os tipos de técnicas mais recorrentes nesses textos de auto-ajuda. Há uma muito significativa para nós: diz respeito a tratar do papel do ridículo na argumentação e observar de que maneira o autor de auto-ajuda se vale desse artifício e também demonstrarmos, como investigadores, o modo como, do ponto de vista retórico-argumentativo - suas teses são ridículas. O uso das máximas também é para nós muito significativo e requer uma atenção especial.

Iniciemos pelo conceito da tautologia. Como ponto de partida, utilizamos a definição descrita no *Novo dicionário Aurélio*, que é, inclusive, a mais usual, cotidiana:

Vício de linguagem que consiste em dizer, por formas diversas, sempre a mesma coisa./ Proposição que tem por sujeito e predicado um mesmo conceito, expresso ou não pelo mesmo termo./ Erro lógico que consiste em aparentemente demonstrar uma tese repetindo-a com palavras diferentes. (FERREIRA, 1975, p. 1358)

Após trinta anos de sua edição – tempo suficientemente considerável para a possibilidade de que novos sentidos sejam atribuídos ou abandonados a algumas palavras, o conceito de tautologia foi postulado desde a Grécia Antiga e pode-se dizer, grosso modo, que permaneceu praticamente o mesmo até hoje, devido a suas características peculiares e força argumentativa, quando utilizado intencionalmente.

O conceito perelmaniano de tautologia é semelhante e contíguo a esta definição anterior; o autor o inclui dentro de uma técnica argumentativa quase-lógica, que é aquela que possui os argumentos que:

pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. No entanto, quem os submete à análise logo percebe as diferenças entre essas argumentações e as demonstrações formais, pois apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não-formal, permite a tais argumentos uma aparência demonstrativa (PERELMAN, 1992, p. 219)

Não significa que a pretensa argumentação apresentada por Chopra seja exclusivamente quase-lógica, nem tampouco para Perelman só as análises aplicadas ao raciocínio formal são mais válidas, mas ao contrário, segundo o autor do *Tratado*, tal raciocínio só serve em “condições particulares, no interior de sistemas isolados e circunscritos.” (Ibdi., p 219); é por isso que, pelo motivo de pretenderem a uma aparência demonstrativa, muitas vezes são tomadas por autores ou oradores como formais, mesmo disfarçadamente, por julgarem - afetados pelo estatuto da ciência tomado como autoridade - que esse procedimento garanta maior credibilidade à argumentação.

Segundo o que mostramos através da análise do corpus, essa é a postura adotada por Deepak Chopra, que se porta como se cumprisse *concretamente* moldes demonstrativos, todavia parece *maquiar* suas asserções com mistificações, crendo, aparentemente, na idéia de que sua *ciência* garanta credibilidade.

Veremos pouco abaixo, a partir de considerações retóricas, como funciona a tautologia nos textos de Deepak Chopra e como ela é colocada. Para Perelman:

A acusação de tautologia equivale a apresentar uma afirmação como resultado de uma definição, de uma convenção puramente lingüística, que nada nos ensina no tocante às ligações empíricas que um fenômeno pode ter com outros e para o estudo das quais seria indispensável uma pesquisa experimental. Supõe ela que as definições são arbitrárias, desprovidas de interesse científico e independentes da experiência. (PERELMAN, 1992, p. 245)

Diferentemente da definição exposta acima, Perelman faz alusão ao uso intencional de uma tautologia (*tautologia aparente*) em situações não-formais e,

quando nesse caso, justamente por ser proposital, deve-se evitar a crítica a ela, requisitando-se um mínimo de compreensão daquele que a ouve, devido à capacidade de interpretar sem dificuldades o motivo de seu emprego.

No caso de ser utilizada em situações formais, com a atribuição de um sentido figurado (substantivo tomado como adjetivo) para uma expressão repetida no segundo termo, por exemplo, esta consistirá numa figura especial, denominada *ploce*: “um homem deve ser homem”.

Mas não parece ser a maneira utilizada por Deepak Chopra. Em lugar algum do texto ele pretende deixar ou deixa claro, de fato, que está se valendo de uma tautologia proposital. O autor de auto-ajuda se utiliza largamente desse recurso no sentido “comum”, sendo possível observar tal ocorrência nos exemplos que constituem o corpus deste trabalho. Aliás, a tautologia intencional ocorre geralmente dentro de uma mesma frase, em que sentidos plurais são empregados para um mesmo significante. Ainda mais um comentário a esse respeito. Se fôssemos comparar o emprego da tautologia corriqueira e da tautologia proposital, veríamos, provavelmente, que a utilização da segunda não seria interessante nesse tipo de texto, devido ao nível de abstração que ela requisita: mesmo que simples, há necessidade de um mínimo de abstração.

Observamos que nos exemplos (2), (6), (7), (8), (9), (10), (11) e (12) há a presença de tautologia e tal circularidade (e também redundância), são aspectos fundamentadores de argumentação para o autor, isto é, é a repetição dos termos que asseguram o que pretende dizer, sem, no entanto, apresentar efetivamente uma conclusão: o argumento é garantia do próprio argumento. Não é pouco ocorrer oito vezes a estrutura tautológica dentre as doze utilizações do operador *portanto*. É possível então, considerar uma homogeneidade no/do corpus, por isso, considerando principalmente o emprego desse operador, somos autorizados a dizer que a articulação argumentativa utilizada pelo autor é debilitada e ainda fictícia, portanto, beirando um engodo, só pode ser válida para aqueles que possuem uma *universalidade* genérica, pautada no senso-comum.

Há ainda outro estratagema persuasivo de que Chopra lança mão, recurso este que ajuda a fomentar disfarçadamente o autoritarismo de seu discurso; falemos, pois, sobre o papel do ridículo na argumentação. De acordo com Perelman,

Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceita. Fica de imediato ridículo aquele que peca contra a lógica ou se engana no enunciado dos fatos, contanto que não o considerem um alienado ou um ser que nenhum ato pode desqualificar, por não gozar do menor crédito. (PERELMAN, 1992, p. 234)

Primeiramente dizemos que Deepak Chopra é considerado por alguns como uma personalidade exemplar merecedora de credibilidade. Para estes, ele está longe de ser, por exemplo, um charlatão, ou no mínimo, “uma personalidade que não sabe o que diz”, afinal, pessoas que compram (e continuam a comprar) seus produtos, vêm em sua vida a certeza do sucesso através da aplicação e vivência de suas teorias e isso está ligado ao ethos construído pelo próprio autor-orador.

É fato que ao ridicularizar um indivíduo quando este está de uma maneira qualquer, numa posição inferior daquele que está proferindo o discurso, é muito cômodo e nesse caso, beira a covardia. Chopra se vale disso, ao afirmar, por exemplo, que a vida do leitor se encontra do modo em que está porque não aderiu às suas teses “infalíveis”. Trata-se de um argumento autoritário e coercitivo. Pudemos verificar inclusive, em vários trechos dos livros, a presença da ironia utilizada pelo autor de auto-ajuda referindo-se à resistência do leitor em *crer*, seguindo a mesma pretensão de subjugar.

Vejamos novos exemplos que demonstram o recurso do ridículo utilizado pelo autor para com o leitor:

(13) A atenção de uma pessoa realmente rica jamais está focalizada apenas no dinheiro que ela possui. Se você tem milhões no banco, mas passa o tempo todo preocupado com eles, pensando em aumentá-los, na possibilidade de que não

sejam suficientes ou de perdê-los, você é pobre, não importa a quantia de dinheiro que possui (CHOPRA, 1994, p. 66)

(14) Já o poder assentado no objeto-referência é um falso poder. Por estar fundamentado no ego, ele existe enquanto existir o objeto de referência. Se você tem muito dinheiro, ou um título, um cargo importante – presidente de um país, presidente de uma empresa -, esse poder tão apreciado desaparecerá juntamente com o dinheiro, com o título, com o cargo. O poder baseado no ego, portanto, termina quando acabam essas coisas. Assim que desaparecem – seja o título, o cargo, o dinheiro – o poder também desaparece. (Ibdi., p. 17)

Essa conduta nos permite constatar que através da auto-valorização, de um *ethos* místico, Chopra se exime da necessidade de argumentar de um modo que não seja através do autoritarismo e, para nós, está até mesmo impedido de fazê-lo, justamente por não poder, de acordo com a postura científica pretendida, sustentar suas teses de maneira empírica e racional. É como se procurasse convencer pela opressão, pelo *bondoso* fazer obedecer.

Seria demasiadamente ingênuo pensar que, um autor ao dizer o que diz, desconheça o risco existente em lançar mão do recurso de persuadir através do ridículo, pois sabe que tanto as afirmações quanto as possíveis “conclusões”, entram/entrariam em conflito com opiniões aceitas. Para exemplificar, poderíamos citar esse famoso “ensinamento” repetido diversas vezes nas obras analisadas: ter tudo o que se deseja sem o mínimo esforço.

Poderíamos considerar tal asserção como sendo, no mínimo, ousada, senão arriscada. É pertinente então questionar a possibilidade de dúvida, ilusão, intriga ou até mesmo engano por parte das pessoas que, ao se depararem com esse texto, levem em conta uma afirmação dessa natureza.

Como, então, driblar esse risco?

No *Tratado da argumentação*, seu autor também salienta que é preciso audácia para afrontar o ridículo e ao optar por essa atitude, conseqüentemente fica-se exposto à possibilidade de condenação. Mas levando em conta que a argumentação se opõe ao que não é considerado objetivamente válido, e que, segundo Perelman, uma tese contrária à opinião admitida comumente por todos atinja um estatuto de respeito e dignidade de discussão, ela precisa, pelo menos,

“usufruir o apoio de um filósofo notável”, (PERELMAN, 1992, p. 237). Isso explica o motivo de Chopra citar dizeres de personalidades conhecidas ou *entidades*, a fim de sustentar seu discurso; Einstein, Oscar Wilde, Gandhi, ou mesmo dizeres divinos retirados de textos religiosos védicos, são exemplos dessa utilização.

Como investigadores, apontamos como Chopra se vale do ridículo, mas nada nos impede de nos tomarmos, no âmbito discursivo, como *adversários* dele - para podermos utilizar igualmente esse recurso em relação às suas teorias, a fim de demonstrar incompatibilidades.

(15) “(...) quando vivenciamos o conhecimento de alguma coisa nos tornamos parte dela e começamos a incorporar todas as suas propriedades” (CHOPRA, 1993, p. 93)

(16) “Um segundo modo de desenvolver uma fisiologia que incorpore as qualidades do campo unificado é ter contato direto com ele” (Ibdi., p. 92)

(17) “Apesar de ele ter a fonte de tudo o que é manifesto na criação, ele em si é imanifesto” (Ibdi., p. 86)

(18) “Os cientistas mostraram que os eventos mentais se transformam em moléculas” (Ibdi., p. 90)

E, com esse último trecho a seguir, observaremos a incompatibilidade entre duas teses apresentadas na mesma página do livro. Vejamos a incoerência do que diz o autor, que ao afirmar algo, contradiz-se na seqüência:

(19) Os físicos dizem que quando nos aprofundamos no estudo dos átomos, indo além das partículas atômicas que os constituem e entrando na nuvem de partículas atômicas, descobrimos que elas são tão pequenas que não podem ser vistas nem medidas. Não existem e nunca existirão instrumentos capazes de medir essas partículas subatômicas (...) De fato, elas são tão incrivelmente minúsculas que só podemos *pensar* nelas.

Mas, você pode perguntar, se não conseguimos vê-las ou medi-las, como sabemos que existem? A resposta é: sabemos que elas existem pelos rastros luminosos resultantes de sua passagem, que podem ser vistos e até fotografados com instrumentos sofisticados, os aceleradores de partículas. E, é claro, se

alguma coisa deixa um rastro, essa coisa existe. Mas há algo mais interessante ainda sobre essas partículas: elas só passam a existir quando queremos observá-las. (CHOPRA, 1993, p. 68 , 69)

Várias contradições são visíveis, mas basta nos atermos apenas em duas, para demonstrar o que pretendemos.

“Não existem e nunca existirão instrumentos capazes de medir essas partículas subatômicas”

“sabemos que elas existem pelos rastros luminosos resultantes de sua passagem, que podem ser vistos e até fotografados com instrumentos sofisticados, os aceleradores de partículas.”

Podemos, sem riscos, numa relação metonímica tomar os “rastros luminosos” por uma extensão do objeto, que são as “partículas”. A partir disso, esses “instrumentos sofisticados” que fotografam rastros luminosos não existem? Ou existem?

Ou ainda:

“E, é claro, se alguma coisa deixa um rastro, essa coisa existe.”

Na articulação dessa sentença com essa próxima, vemos:

“(...) elas só passam a existir quando queremos observá-las.”

Apesar de tamanha frivolidade que constitui estas passagens, devemos argumentar que, do ponto de vista racional ou verossímil, uma coisa que existe num aspecto concreto ou material, existe independentemente de nossa vontade. É comparável a dizer que ao ignorar a presença de um inseto peçonhento a um metro de distância, isso é suficiente para que ele não exista. Ou ainda é comparável ao que Zizek afirma em seu artigo aqui citado: a realidade material é *realmente* ilusória para aqueles que não a vêem, que não a tocam...

Essa idéia de onipotência é decorrente e contígua à noção de evidência que o autor pretende pregar.

Elegemos mais alguns trechos, a fim de salientar que não se trata de um descuidado acidente esporádico nos textos, mas ao contrário, ele está repleto dessas incompatibilidades. Posteriormente, após breves comentários sobre tais contradições, falaremos sobre uma relação de *simulação* referida por Perelman, a respeito da comunhão entre auditório/orador.

(20) Os princípios descritos neste livro dizem respeito especificamente à criação da riqueza material ilimitada, mas podem ser aplicados à realização de qualquer desejo, porque são os mesmos princípios que a natureza põe em prática para criar a realidade material a partir de uma essência não material (CHOPRA, 1993, p. 18)

(21) Sintetizando, posso dizer que a conclusão fundamental dos estudiosos do campo quântico é que a matéria-prima do mundo não é material, as coisas essenciais do universo são não-coisas. Toda a nossa tecnologia baseia-se nesse fato, que faz cair por terra a atual superstição do materialismo. (Ibdi., p. 19)

(22) Evoluir significa tornar-se cada vez melhor em todos os aspectos da vida até se atingir o ponto máximo, que é ter prosperidade de tudo o que é bom. As pessoas com consciência de riqueza só almejam o que há de melhor. Então, viaje sempre de primeira classe em sua jornada pela vida e o universo responderá dando-lhe o que há de melhor. (Ibdi., p. 28)

(23) “Se você está sempre preocupado com quanto dinheiro vai precisar, por maior riqueza que possua, na verdade você é pobre.” (Ibdi., p. 29)

(24) “Gostar do luxo e desejá-lo é um dos requisitos para o livre fluxo da riqueza.” (Ibdi., p. 30)

(25) “A quarta lei espiritual do sucesso é a *lei do mínimo esforço*. (...) E é da natureza humana materializar seus sonhos, facilmente, sem nenhum esforço”. (CHOPRA, 1994)

Em (20) e (21), poderíamos apontar como contraditórias e incongruentes as afirmações contidas neles, sendo suficiente dizer, do ponto de vista racional (a racionalidade utilizada por Perelman), que qualquer matéria-prima é material e as *coisas* não podem ser *não-coisas*. Para afirmar algo dessa natureza, seria necessária uma argumentação muito mais detalhada por parte de autor.

Através da relação estabelecida entre os exemplos de (22) a (25), a fim de esclarecimentos, podemos mais uma vez utilizar o recurso ultimamente referido para refutação, isto é, do ridículo, bastando novamente constatar que tais teses não podem ser aceitas e, portanto, nesse caso, talvez nem mesmo pelo auditório de elite, principalmente salientadas em (23) e (25). Se elas fossem aceitas e se fossem *reais*, indubitavelmente não haveria possibilidade de existir pobreza. E se as pessoas que buscam a riqueza se tornassem ricas, não se importariam em ficar pensando em dinheiro. Aliás, não é o que o autor afirma na conclusão dos seus passos para atingir a prosperidade, apresentado no exemplo (12)? O exemplo de que basta ter atenção num pensamento, segundo Chopra, para que ele se materialize. Utilizamos, pois, sob o crivo perelmaniano, o recurso do ridículo para apontar a incompatibilidade entre teses que não têm intenção de serem contraditórias ou mesmo absurdas.

Visto que, do ponto de vista racional, as teses apresentadas por Chopra não podem ser aceitas por todos e por isso poderiam ser classificadas, segundo Perelman, como mentirosas ou ficcionais. Devido à insuficiência das argumentações e à impossibilidade de sustentação, poderíamos por isso considerá-las como uma *simulação*. Por conseguinte, pode haver dois desfechos: quando as duas partes – autor e leitor, auditório e ouvinte – aceitam uma simulação, tratar-se-á de uma ficção, mas haverá mentira quando a simulação for unilateral, segundo Perelman.

Intitular o autor de auto-ajuda como mentiroso é possível se considerarmos a postura de leitores que poderíamos qualificar como mais atentos ou “céticos”, por exemplo. No entanto, o problema com o qual nos deparamos é que o autor não divulga suas teses como ficcionais, do mesmo modo que os leitores compactuam, conscientes ou não, com isso. De um lado, o modo utilizado pelo autor na exposição das teses – volátil e suspeito do ponto de vista racional – e do outro, o assentimento voluntário ou não do leitor, permite-nos enquadrar a obra como ficcional, pois a simulação não é unilateral, mas dual.

Até agora foram apresentadas regularidades que, de certa maneira, estampam uma espécie de identidade da auto-ajuda, pois para poderem *funcionar* como tal, tais traços não são apenas pertinentes, mas necessários. Clichês, lugares-comuns, afirmações de caráter genérico são recorrentes nestes textos, por isso, falaremos ainda de uma estrutura argumentativa descrita brilhantemente por Aristóteles, na *Retórica*, que diz respeito ao uso das Máximas.

A máxima é uma estrutura comum, largamente utilizada nos textos de auto-ajuda e isso não é de modo algum em vão, como já dissemos. Seu uso pressupõe alguns efeitos. O primeiro deles é mais notável, segundo Aristóteles, é que o orador formula em palavras aquilo que os ouvintes já crêem previamente e por isso, devido à familiaridade, parecem ouvir assuntos dirigidos a eles; esse mecanismo pode funcionar como fator de simpatia e adesão, pois os que ouvem sentem-se honrados por ter a palavra dirigida a eles.

Sua definição é: “A máxima é uma afirmação, não de um fato em particular (...) mas de um tipo geral” (ARISTÓTELES, *Retórica*, p. 122)

Desta maneira, a natureza de assunto pertinente às máximas, deve-se a questões de conduta prática, bem como coisas/attitudes a serem realizadas ou evitadas.

Devido à generalidade do seu conteúdo, as máximas só devem ser utilizadas por anciãos e ainda assim apenas no caso de serem muito experientes no assunto ao qual se referem; de outro modo, ser proferidas por jovens, segundo Aristóteles, é “tolice e falta de educação” (Ibdi., p. 124).

Assim como postula Aristóteles e que para nós é o motivo principal pelo qual essa estrutura é tão comum nos textos de auto-ajuda, deve-se a:

Uma das grandes vantagens da Máxima ao orador deve-se à falta de inteligência de seus ouvintes, que adoram ouvir seu sucesso ao enunciar palavras como uma verdade universal às opiniões que guardam para si e a respeito de casos particulares (...). A máxima, como já dissemos, é uma afirmação geral, e as pessoas adoram ouvir essas declarações que têm caráter de generalidade, pois de certo modo, individualmente, elas já acreditam em tais máximas. (Ibdi., p. 125)

A outra vantagem do uso das Máximas é de acrescentar ao discurso o caráter moral:

A elocução das máximas valoriza a declaração geral de princípios morais, tanto que, se as máximas são confiáveis, elas expõem o orador como um homem de caráter moral confiável. Pois a máxima é natural, diversa, de uso próprio e vantajosa. (ARISTÓTELES, *Retórica*, p. 125)

Essas palavras justificam o porquê de serem tão recorrentes em textos de auto-ajuda.

A partir das considerações retóricas sobre a natureza dos textos de Deepak Chopra, trataremos, finalmente, sobre a questão da reversibilidade.

Vemos que há duas posturas assumidas por este autor, ao tomar a palavra:

- . representar a classe do leitor, falando *por* ele
- . posicionar-se superiormente e falar *para* ele

Delimitado o auditório como aquele constituído pelo público leitor, que busca na auto-ajuda a solução de seus problemas, podemos considerá-los como os que estão excluídos, como os que, quando tomam a palavra, não são ouvidos.

Em relação à primeira postura, a de falar pelo auditório, isso se dá quando o autor trata de questões relativas à busca pela prosperidade e felicidade, equiparando-se e mostrando desejar, assim como o leitor *sedento*, as mesmas coisas. Ao descer do pedestal divino, numa postura compreensiva e fraternal, a intenção prevista é a de querer mostrar uma possibilidade, uma faculdade humana de adquirir bens – bastando ter fé - e alicerçar o autoritarismo que, para nós, é a ferramenta mais *sólida* de que o autor dispõe para dizer o que diz.

Sobre a segunda postura, que parece ser a mais recorrente, ela se configura através da pretensa posição de mestre ou grande porta-voz.

Ao assumir essa conduta autoritária, apoiando-se na “ciência” ou religião, ele se diz mestre, pretende se portar como tal. A partir disso, mencionaremos a importante distinção que Perelman faz sobre a iniciação e vulgarização, quando um indivíduo entra ou pretende entrar, pertencer a um grupo específico.

A iniciação diz respeito à atuação de um mestre para um grupo, em que a persuasão já é prévia, pelo fato de estarem aptos a ouvir, submissos a receber um ensinamento, em que o mestre representa um porta-voz:

A iniciação a uma disciplina particular consiste em informar regras e técnicas, noções específicas, de tudo quanto nela é admitido, e a maneira de criticar seus resultados conforme exigências da própria disciplina. (PERELMAN, 1992, p. 113)

Trata-se de vulgarização quando aquele que fala utiliza uma linguagem descuidada e não técnica para seu público, isto é, não lhes proporciona meios adequados para aplicar aquilo que ensina ao aprendiz:

sem o capacitar nem para se servir dos métodos que permitiram estabelecer esses resultados nem, *a fortiori*, para empreender a crítica destes últimos. Tais resultados são, de certo modo, apresentados como independentes da ciência que os elaborou: eles adquiriram o estatuto de verdades, de fatos.” (Ibdi., p. 113)

Apesar da pretensão a mestre – atestamos isso pelo fato de posicionar-se como sendo o criador e aquele que ensina a inovadora e revolucionária junção da religião e da ciência -, isso pode ser questionado, dentre outras coisas que já demonstramos, apenas pelo fato do autor não conseguir sustentar suas teses e principalmente, de acordo com a necessidade referida por Perelman (a respeito do estatuto do mestre), oferecer meios nem condições para sequer aplicar em termos “reais” de prática aquilo que ensina.

A partir dessas constatações, não é possível considerar que haja uma iniciação dos “aprendizes” ou seguidores de Deepak Chopra, mas uma vulgarização. Trata-se de um método que não se sustenta porque não oferece meios concretos para sua aplicação nem mesmo clareza e objetividade em suas postulações constituintes; também insensato, pois se contradiz em si mesmo por diversas vezes.

Para alguns tipos de orador, como parece ser o caso do autor Deepak Chopra, estes podem se valer da inércia psíquica e social para argumentar. É o

que afirma Perelman quando diz que a opinião exposta continua a reverberar às vezes por intenção de coerência e às vezes por simples força do hábito, repetição. De fato, a inércia permite contar com o normal: sua própria atuação “abre espaço” para que seja apresentado um modo para modificar o estado das coisas que se repetem, ou seja, é plausível e racional acreditar que algo *novo*, *diferente* possa ocorrer. Valendo-se disso, um orador pode, em grande quantidade, reafirmar inúmeras vezes esses conceitos. Há semelhanças entre esses conceitos e os postulados por Aristóteles, quando este se refere ao uso das Máximas e sobre a constituição do ethos do orador e o modo como ele pode se valer disso.

Perelman afirma que quando um indivíduo experimenta uma regra e atesta o seu valor, vai divulgá-la como boa, ao modo de um testemunho. Chopra lança mão desse recurso sobre as próprias teses que apresenta, afirmando que ele mesmo as experimenta e verifica a atuação delas em sua vida. “Em vez de basear-se nos juízos do interlocutor, o orador às vezes utilizará meros indícios de sua confissão.” (PERELMAN, 1992, p. 122).

Na contra-capa de *Criando Prosperidade*, há o seguinte trecho:

“O dr. Deepak Chopra, médico indiano radicado nos Estados Unidos, ganhou notoriedade com teses revolucionárias no campo da saúde. Nesta obra, o autor volta seus conhecimentos para a obtenção de riqueza material e explica como conquistar a fartura existente em todas as manifestações físicas do universo. Com as atitudes certas, todos podemos guiar nossa consciência – inesgotáveis impulsos de energia e informação – e canalizar a energia necessária para gerar bens desejados, sejam espirituais ou materiais.” (CHOPRA, 1994, Contra-cap)

E logo abaixo, há uma frase do próprio Deepak Chopra:

“A riqueza e a abundância ilimitada fazem parte do estado natural do ser humano. Precisamos apenas nos lembrar do que já sabemos.”

As diversas vozes presentes nos dizeres da contra-cap funcionam como propaganda da eficiência da teoria de Chopra e seu dizer logo abaixo dos comentários a seu respeito (auto-propaganda), reforça esse mecanismo. Para Perelman, trata-se de um recurso persuasivo utilizado na falta de um respaldo

plausível: ao se fazer de uma confissão ou uma vivência pessoal um fato que sirva como exemplo legitimador para a generalização de uma regra.

As técnicas utilizadas na argumentação são dinâmicas e vários elementos podem atuar simultaneamente. É fato que alguns tipos de argumentos têm mais prestígio do que outros, dependendo do auditório ao qual se dirigem, no entanto, determinados argumentos, mesmo sendo fracos, podem ser reconhecidos como válidos e persuasivos pelo simples fato de serem empregados. Para nós, como já foi dito e observado em várias outras posturas semelhantes por parte de Deepak Chopra, esse é seu caso; justificamos através de Perelman, explicando que um orador que se resguarda no próprio ato de proferir uma proposição como garantia da verdade ou da *sinceridade*, nada mais faz do que utilizar argumentação *ad hominem*, isto é, pseudo-argumentação. Este tipo de procedimento é aquele que só pode ter alcance para persuadir certas pessoas – e jamais outras. Segundo Perelman, não significa necessariamente que ele não seja válido, mas tudo dependerá do acordo previamente estabelecido e, é claro, para aqueles que não consideram como argumentação legítima senão aquela que segue e pretende o acordo do auditório universal.

A argumentação *ad hominem* é requisitada quando o orador visa questionar o interlocutor sobre opiniões, atitudes ou condutas que são naturais a este, para que as teses do orador prevaleçam e se pareçam hierarquicamente superiores.

Podemos observar inúmeras vezes a utilização desse recurso por Chopra, quando tacha a conduta “comum” do leitor, isto é, daquele que busca mudar sua vida, como uma conduta desatenta, fraca e de desperdício das oportunidades explícitas de prosperidade que o universo oferece, a fim de fazer valer seus argumentos. Podemos citar a respeito dessa postura autoritária regularidades como o uso do imperativo, máximas populares, provérbios e citações de personalidades relevantes do ponto de vista moral, ético ou intelectual, utilizados como argumento de autoridade. De fato, se tentamos tomar suas asserções como juízos, ou seja, termos que promovem uma opinião, deparamo-nos com uma imensa, senão impossível, dificuldade de predicar algo desses juízos, pelo motivo

de não haver de modo claro, bases legítimas em que possam se apoiar. Se realmente tais teses são válidas ou existentes, afirmamos que pelo menos através das estruturações textuais e argumentativas – que é o que nos interessa sobremaneira e é o meio que Deepak Chopra articula nos livros – ele não alcança de modo algum este intento.

Apesar da propaganda sobre os livros de Chopra, como aqueles que trazem teorias revolucionárias, não é possível falar que se trata de um discurso polêmico, uma vez que, mesmo aparentemente divulgando tais teorias como inovadoras (e por isso as sugere como polêmicas), não passam de clichês tidos como verdades.

Em termos gerais, de modo elementar, é possível dizer que o homem e sua história evoluam com o tempo, isto é, através do aprimoramento da ciência, tecnologia e conhecimento. Para exemplificar, podemos pensar que a atuação da Igreja na Idade Média certamente perdeu força e poder com a Reforma Protestante ocorrida no período renascentista, pois o discurso em vigor na época já não correspondia mais aos anseios dos homens e ao perfil ideológico e econômico em vigência. Exemplos de crenças divulgadas como empréstimo de dinheiro a juros ou o não pagamento do dízimo levavam ao inferno, não mais se sustentavam.

Certamente o discurso religioso tinha de ser mais ameno, ou ao contrário, a Igreja perderia mais fiéis para o protestantismo. Foi apenas a autoridade despótica, isto é, com a utilização de força brutal, divulgação insistente do pecado e castigo, que fez com que a Igreja através da Contra-Reforma conseguisse resgatar ou manter fiéis. Os assassinatos praticados pela criação e aplicação do conteúdo do Índice comprovam isso. Aquilo que não pode se sustentar pelo convencimento, só poderá se manter através do autoritarismo, sendo ele violentamente declarado ou disfarçadamente sutil. De qualquer maneira, não se pode dizer que haja autoritarismo que não se vale de força; podemos pensar que algumas espécies atuais de autoritarismo são permitidas e até mesmo politicamente corretas.

Essa alusão à necessidade de constante renovação do discurso religioso explica e justifica o ponto que se chegou, de ser comum ouvir e ter “permissão concedida sem maiores castigos”, de que todos os caminhos levam a Deus. Exceto para ideologias fundamentalistas, tal postura é atualmente vista como legitimamente “do bem”. Ora, se cada um pode fazer isso do modo como bem entender – desde que não deixe de fazê-lo - conclui-se que não se pode mais condenar a atitude de se buscar e praticar a fé da maneira como se deseja.

Parece haver um apreço prévio e “obediente” por parte do leitor, como se acatasse os ensinamentos – mesmo que incompreensíveis para a mente humana – proferidos, por exemplo, numa missa. Isso se justifica, como já dissemos, pelo papel religioso que a auto-ajuda pode exercer e/ou substituir (em relação à necessidade da prática religiosa), através de intensa divulgação midiática e mercadológica, pelo raciocínio pronto e *enlatado* contido no texto, pela apropriação imagética do *ethos* do autor, como garantia de sucesso e credibilidade e, finalmente, como antídoto anestesiante para o caos moderno.

A crítica não está situada no problema do conteúdo ser religioso ou não, pois existem muitos livros de auto-ajuda declaradamente católicos, espíritas, evangélicos. A questão é aqui dirigida especificamente a Deepak Chopra. Este autor se utiliza do título de *médico*, de *indiano* e de *homem rico*, para assegurar, respectivamente, o comprometimento empírico com a escrita, *já que*, por ser médico, tem *autonomia* e *propriedade* para dizer o que diz; do estereótipo místico e transcendental que um indiano pode carregar, por ter acesso pleno e nato às teorias védicas e, novamente, pela propaganda que faz de sua vida próspera e bem sucedida, conquistada *obviamente* através da aplicação e comunhão desses fatores, científicos e religiosos.

Todavia, as explicações não correspondem a essa intenção. O que há é um discurso maquiado de uma universalidade composta sobretudo, por máximas do senso comum, conteúdo genérico, molde e estrutura autoritária do discurso religioso.

Ressaltamos ainda uma vez mais sobre nosso posicionamento investigativo acerca do objeto. A crítica não está situada na relação da religiosidade pela religiosidade, mas no papel que os dogmas, as noções doxológicas ou a repetição maquiada do senso comum têm nesse tipo de literatura e, principalmente, na apropriação desses conceitos tomados e apresentados como se fossem científicos, quando não o são e como se precisassem ser científicos para que tivessem credibilidade neste tipo de texto.

É, pois, interessante notar o lugar que a ciência ocupa e o estatuto de verdade que ela desempenha: ao enunciar um texto como científico, *logo* este é *verdadeiro*, comprovado.

Esclarecemos que nosso posicionamento é contíguo à noção platônica de dóxa. Apesar do longo caminho percorrido por Platão sobre o processo da construção da *episteme*, não se faz aqui necessária tal alusão. Basta-nos considerar por ora que dóxa é uma noção tida como uma espécie de conhecimento vulgar, superficial, embora não necessariamente menos importante que os demais, segundo Platão. Apesar disso, é possível dizer, *grosso modo*, que este filósofo “opôs” a noção de dóxa à noção de ciência, pelo fato de estar situada entre o conhecimento e a ignorância, resultando na crença baseada numa esfera subjetiva. Deste modo, a noção de doxa pode designar qualquer conhecimento ou crença, asserção ou declaração que não inclua necessariamente uma garantia da própria validade. Trata-se, inclusive, de um conjunto de juízos de uma sociedade baseado na crença de uma verdade *óbvia, natural*.

Aquilo a que chamamos habitualmente senso comum consiste numa série de crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade, que seus membros presumem ser partilhadas por todo ser racional. Mas, ao lado dessas crenças, existem acordos, próprios dos partidários de uma disciplina particular, seja ela de natureza científica ou técnica, jurídica ou teológica. Tais acordos constituem o corpus de uma ciência ou de uma técnica, podem resultar de certas convenções ou da adesão a certos textos, e caracterizam certos auditórios (PERELMAN, 1992, p. 112)

O discurso religioso é alicerçado sobremaneira em dogmas e por isso somos autorizados a dizer que estes se justificam e se apóiam em dóxa, ou pelo menos, acabam por construir crenças inquestionáveis e verdades evidentes. Atuante e despótico, o discurso religioso é um dos mais autoritários, considerando instituições de modo geral, pois é constituído por poucas vozes, senão uma única, em que o locutor representa e fala pela maior voz de todas, a voz da verdade absoluta: a voz de Deus.

No caso de *Criando Prosperidade*, podemos afirmar a predominância do discurso religioso, devido à correspondência com as características aqui mencionadas. Mesmo já sendo verificável na análise dos exemplos que contêm *portanto*, elegemos dois trechos que ilustram claramente a atuação dessa doxologia. Notamos uma argumentação vaga, subjetiva, dogmática:

Puro conhecimento

O puro conhecimento não é o conhecimento sobre isto ou aquilo, é o conhecimento sobre tudo o que existe na criação material. Ele é a potencialidade, o imensurável potencial de tudo o que foi, é e será. (CHOPRA, 1993, p. 81)

Ou ainda o sub-capítulo 4:

Infinita correlação

Ele correlaciona tudo com tudo. (Transcrição integral) (Ibdi., p. 77)

No que diz respeito ao estudo e aplicações das análises feitas por Guimarães em *Texto e argumentação*, vimos que o esquema argumentativo das conclusivas *portanto*, no que tange ao discurso ordinário, isto é, do senso comum, é representado geralmente por dois enunciadores; um corresponde “diretamente” à figura do locutor (L) e o outro é um enunciador genérico, o qual oferece, geralmente, crenças do senso comum e dogmáticas, inseridas em implícitos de enunciados.

Guimarães afirma que mesmo através de uma refutação legítima acerca de uma tese genérica, ainda assim o enunciado não perde sua força argumentativa. Esse é um ponto fundamental de nossa análise: é a estrutura que é persuasiva e não o conteúdo. Através da abordagem dos exemplos, reafirmamos que o autor de auto-ajuda se vale disso e garante seu discurso também através desse mecanismo: o da apropriação do valor que os operadores argumentativos encerram e ajudam a promover persuasão. Para nós, segundo o que pudemos demonstrar, o uso recorrente do operador conclusivo *portanto* é ainda mais significativo nesse caso.

A respeito do discurso científico, funcionamento semelhante ocorre. O locutor nesse caso tende a mobilizar, no lugar de uma enunciação genérica, uma espécie de dizer universal e isso pode se dar através segmentos que são requeridos em outros lugares do texto em questão sem que eles apareçam nas proposições em que são consideradas no momento, isto é, que não estão no nível segmental. Há que se dizer que esse modo de proceder do discurso científico, em que um elemento B é requisitado em outro ponto, mas no mesmo texto, faz com que seja adquirido um status de universalidade, ou seja, aquele que é inquestionável, como se o seu conteúdo pudesse caber em qualquer auditório, para qualquer ouvinte, pois supõe tratar da *verdade*. Sabe-se que se convencionou a considerar a questão da verdade como *sine qua non* para que um discurso possa ter status de ciência.

No caso de Chopra, também pudemos observar os dois funcionamentos descritos acima. Sobre o mecanismo do discurso científico, embora tenhamos comprovado que não há um conteúdo que se possa efetivamente ser chamado de *científico*, o fato de requisitar e preencher tais estruturas, não é em vão: essa roupagem textual funciona para um leitor que de um modo ou de outro foi escolarizado (porque *lê*) e conseqüentemente teve contato com textos científicos, isto é, possui ao menos uma mínima familiaridade com essa estrutura, fazendo-o a *identificar* e crer no texto de Chopra como científico.

Quanto ao discurso não científico, observamos que o locutor recorta uma significação polifônica que pode mobilizar-se polifonicamente no nível do sentido, representando Ej como Egco ou, mesmo, pode representar uma enunciação monofônica tal que Ei e Ej, correspondem ao locutor, portanto à posição do sujeito da enunciação que diz EU. Desta forma, a monofonia do sentido pode ser representação do ocultamento do Eu no discurso científico ou a representação do EU como enunciador único. Ou seja, temos aí os dois extremos da representação das vozes no discurso, vozes únicas: o a representação da objetividade do mundo no discurso científico; ou a representação da subjetividade num dos extremos do discurso não científico. E isto passa por outras representações como a polifonia que representa duas vozes, a do EU (locutor) e a voz genérica, que fala do interior do discurso de crenças historicamente constituídas. E assim se pode caracterizar como o sentido é configurado ideologicamente. (GUIMARÃES, 1987, p. 166, 167)

5 – Conclusão

Os intuitos deste trabalho consistiram em encontrar e posteriormente analisar as regularidades bem como a estrutura argumentativa e o modo como funcionam neste texto de auto-ajuda. Também procuramos situar nos âmbitos histórico e político a atuação/caracterização deste gênero. Começamos por aludir ao uso de um recurso, embora previsível, muito recorrente neste corpus, que se trata de garantir e validar uma teoria ou um conceito enunciado pelo próprio autor-orador através de seu próprio dizer.

Guimarães atesta esse funcionamento em textos científicos, assim como já citamos: “O fato de B estar implicado é visto não como um derivado de implicatura, mas como constitutivo do sentido” (GUIMARÃES, 1987, p. 167).

Como já dissemos, isso não nos surpreende nos textos de Deepak Chopra, todavia, o modo pelo qual isso se dá é não só excessivo, mas especialmente particular: o autor-orador na impossibilidade de sustentar suas teses, através do investimento no *ethos* constrói um ilusionismo, portando-se como porta-voz divino - caracterizando o discurso autoritário - ao mesmo tempo em que personagem místico e homem “comum” são, podem ser simultaneamente existentes. Esse é um dispositivo de muito efeito nesses textos que certamente atua como meio para obtenção de adesão:

- primeiramente o autor parece se valer, voluntariamente ou não, desse próprio mecanismo argumentativo - comum também em textos científicos - pelo efeito obtido através de uma estrutura familiar ao leitor;
- há uma assumida pretensão de cientificidade – o autor afirma-se como tal – todavia não consegue provar nesse âmbito, pelo menos através de sua argumentação, nenhuma das teses apresentadas;
- relatos do autor sobre sua vida bem-sucedida em detrimento da aplicação de sua própria teoria funcionam como propaganda e garantia de sua validade;
- os comentários a respeito do autor que estão presentes nos livros ratificam esse intuito.

Lembramos que esses campos de saber citados acima e que foram norteadores para nosso trabalho não se contradizem nem tampouco se excluem. Cada um com seus métodos, terminologias e delimitações teóricas próprias, dialogam principalmente acerca da abordagem de uma verdade a partir de uma *construção*, como já postulamos previamente.

Entendemos que o autor em questão não só aparenta crer e considerar suas crenças como legítimas e objetivas, como também se posiciona de maneira a rejeitar a possibilidade de questionamentos, característica dos discursos autoritários. Se há uma intenção de *razão*, o que ocorre é sempre um apelo a clichês universais e lugares-comuns (na maioria das vezes difíceis de serem refutados, justamente por serem tão abstratos e proverbiais), passando por *juízos universais*, através de enunciações genéricas pretendidas ou disfarçadas de racionais. Aliás, como refutar um argumento divino?

Sabemos que é praticamente inviável apontar concreta e numericamente as pessoas que compõem um auditório que se trata de um público leitor, inclusive não há dados empíricos sobre o perfil desse público específico. No Brasil, há apenas pesquisas isoladas que visam conhecer um determinado auditório, como de/para uma revista, por exemplo. Mas sobre a auto-ajuda especificamente, nunca houve catalogada até então, uma delineação das pessoas que consomem este gênero.

Sob a investigação realizada, foi possível sondar, ao menos “esquadrinhar” aspectos constituintes e/ou pertinentes à identidade desse público. Mediados pelos pressupostos teóricos e metodológicos aqui referidos, nosso alicerce esteve sobremaneira pautado e autorizado no e pelo próprio discurso da auto-ajuda e conseqüentemente, entre a relação dialógica estabelecida entre orador e auditório. Afinal, para que haja comunhão entre os espíritos, isto se dá numa relação de proporcionalidade intelectual entre os interlocutores, em que quanto mais aprimorado for o auditório, mais aprimorado deverá ser o respectivo orador, reciprocamente.

A partir dessa relação, concluímos que, de um lado, a pretensa universalidade que o orador se julga utilizar bem como a segurança de saber para quem escreve, comprovam que, mutuamente, há um auditório que está previamente receptivo a acatar uma argumentação dessa natureza, dentro dos moldes dessa universalidade genérica. Estes ouvintes são responsáveis, inclusive, por desprenderem a prévia disposição em crer na existência de soluções fáceis para grandes problemas, tratados dessa maneira.

Ainda sobre a postura do leitor perante o conteúdo, para exemplificar, é possível dizer que ao se deparar com uma afirmação do porte de se ter as atitudes de Deus como referencial a ser seguido, considerando uma reação verossímil, ou este se sentirá imediatamente impotente e de mãos atadas ou será acometido por uma momentânea ilusão de poder. Por se tratar de crenças e *soluções* que residem em dogmas, mas que prometem meios práticos para aplicá-las é provável que tal leitor continue a consumir mais volumes dessas obras. Assim, de um modo ou de outro, mesmo que ilusório, funciona como um alívio esperançoso ou, inconscientemente, oferece a sensação de obrigação religiosa cumprida, de estar exercendo uma prática de fé, de estar prestando contas ao Onipotente. Comportamento comum e coerente em relação ao auditório aqui apreendido e que não consegue ou conseguiu escapar do conceito do pecado, por exemplo, ou de viver sem o respaldo divino.

Esse mecanismo que tende à repetição e circularidade pode ser julgado como neurótico, efetivado através de negações e racionalizações, no sentido psicanalítico: a angústia constitutiva humana, aliada ao sentimento de impotência que um indivíduo pode sentir diante de uma dificuldade, talvez explique o porquê de, ao perceber que não “consegue ser Deus”, faça surgir uma nova esperança: “não se pode desistir”. Deste modo, acatando a idéia de fracasso devido à limitação pessoal de não conseguir “agir como Deus”, o indivíduo pode ser impulsionado a continuar agindo do mesmo modo, isto é, a pensar e crer que uma “solução” possa vir realmente destes livros de auto-ajuda.

Não é possível afirmar que todo e qualquer leitor de auto-ajuda - no caso específico, de Deepak Chopra - realize a leitura como se estivesse praticando ou comungando “através de um evangelho mais moderno e esclarecido” aquilo que se faz e se busca na Igreja, no entanto, essa interpretação é plausível na medida em que, pelo fato do autor utilizar os mesmos moldes e procedimentos semelhantes aos religiosos, pelo menos no plano discursivo, mesmo que aparentemente mais amenos, não deixam de exercer o papel da “palavra da salvação”. Há uma substituição dos termos “obsoletos” no plano verbal – como culpa e castigo, por exemplo – mas o mecanismo é muito semelhante.

Segundo Perelman, nada impede que um enunciado seja abordado sob várias óticas e que atuem de modo diferente e simultâneo sobre as pessoas; é possível inclusive, que esses esquemas persuasivos atuem sem ser claramente notados. Apenas através de um trabalho que explicitasse tais esquemas, poderia realmente ser conhecidos e deste modo deixar o ouvinte a par dessas estratégias, como nos propusemos realizar. Todavia, segundo Perelman, isso não é de modo algum interessante para alguns oradores, como para Deepak Chopra, por exemplo.

Talvez passe despercebido pelo leitor, tanto a seleção dos sintagmas, quanto o próprio efeito exercido pela força contida nos operadores argumentativos, pois através da familiaridade com a estrutura da língua, esses elementos persuasivos direcionam o “entendimento” para uma conclusão nula, mas que parece existir. Não se trata de uma compreensão propriamente dita, de entendimento, mas sim de uma interpretação, por parte do leitor; da mesma maneira que há uma vulgarização por parte de Chopra.

Em se tratando de linguagem, decorrência das relações humanas mediadas politicamente, quando se fala em sociedade e comportamento no âmbito científico que se pretende “neutro” (pelo menos *a priori*), geralmente só são levadas em consideração, afirmações que contenham amplitude e catalogação numérica e estatística. Nesse sentido, que não há provas da efetividade das teorias pregadas nos livros de auto-ajuda, pelo menos em grande escala, isso é

inquestionavelmente um fato, mas não se pode dizer que não são, de algum modo, persuasivos: o altíssimo índice de vendas é comprovado. Talvez esse próprio fato seja também persuasivo e leve o leitor a consumir tais livros, pois pode pensar: “se todos compram, eu vou comprar também” ou “se são tão vendidos é porque devem ser bons”.

Finalmente, concluímos que crer na existência de soluções rápidas e fáceis são clichês extremamente convidativos para uma sociedade triunfalista. Assim como procuramos demonstrar, não há possibilidade de tratar cientificamente algo que é religioso, tampouco utilizar tautologias em que uma mesma afirmação de uma premissa é tida e repetida na conclusão e numa argumentação pautada em máximas do senso-comum. Por se tratarem de crenças, não há, no sentido retórico-argumentativo, como predicar esses juízos e isso significa que, na auto-ajuda de Deepak Chopra, contrariamente ao que este enuncia, não há construção de conhecimento.

Referências bibliográficas:

AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso**. São Paulo, Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Marcelo Silvano Madeira; São Paulo: Rideel, 2007.

BERRENDONER, A. **Éléments de Pragmatiques Linguistique**, Paris, Gallimard, 1969.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 16ª. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CHOPRA, Deepak. **Criando Prosperidade: a consciência da fartura no campo de todas as possibilidades**. Tradução Evelyn K. Dronsfield; 21. ed. Rio de Janeiro, Best Seller, 1993.

_____. **As sete leis espirituais do sucesso**. Tradução Vera Caputo. São Paulo, Best Seller, 10ª. edição, 1994.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, Pontes, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Ed.). **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. 1358 p.

GRICE, H. P. **Logic and Conversation**, Cole, P. e J. Morgan, **Syntax and Semantics**, V. 3, New York, Academic Press, 1975.

GUIMARÃES, E. **Texto e Argumentação**. Campinas, Pontes , 3ª. ed., 1987.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, Pontes, 2ª. Edição, 2005.

ORLANDI, Eni. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, Pontes, 2006.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas, Cortez, 1998.

PAPERNEWS, PEPE SOFTWARE LTDA, Disponível em :
<<http://www.planetanews.com/autor/DEEPAK%20CHOPRA/30>>. Acesso em 13 ago. 2009.

PECHEUX, Michel, **O discurso: estrutura ou acontecimento**, Campinas, Pontes 1988.

PERELMAN, Chaiim. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

SARTRE, J. -P., *Situations*, cap. II, p 192-3 *apud* PERELMAN, cap 7, p 39.

VEJA, São Paulo: Abril, 2141, ANO 42, N 48, 2009.

WIKIPEDIA, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Vedas>>. Acesso em 30 abr. 2009.

ZILBERMAN, Regina. Leitor brasileiro em “primeiro lugar”. **Com Ciência**, Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=40&id=480>. Acesso em 28 out. 2009.

ZIZEK, SLAVOJ <http://slavoj-zizek.blogspot.com/2009/12/capitalista-sim-mas-zen.html>

(texto retirado de: Texto Retirado de: Le Monde Diplomatic Brasil, 2005 - <http://diplo.uol.com.br/2005-05,a1110>

Tradução de Teresa Van Acker

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES, **Ética a Nocômaco**. São Paulo, Martin Claret, 3ª. ed. 2001. (Tradução Pietro Nasseti)

_____, **Órganon**. São Paulo, Edipro, 2005. (Tradução Edson Bini)

ACHARD, Pierre (et al.), **Papel da memória**. Campinas, Pontes, 2ª ed. 2007. (Tradução de José Horta Nunes)

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, Contexto, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (Ed). **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Campinas, Pontes, 1997-2002.

GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI, Monica (Org.). **A palavra e a frase, Semântica e pragmática**, Campinas, Pontes, 2006.